

APROFUNDAMENTO DA ANÁLISE DOS INDICADORES ESTATÍSTICOS EXISTENTES SOBRE A CONSTRUÇÃO PORTUGUESA

RUI PEDRO DELGADO PINHEIRO

Dissertação submetida para satisfação parcial dos requisitos do grau de
MESTRE EM ENGENHARIA CIVIL — ESPECIALIZAÇÃO EM CONSTRUÇÕES

Orientador: Professor Doutor Hipólito José Campos de Sousa

Coorientador: Engenheiro Pedro Nuno Medâ Magalhães

JULHO DE 2014

MESTRADO INTEGRADO EM ENGENHARIA CIVIL 2013/2014

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL

Tel. +351-22-508 1901

Fax +351-22-508 1446



miec@fe.up.pt

Editado por

FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Rua Dr. Roberto Frias

4200-465 PORTO

Portugal

Tel. +351-22-508 1400

Fax +351-22-508 1440



feup@fe.up.pt



<http://www.fe.up.pt>

Reproduções parciais deste documento serão autorizadas na condição que seja mencionado o Autor e feita referência a *Mestrado Integrado em Engenharia Civil - 2013/2014 - Departamento de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2014.*

As opiniões e informações incluídas neste documento representam unicamente o ponto de vista do respetivo Autor, não podendo o Editor aceitar qualquer responsabilidade legal ou outra em relação a erros ou omissões que possam existir.

Este documento foi produzido a partir de versão eletrónica fornecida pelo respetivo Autor.

Dedico este trabalho:

À minha família

Aos meus amigos,

Pelo eterno apoio e incentivo.

*“The best way to prepare for the future is to concentrate all the imagination and enthusiasm
in the perfect execution of work today”*

Dale Carnegie

AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho de mestrado não seria possível se não existisse um leque de pessoas, que direta ou indiretamente, me ajudaram a tornar este projeto viável.

Posto isto, começo por agradecer ao meu orientador, o Professor Hipólito José Campos de Sousa por me ter dado o privilégio de orientar este meu trabalho. Em seguida, e em especial, ao meu coorientador Engenheiro Pedro Nuno Medâ Magalhães pelo apoio, vontade que o projeto se realizasse e disponibilidade ao longo da execução do mesmo.

Gratifico as várias entidades que me ajudaram, de uma certa forma, no fornecimento de documentos para o aprofundamento de certos conceitos e conteúdos.

Aos meus pais, por todo o apoio e dedicação demonstrado, com o intuito de me darem tudo de bom e do melhor, para que chegasse a este período e me encontrasse com a moral em alta e elaborar um ótimo trabalho.

Finalmente a todos os meus amigos que me acompanharam nesta caminhada, em especial ao Tomé Leite, Jhonny Moreira, Pedro Pinto, Pedro Sampaio, Patrícia Canedo, Bárbara Cruchinho, Mário Castro, Renato Almeida e ao meu primo Luís Miguel Pina, pela amizade e força constante.

A todos o meu muito obrigado.

RESUMO

É do conhecimento geral que o setor da construção tem uma importância extremamente significativa na economia nacional, influenciando-a e sendo influenciado por ela. A procura dirigida a este setor depende do grau de desenvolvimento da economia, da conjuntura económica e do crescimento da despesa pública, ou seja, mais do que em qualquer outro setor de atividade, a sua evolução depende do montante e da conjuntura do investimento noutros setores.

Desta forma, esta indústria não pode, nem deve, manter-se inerte e dependente *per si* das ondulações cíclicas da economia, dos quais não pode dissociar-se integralmente, e tem de procurar os meios necessários para compreender a sua situação atual e passada e para projetar o seu próprio futuro, aprofundando a importância do seu papel na economia.

Assim sendo, esta dissertação terá como objetivo fundamental a informação estatística enquanto produtora de dados relevantes para o setor da construção. Mas para se poder chegar à conclusão da importância desta informação é, igualmente, necessário conhecer as entidades mais relevantes nesta área da estatística (pela sua história, capacidade organizacional e pelos dados que produzem), assim como compreender as relações destas entidades com os agentes do setor.

Considerando, desde já, como assente a relevância da estatística para a indústria da construção, importará referir e aprofundar aqueles que se consideraram os indicadores estatísticos principais para este setor. Indicadores tais como: Capacidade produtiva da construção por atividade económica; Consumo de cimento; Estatísticas do mercado de trabalho; Indicador de confiança da construção; Índice de emprego na construção e obra públicas; Índice de horas trabalhadas na construção e obra públicas; Índice de novas encomendas na construção e obra públicas; Índice de produção na construção e obras públicas; Indicador de valores médios de avaliação bancária dos alojamentos; Obras públicas; Licenciamento de obras e obras concluídas; Segurança no trabalho; Taxa de juro implícita no crédito à habitação; Valor dos trabalhos realizados por empresas com 20 e mais pessoas ao serviço por tipo de obra.

Todavia, não se tratando de apenas uma entidade que analisa e divulga estes indicadores estatísticos, mas antes de diversas entidades, nacionais e internacionais, existe discrepância nos valores apresentados. Como tal, no intuito de clarificar e obter os indicadores mais credíveis e similares possíveis, será apresentado, ainda, o estudo dos diferentes indicadores em si, assim como das metodologias respetivas, através das quais as entidades obtêm os valores que divulgam.

Como tal, no final desta dissertação, poderá concluir-se acerca da importância dos indicadores estatísticos para o setor da construção, através de uma análise crítica dessas diferentes metodologias e das diferenças apresentadas nos indicadores estatísticos fornecidos.

Palavras-Chave: Estatística, construção, sistematização, evolução, estratégia.

ABSTRACT

It is well known that the construction sector is of extreme importance to the national economy, influencing it and being influenced by it. The demand directed to this sector depends on the development of the economy, the economic climate and the growth of public spending, i.e., more than any other activity sector, its evolution depends on the amount and climate of the investment in other sectors.

Thus, this industry cannot and must not remain motionless and dependent “per si” on the economic cyclical changes, from which it can’t dissociate itself entirely, and must seek the necessary means to comprehend its current and past situation with the intention of projecting towards its own future, deepening the importance of its role in the economy.

Therefore, this dissertation will have as a key objective the statistical information as a producer of relevant data to the construction industry. However, to understand the importance of said information it is also necessary to know the most relevant entities in this field of statistics (for its history, organizational capacity e data produced), while at the same time understand the relation between these entities with the sector agents.

Considering from the start the relevance of statistics for the construction industry as an established fact, it is important to note and understand those which were considered as the main statistical indicators for this sector. Indicators such as: Productive capacity of the construction by economic activity; Consumption of cement; Labor market statistics; Construction confidence indicator; Index of employment in construction and public work contracts; Index of production in construction and public work contracts; Indicator of average values of accommodations by bank evaluation; Public work contracts; Building permits and completed jobs; Safety at work; Interest rate on housing loans; Value of the works performed by companies with 20 and more employees by type of job.

However, while there isn’t a single entity which analyses and disseminates these statistical indicators but instead several entities, both national and international, there is a discrepancy in the figures presented. As such, in order to clarify and obtain the most credible and similar indicators possible, a comparison between the different indicators as well as the respective methodologies through which said entities get the values they disseminate will also be presented.

Therefore, by the end of this dissertation it will be possible to make assertions about the importance of statistical indicators in the construction industry, through a critical analysis of these several methodologies and the differences presented in the provided statistical indicators.

KEYWORDS: *Statistics, construction, systemization, evolution, strategy.*

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Abstract	v

1. INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento	1
1.2. Objetivos da Dissertação	2
1.3. Organização da Dissertação	2

2. ESTADO DE ARTE

2.1. Apresentação do capítulo	5
2.2. Evolução da estatística em Portugal	5
2.2.1. Introdução.....	5
2.2.2. Portugal e a Estatística: Os Números e a sua História	6
2.2.3. Organismos de recolhas estatísticas	9
2.2.3.1. <i>European Statistical System</i> (Eurostat)	9
2.2.3.2. Euroconstruct	11
2.2.3.3. Instituto Nacional de Estatística (INE).....	12
2.2.3.4. Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI)	14
2.2.3.5. Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (AICCOPN).....	18
2.2.3.6. Associação de Empresas de Construção Civil e Obras Públicas e Serviços (AECOPS)	19
2.3. Setor da construção em Portugal	22
2.3.1. Introdução.....	22
2.3.2. Evolução do setor em Portugal	23
2.3.2.1. Indicadores Analisados	23
2.3.2.2. Análise do setor entre 1990 e 2000	26
2.3.2.3. Análise do setor entre 2000 e 2012	29
2.4. Conclusão	34

3. INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA SOBRE A CONSTRUÇÃO – ENTIDADES E INDICADORES RELEVANTES.....

3.1. Apresentação do capítulo	37
3.2. Descrição das entidades e respetiva análise Swot	37
3.2.1. Introdução.....	37
3.2.2. Entidades de recolhas estatísticas em Portugal	38

3.2.2.1. Instituto Nacional de Estatística (INE)	38
3.2.2.2. Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI)	41
3.2.2.3. Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (AICCOPN)	44
3.3. Identificação e seleção dos indicadores	47
3.3.1. Introdução	47
3.3.2. Matriz geral de indicadores	47
3.3.3. Matriz geral de indicadores repetidos destacados	49
3.3.4. Matriz principal de indicadores	51
3.4. Conclusão	53

4. APRESENTAÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES

4.1. Apresentação do capítulo	55
4.2. Quadro dos principais indicadores da construção portuguesa	55
4.3. Indicadores usados para o setor e respetivas metodologias	56
4.3.1. Introdução	56
4.3.2. Indicadores e respetivas metodologias	56
4.3.2.1. Capacidade produtiva da construção por atividade económica	56
4.3.2.2. Consumo de cimento	56
4.3.2.3. Estatísticas do mercado de trabalho	57
4.3.2.4. Indicador de confiança da construção	57
4.3.2.5. Índice de emprego na construção e obra públicas	57
4.3.2.6. Índice de horas trabalhadas na construção e obras públicas	58
4.3.2.7. Índice de novas encomendas na construção e obra públicas	58
4.3.2.8. Índice de produção na construção e obra públicas	58
4.3.2.9. Indicador de valores médios de avaliação bancária dos alojamentos	59
4.3.2.10. Obras públicas	59
4.3.2.11. Licenciamento de obras e obras concluídas	59
4.3.2.12. Segurança no trabalho	60
4.3.2.13. Taxa de juro implícita no crédito à habitação	61
4.3.2.14. Valor dos trabalhos realizados por empresas com 20 e mais pessoas ao serviço por tipo de obra	61
4.4. Conclusão	62

5. ANÁLISE CRÍTICA E EXPLICAÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES

5.1. Apresentação do capítulo	65
5.2. Resultados dos diferentes indicadores para 2010-2012	65
5.2.1. Indicadores macroeconómicos	65

5.2.1.1. PIB / VAB / VABc	65
5.2.1.2. PIB / FBCF / FBCFc	66
5.2.2. Indicadores do setor	66
5.2.2.1. Capacidade produtiva da construção por atividade económica	67
5.2.2.2. Consumo de cimento	68
5.2.2.3. Estatísticas do mercado de trabalho	69
5.2.2.4. Indicador de confiança da construção	70
5.2.2.5. Índice de emprego na construção e obra públicas	71
5.2.2.6. Índice de horas trabalhadas na construção e obras públicas	72
5.2.2.7. Índice de novas encomendas na construção e obra públicas	73
5.2.2.8. Índice de produção na construção e obra públicas	74
5.2.2.9. Indicador de valores médios de avaliação bancária dos alojamentos	75
5.2.2.10. Obras públicas	76
5.2.2.11. Licenciamento de obras e obras concluídas	77
5.2.2.12. Segurança no trabalho	79
5.2.2.13. Taxa de juro implícita no crédito à habitação	80
5.2.2.14. Valor dos trabalhos realizados por empresas com 20 e mais pessoas ao serviço por tipo de obra	81
5.3. Conclusão	82
 6. CONCLUSÕES	85
6.1. Considerações finais	85
6.2. Desenvolvimentos futuros	86
 Bibliografia	89
 ANEXOS	AA

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig.2.1 – Hollerith Tabulating machine.....	6
Fig.2.2 – Portugal e a sua associação a Espanha.....	7
Fig.2.3 – Arma dos Besteiros (Besta)	7
Fig.2.4 - Condado Portucalense instituído em 1095 por Afonso VI de Leão	8
Fig.2.5 – Eurostat	9
Fig.2.6 – Euroconstruct	11
Fig.2.7- Instituto Nacional de Estatística (INE)	12
Fig.2.8 – Composição do Sistema Estatístico Nacional (SEN).....	13
Fig.2.9 - Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI)	14
Fig.2.10 - Barra temporal da entidade InCI.....	14
Fig.2.11 - Conselho de Mercados de Obras Públicas e Particulares (CMOPP).....	15
Fig.2.12 - Instituto dos Marcados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI)	15
Fig.2.13 – Mercado da Contratação Pública	17
Fig.2.14 - Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (AICCOPN).....	18
Fig.2.15 - Associação de Empresas de Construção Civil e Obras Públicas e Serviços (AECOPS)	19
Fig.2.16 – Evolução do output da Construção em Portugal entre 2011 e 2014	30
Fig.2.17 – Desenho metafórico do Ambiente Produtivo na Construção	32
Fig.3.1 – Esquema explicativo das entidades portuguesas relativo ao acesso à informação.....	38
Fig.3.2 – Princípios fundamentais do INE	39
Fig.3.3 – Análise SWOT do INE	41
Fig.3.4 – Análise SWOT do InCI	44
Fig.3.5 – Organigrama da CPCI.....	46
Fig.3.6 – Análise SWOT do InCI	47

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 2.1 – Comparação de valores de desenvolvimento entre os vários setores e o Setor da Construção	26
Tabela 2.2 – Evolução do emprego na Construção Civil e Obras Públicas (CCOP), 1990-2000	27
Tabela 2.3 - Evolução da inflação e das taxas de juro médias do Crédito Habitação em Portugal	28
Tabela 2.4 – Distribuição do número de empresas por classe de alvará	30
Tabela 2.5 – Nº de trabalhadores em empresas ativas com mais de um trabalhador CAE.....	31
Tabela 3.1 – Compromissos do INE	40
Tabela 3.2 – Compromissos do InCI.....	42
Tabela 3.3 – Compromissos do AICCOPN	44
Tabela 3.4 – Matriz geral de indicadores	47
Tabela 3.5 – Matriz geral de indicadores repetidos destacados.....	49
Tabela 3.6 – Matriz principal de indicadores.....	51
Tabela 4.1 – Matriz geral de indicadores	55
Tabela 4.2 – Quadro Síntese	62

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 – Peso do Setor da Construção no Produto Interno Bruto (PIB) em %	23
Gráfico 2.2 – Investimento em Construção de infraestruturas de transporte e “utilities”	27
Gráfico 2.3 - Ótica da Despesa: Importância do FBCF da Construção	29
Gráfico 2.4 – Ótica da Despesa: Importância do FBCF da Construção entre 2000 e 2012.....	33
Gráfico 2.5 – Ótica da Oferta: Importância do VAB da Construção entre 2000 e 2012	34
Gráfico 5.1 – Ótica da Oferta: Importância do VAB da Construção entre 2010 e 2012	65
Gráfico 5.2 – Ótica da Despesa: Importância do FBCF da Construção entre 2010 e 2012.....	66
Gráfico 5.3 – Capacidade produtiva da construção por atividade económica.....	67
Gráfico 5.4 – Consumo de cimento.....	68
Gráfico 5.5 – Novo desemprego registado e pedidos de emprego	69
Gráfico 5.6 – Indicador de confiança na construção	70
Gráfico 5.7 – Índice de emprego na construção e obras públicas (em variação percentual).....	71

Gráfico 5.8 – Índice de horas trabalhadas na construção e obras públicas	72
Gráfico 5.9 – Índice de novas encomendas na construção e obras públicas	73
Gráfico 5.10 – Índice de produção na construção e obras públicas	74
Gráfico 5.11 – Indicador de valores médios de avaliação bancária dos alojamentos	75
Gráfico 5.12 – Contratação pública eletrónica: número de contratos e valores	76
Gráfico 5.13 – Edifícios concluídos	77
Gráfico 5.14 – Edifícios licenciados.....	78
Gráfico 5.15 – Segurança no trabalho.....	79
Gráfico 5.16 – Taxa de juro implícita no crédito à habitação	80
Gráfico 5.17 – Valor dos trabalhos realizados por empresas com 20 e mais pessoas ao serviço por tipo de obra.....	81

SÍMBOLOS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

ADI – Agência de Inovação

AECOPS – Associação de Empresas de Construção Civil e Obras Públicas e Serviços

AICCOPN – Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas

AIMMP – Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal

APAE – Associação Portuguesa dos Avaliadores de Engenharia

APCMC – Associação Portuguesa dos Comerciantes de Materiais de Construção

APEMIP – Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal

APPC – Associação Portuguesa de Projetistas e Consultores

APPII – Associação Portuguesa dos Promotores e Investidores Imobiliários

ATIC – Associação Técnica da Indústria do Cimento

BCE – Banco Central Europeu

CACCP – Comissão de Acompanhamento do Código dos Contratos Públicos

CAE – Classificação Portuguesa de Atividades Económicas

CAECCAL – Comissão de Análise e Estudos da Conjuntura da Construção e de Acompanhamento da Legislação

CAEOPP – Comissão de Alvarás de Empresas de Obras Públicas e Particulares

CCMP – Comité Consultivo dos Mercados Públicos

CCNI – Conselho da Construção do Nordeste Ibérico

CCP – Código dos Contratos Públicos

CE – Comunidade Europeia

CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

CEE – Comunidade Económica Europeia

CES – Conselho Económico e Social

CICEOP – Comissão de Inscrição e Classificação dos Empreiteiros de Obras Públicas

CICEOPICC – Comissão de Inscrição e Classificação dos Empreiteiros de Obras Públicas e dos Industriais da Construção Civil

CIFE – Comissão de Índices e Formulas de Empreitadas

CIMLOP – Confederação do Imobiliário de Língua Oficial Portuguesa

CIP – Confederação da Indústria Portuguesa

CMOPP – Conselho de Mercados de Obras, Públicas e Privadas

CNP – Classificação Nacional de Profissões

CNAPU – Comissão Nacional de Avaliação de Prédios Urbanos

CPC – Classificação Portuguesa das Construções

CPCI – Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário
CSE – Conselho Superior de Estatística
CSOP – Conselho Superior das Obras Públicas
DEC – Departamento de Engenharia Civil
DG-ECFIN – *Directorate General for Economic and Financial Affairs*
EBE – Excedente Bruto de Exploração
ECU – *European Currency Unit*
EIC – *European International Constructors*
EURATOM – Comunidade Europeia da Energia Atómica
ESWG – Grupo de Estatística
FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo
FBCFc – Formação Bruta de Capital Fixo na Construção
FEPICOP – Federação Portuguesa do Setor da Construção e Obras Públicas
FEUP – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
FIEC – Federação da Indústria Europeia da Construção
GRICCOPS – Grémio Regional dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
IMOPPI – Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário
IMPIC – Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção
InCI – Instituto da Construção e do Imobiliário
INE – Instituto Nacional de Estatística
ITIC – Instituto Técnico para a Indústria da Construção
PIB - Produto Interno Bruto
SECE – Serviço de Estatística das Comunidades Europeias
SEN – Sistema Estatístico Nacional
UE – União Europeia
VAB – Valor Acrescentado Bruto

1

INTRODUÇÃO

1.1. ENQUADRAMENTO

A indústria da construção em Portugal é um setor com acentuada importância na economia e desenvolvimento nacionais e elevado peso no que concerne ao consumo de recursos financeiros. Dada a sua relevância, surge a necessidade de adaptação das realidades atuais deste setor, atendendo ao seu campo de atuação e ao volume de obras, sendo elas públicas ou privadas, habitação nova, com especial ênfase para a reabilitação habitacional, criação de infraestruturas de transportes, requalificação dos parques industriais e criação de novas indústrias e correspondentes infraestruturas.

A base para a recuperação e crescimento económico do país poderá assentar, assim, na implementação de adequadas políticas de investimento nos principais setores económicos nacionais: Indústria, Comércio e Serviços; e Agricultura e Pescas. Sendo que no que concerne ao setor da construção, as referidas políticas de investimento deverão ter como base uma análise dos dados estatísticos disponíveis, sendo os indicadores estatísticos, desta forma, o objeto desta dissertação.

Analisando os dados estatísticos das diferentes entidades nacionais, como o INE, InCI e AICCOPN, relativos à indústria da construção, podemos determinar os volumes e comportamentos do investimento realizado nas diferentes áreas, o crescimento das empresas envolvidas, os movimentos relativos a mão de obra e contratações, estudar as fases de crescimento macroeconómico, entre outros fatores que podem potenciar a melhoria dos comportamentos deste setor.

Face ao atual clima de crise económica, as empresas, sejam industriais ou comerciais, deparam-se com a necessidade de potenciar os investimentos realizados no que diz respeito à construção civil, de modo a obterem, com o seu investimento, as melhores soluções para os seus processos produtivos e/ou prestação de serviços, ambicionando assim aumentar a sua competitividade no mercado [1].

Para responder a estas exigências, progressivamente mais incisivas, no que concerne ao retorno do investimento, as empresas de construção civil tendem a evoluir, procurando disponibilizar serviços cada vez especializados. Mas para evoluir é necessário analisar a situação atual e o seu percurso até ao momento atual, recorrendo às diferentes metodologias e indicadores estatísticos.

O estudo da evolução da indústria da construção e da própria estatística e suas entidades releva, por um lado, pelo facto de permitir conhecer o caminho percorrido e até mesmo determinar o seu futuro mais próximo, e por outro lado, permitirá um melhor entendimento aquando da análise dos indicadores estatísticos da atualidade. Na verdade, a informação estatística permite dotar este setor de atividade da previsibilidade e capacidade necessárias para atuar com vista ao futuro, tendo como referencial os dados e os comportamentos passados. Esta informação relativa à indústria da construção deverá ser encarada por todos os seus agentes, e não só, como um instrumento estratégico que permite compreender a capacidade instalada, a produtividade, as apostas, entre outras. Os indicadores

estatísticos são também fundamentais para o setor analisar e perceber os seus problemas de produtividade e de foco no tipo de construções, entre outras mais valias.

É por estes motivos que se atribui esta privilegiada importância ao aprofundamento da análise dos indicadores estatísticos existentes sobre a construção em Portugal.

1.2. OBJETIVOS DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação tem como principais objetivos:

- Realçar a importância da informação estatística e suas fontes, especificamente no que diz respeito ao setor da construção;
- Dar a conhecer as entidades que analisam e produzem informação estatística com relevo para o setor em Portugal, apresentando o seu âmbito de atuação quer a nível da sua organização e metodologia, quer a nível da sua relevância para os agentes do setor;
- Fazer um breve enquadramento da evolução do setor da construção em Portugal;
- Analisar e sistematizar os dados existentes, de forma a permitir uma mais fácil pesquisa da informação;
- Identificar e aprofundar alguns dos indicadores considerados mais relevantes, e a sua respetiva metodologia, apresentando dados recentes, comentando os resultados e realizando uma análise crítica sobre a construção do indicador e a mais valia dos dados obtidos;
- Identificar problemas e oportunidades de melhoria, quer nos indicadores quer na organização dos documentos, de forma a facilitar e potenciar a sua utilização como instrumento estratégico para os diferentes agentes.

Se a presente dissertação tem como objeto a informação estatística, tal facto prende-se com a necessidade de demonstrar a sua relevância para o setor, enquanto forma de analisar a informação já existente resultante da vivência desta indústria, de facilitar a compreensão dos seus problemas e obstáculos, e de dotar os agentes deste setor da previsibilidade e capacidades necessárias para projetar o futuro. E tal será sempre o objetivo pilar desta dissertação.

1.3. ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação divide-se em seis partes:

- No capítulo 2 é apresentada uma revisão da literatura disponível alusiva ao tema estatística, ou seja, pretende-se expor a evolução que a estatística sofreu, ao longo dos anos, dando principal ênfase à estatística em Portugal, mostrando a evolução e melhoria contínua que esta teve até ao momento. Também são referidas as entidades que produzem informação de relevo para o setor da construção, apresentando a sua história e a sua influência na análise estatística. Outro assunto, em que também é apresentada uma revisão de literatura e dados estatísticos é o setor da construção, onde é abordada a influência que este setor tem nos dados estatísticos e, ainda, as entidades que relacionam toda esta informação;
- No capítulo 3 é feita uma abordagem que visa a uma melhor compreensão de como são lançados certos resultados estatísticos, contudo para isso, é importante saber quantos e que indicadores são usados para chegar a esses valores. Assim, neste capítulo, pretende-se, após uma pequena apresentação de cada entidade que lança estatísticas no território nacional e com a respetiva análise SWOT, fazer uma enumeração dos indicadores. Na

parte final do capítulo, é feita a seleção dos indicadores considerados como de maior importância para o setor da construção;

- No capítulo 4 são exibidos os indicadores que foram considerados na parte final do capítulo transato, ou seja, é feito para cada um a sua apresentação, expondo o significado, metodologia, fonte, entre outras características, com vista a uma melhor explanação dos resultados e tendências entre os anos 2010 e 2012;
- No capítulo 5 são analisados os principais indicadores, já selecionados, relativamente ao setor da construção portuguesa, para o período entre 2010 e 2012. A análise crítica destes incide na interpretação dos dados gráficos, bem como na interpretação da forma de construção do indicador e possíveis ações de melhoria, sobretudo numa lógica de mais valia para o público em geral e para o setor;
- No capítulo 6 encontram-se resumidas as conclusões fundamentais, fruto da exploração e sistematização feita sobre os indicadores estatísticos, provenientes das três entidades consideradas mais importantes a nível nacional.

2

ESTADO DE ARTE

2.1. APRESENTAÇÃO DO CAPÍTULO

Neste capítulo pretende-se expor a evolução que a estatística sofreu, ao longo dos anos, dando principal ênfase à estatística em Portugal, mostrando a evolução e melhoria contínua que esta teve até ao momento.

Também serão referidas as entidades que produzem informação de relevo para o setor da construção, apresentando a sua história e a sua influência na análise estatística.

Outro assunto abordado neste capítulo é a influência que o setor da construção tem nos dados estatísticos e, ainda, as entidades que relacionam toda esta informação. Este último assunto – entidades – será alvo de uma abordagem mais detalhada no capítulo 3 desta dissertação.

2.2. EVOLUÇÃO DA ESTATÍSTICA EM PORTUGAL

2.2.1. INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da civilização, a Estatística esteve sempre presente. Se, inicialmente, estava mais camuflada, na atualidade, a Estatística está muito mais visível e relevante.

A história revela que todas as culturas apresentaram de alguma forma uma preocupação premente em contar, enumerar ou recensear. Em civilizações tais como a antiga Grécia, Roma, Egito, Israel, Índia, Japão ou China, os respetivos Estados tinham a necessidade de recorrer a estes métodos de contagem, listagem ou recenseamento, para conhecer a sua população, quer a nível económico quer a nível social. [2]

Os chefes de Estado desse tempo organizavam campanhas de recenseamento da população com o objetivo de satisfazerem as necessidades de cobrança de impostos e recrutamento militar, pois as guerras eram constantes e havia necessidade de financiamento e treino dos mais jovens naquela arte.

Em diversas destas civilizações, os Censos eram considerados de tal modo importantes que o seu incumprimento acarretaria sentenças de morte.

Os recenseamentos destas civilizações não são comparáveis com os da atualidade, uma vez que não eram suportados por princípios estatísticos credíveis, nem eram realizados pormenorizadamente. Ainda que se possa referir que o princípio da Estatística começou com estas sociedades, não se trata de Estatística como hoje a conhecemos, mas de algo mais simples e rudimentar [3].

No entanto, a estatística evoluiu progressivamente e definiu a sua importância na sociedade no decorrer dos séculos, sendo alvo de novas teorias, conceitos e até mesmo invenções e tecnologia,

como por exemplo a *Hollerith Tabulating machine* (Fig.2.1) que permitiu a leitura de cartões perfurados em 1890 nos Censos norte-americanos [32].

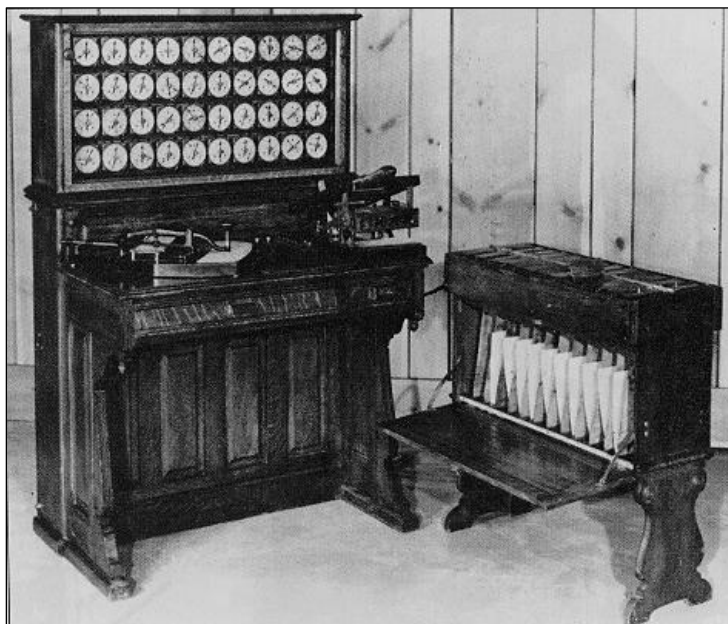


Fig.2.1 – *Hollerith Tabulating machine* [33]

2.2.2. PORTUGAL E A ESTATÍSTICA: OS NÚMEROS E A SUA HISTÓRIA

Como as civilizações anteriormente referidas, também Portugal (Fig.2.2), teve a necessidade de recorrer a estudos estatísticos (ainda rudimentares naquela época e em nada comparáveis com a complexidade atual) para um melhor conhecimento e uma melhor gestão estatal. O maior impulso para esta necessidade, e consequente desenvolvimento da Estatística em Portugal, poderá prender-se com a exploração marítima que aumentou consideravelmente a riqueza da nação, quer em ouro, mercado e população, mas também com a evolução do próprio Estado. O período dos Descobrimentos foi, desta forma, um período no qual a utilização de dados estatísticos permitiu um melhor conhecimento das capacidades e dos recursos nacionais, fundamentais para definir políticas de alargamento e investimento, redefinindo o próprio exército, capacitando empresas de exploração marítima, mercantis e comerciais. Permitiu ainda a fundação de novas as cidades, quer no território continental, quer nos arquipélagos descobertos, quer nas novas colónias, e o desenvolvimento das cidades existentes.

"A aplicação da Estatística em Portugal começou, tal como nos outros países da Europa, com a necessidade de o Estado conhecer melhor as características da sua população. A partir do século XVI, fatores como a afirmação do Estado Absolutista, o desenvolvimento da administração, de um mercado cada vez mais amplo e dinâmico, implicaram o recurso ao quantitativo como elemento que começou a ser decisivo na administração. Tratava-se de contar a riqueza em tempos mercantilistas, fosse em homens, fosse em géneros, estimando a grandeza das potencialidades militares, avaliando os recursos tributários, esboçando orçamentos estatais". [4]



Fig.2.2 – Portugal e a sua associação a Espanha [2]

Segundo a obra "História da Estatística em Portugal" [4], na Idade Média a necessidade de registar diversos acontecimentos e aspetos importantes para o Estado, levou, particularmente, à contagem da população e das forças militares e ao arrolamento de bens, rendimentos e despesas. Contudo, eram notações nas quais se notava a escassez de dados de natureza quantitativa estatística.

A necessidade de quantificar a população, relacionava-se com a dificuldade do rei em conhecer a extensão do seu exército e população a defender. Os primeiros registos encontrados relacionavam-se com os besteiros (soldados cuja arma principal era uma Besta), (Fig.2.3), devido à importância de estabelecer uma relação quantitativa entre o número de besteiros de cada concelho ("conto") e a respetiva população.



Fig.2.3 – Arma dos Besteiros (Besta) [2]

Na Idade Média, outra instituição que apresentou de uma forma recorrente esta necessidade de quantificar foi a Igreja, que acabou por produzir inúmeros documentos (censuais e tombos de propriedades) relativos à realidade económico-social das áreas por si controladas. A crise instalada nos séculos XIV e XV, instaurou uma imperativa necessidade dos senhores eclesiásticos e laicos procurarem obter o melhor aproveitamento possível dos seus patrimónios fundiários, obrigando-os à elaboração de inventários sistemáticos de bens e rendimentos, e à elaboração dos tombos, que permitiam, além de conhecer e dominar melhor a situação económica de cada senhorio, uma previsão mais concreta dos rendimentos de cada ano.

Os monarcas optaram também pela realização das Inquirições, inquéritos cujo objetivo se centrava na investigação do estado dos direitos reais e a legitimidade das posses da nobreza. A partir destes

inquéritos também se podiam obter conclusões sobre a organização profissional e económica, bem como diferenciar os níveis de estratificação social.

Foi com base nos resultados das Inquirições, que o monarca D. Dinis ordenou a execução de um cadastro geral, que se tratava de um registo escrito com o intuito de prevenir que os mais ambiciosos se apropriassem de terras e direitos que não lhes pertenciam ou eram devidos, como demonstra a Fig.2.4. Esta ação levou à insurgência, verificando-se diversos protestos e reclamações, assim como algumas tentativas de revolta, mas o poder do monarca prevaleceu.

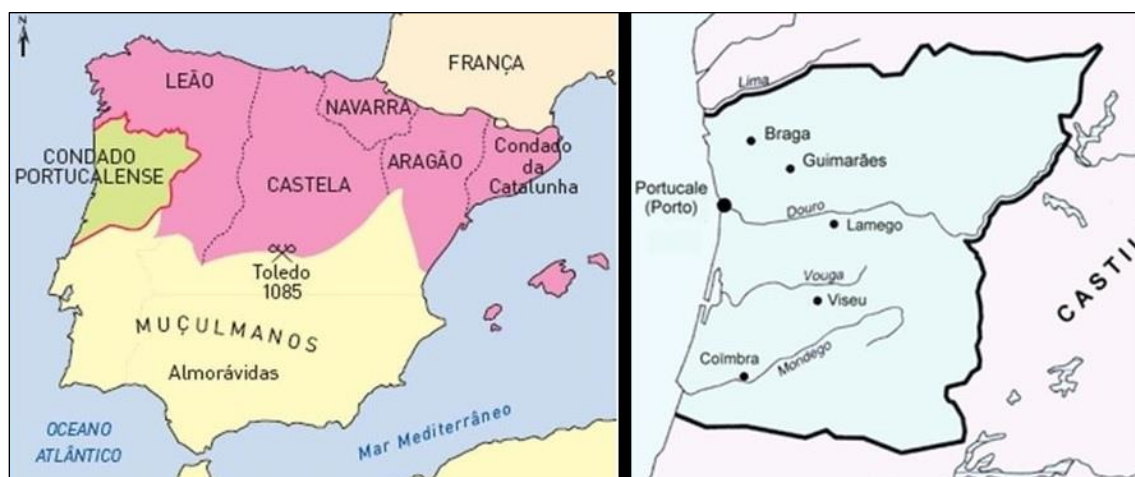


Fig.2.4 - Condado Portucalense instituído em 1095 por Afonso VI de Leão [34]

Com o inevitável nascimento do Estado Liberal e a, cada vez mais forte, afirmação da Nação como conceito fundamental e base de toda a administração, a abrangência da Estatística para todo o país começa a ser uma verdadeira exigência, uma vez que para o exercício do governo não se pode aliar ao incerto e desconhecido. Deste modo, emergem os planos para o cadastro do Reino, realizando-se enumerações de carácter sistemático, iniciando-se a primeira grande série estatística sobre o comércio externo – Balança Geral do Comércio do Reino de Portugal, 1776-1831, que podemos referenciar como o marco inicial de um novo período.

Apesar da multiplicação da recolha de informação e elaboração de quadros estatísticos em cada vez mais áreas da realidade social, e da obtenção de números globais, a informação recolhida é ainda, em grande parte, dispersa, obtida em segunda mão, produzida por terceiros e, por diversas vezes, sem recurso aos requisitos de qualidade e exigência que a estatística exige. Por exemplo, os dados da população são recolhidos através da igreja e processados pelos párocos. Outros dados referiam-se ao comércio externo (1842), às contribuições municipais (1845), ao movimento da alfândegas de Lisboa e Porto (1856-1857), à área demográfica, com a realização do primeiro censo digno desse nome (1864), e a outras áreas, especialmente com a publicação do *Annuário* Estatístico (1875), a que se seguiram séries autónomas para outros setores, (contribuições, movimento bancário, transportes, etc.). [2]

A introdução na era estatística é, portanto, um processo gradual, que decorre, particularmente, ao longo do século XIX, com a criação de entidades que impõem a sua presença nos respetivos Congressos Internacionais.

Contudo, é apenas no século XX que nos deparamos com uma utilização mais eficaz dos dados recolhidos, com a introdução e evolução da estatística como ramo aplicado da matemática, relacionado

ao cálculo das probabilidades, permitindo, deste modo, o fornecimento regular de indicadores de síntese, a perspetiva sequencial das tendências de desenvolvimento e a capacidade prospetiva.

Toda esta evolução foi resultado da criação do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 1935.

2.2.3. ORGANISMOS DE RECOLHAS ESTATÍSTICAS

A Estatística tem por objectivo fornecer métodos e técnicas para, racionalmente, obter as informações necessárias para se poder lidar com situações sujeitas a incerteza. A Estatística pode, então, ser definida como um conjunto de técnicas e métodos de pesquisa que entre outros pontos envolve a planificação de experiências, a recolha e organização de dados, a inferência, o processamento, a análise e a disseminação de informação.

Para o estudo destas técnicas e métodos existem várias entidades e associações, cujo objetivo é a produção dos referenciais e dos dados estatísticos, tanto a nível nacional, como internacional.

Neste ponto, será realizado um breve enquadramento histórico das diferentes entidades que se dedicam ao tratamento dos dados estatísticos.

2.2.3.1. *European Statistical System (Eurostat)*



Fig.2.5 – Eurostat [35]

O *European Statistical System* (Eurostat) é uma organização internacional, que, recorre às entidades nacionais para obter os dados que necessita. Em Portugal, esta organização recorre ao Instituto Nacional de Estatística (INE).

O Eurostat surge na sequência das Comunidades Europeias, sendo que a 10 de março 1958, o presidente *Walter Hallstein* assina o Memorando n.º 1, informando da criação de um serviço estatístico externo. Em 11 de junho 1959, este serviço recebeu o nome do Serviço de Estatística das Comunidades Europeias, referindo-se às três Comunidades: CECA, CEE e *Euratom*.

A 6 de março 1958, apenas algumas semanas depois de ter tomado funções, a Comissão da CEE sob o seu presidente, *Walter Hallstein*, reuniu com o diretor do serviço de estatística da alta autoridade para ouvir o que ele tinha a dizer sobre a "organização do serviço de estatística comum". Da reunião surgiu um projecto de elaboração do memorando que reuniria as condições em que as divisões e serviços da Comissão poderiam recorrer ao serviço de estatística.

Dada a influência da alta autoridade da CECA na estatística, a Comissão da CEE assegurou que a futura Direção Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros garantiria que as estatísticas fossem tratadas por um serviço verdadeiramente interinstitucional.

O Memorando n.º 1, de março de 1958, refere que desde o início de março 1958, um serviço de estatística externo tinha sido criado com o professor *Rolf Wagenführ* no intuito de se desenvolver um serviço estatístico eficaz. O significado da palavra "externa" não foi claro, tendo sido, provavelmente, a palavra escolhida para indicar que o serviço estatístico não pertencia a apenas uma, mas ao conjunto das três comunidades.

A 8 de maio de 1958, foi redigido um documento propondo um serviço de estatística comum para as três instituições.

O documento abrangeu três áreas:

- i) Organização de um serviço de estatística comum dentro instituições:
 - Criação de uma Direção Geral dentro da Comissão da CEE;
 - Atribuição das tarefas de recolha, processamento e divulgação das estatísticas nos domínios abrangidos pelo Tratado;
 - Coordenação de todas as atividades estatísticas das instituições;
 - Criação de um "comité de vigilância" que inclui três membros das instituições.
- ii) Transformação da conferência de diretores gerais dos institutos nacionais de estatística num Conselho de Administração com a tarefa de fornecer as orientações para as atividades estatísticas do Comunidade;
- iii) Divisão do serviço de estatística comum em sete direções: estatísticas gerais, estatísticas agrícolas, estatísticas da energia, estatísticas da indústria e do artesanato, estatísticas do comércio externo, estatísticas sociais e estatísticas de custos, preços, finanças e crédito.

O facto é que a Divisão de Estatística queria definir um serviço realmente integrados sob a forma de um organização estatística centralizado servir a três instituições.

A 11 de Junho de 1959, numa decisão do executivo, o serviço estatístico recebeu o nome de Serviço de Estatística das Comunidades Europeias (SECE), as três Comunidades sendo a CECA, a CEE e *Euratom*. O serviço de estatísticas da *Euratom* foi assim incorporado nesta organização. Este é o nome oficial ainda em uso hoje, apesar do nome mais conhecido de Eurostat, que data apenas de 1973.

Na década de 70, o progresso estava em curso, mas apesar da euforia inicial, o seu crescimento abrandava. O Conselho Europeu reunia três vezes por ano; três novos países aderiram à Comunidade Europeia (Dinamarca, Irlanda e Reino Unido), outros três países (Grécia, Portugal e Espanha) demonstravam a sua vontade em aderir e o ECU e o Sistema Monetário Europeu, começavam a configurar-se.

Nos vários domínios estatísticos, a ação do Eurostat foi contínua e, de facto, aumentou a importância do seu papel como iniciador e catalisador, enquanto se aproximava para o maior desafio de fazer a ponte entre diferentes culturas estatísticas. A cooperação com organizações internacionais foi ganhando uma crescente importância, e como tal foi criado o programa de cooperação com os países em desenvolvimento.

No início da década de 1980, a Europa parecia estar a perder o impulso inicial. Isso significava tempos difíceis para Eurostat: a sua posição enfraquecia no âmbito da Comissão, e a sua gestão era cada vez mais incerta. Contudo, perante estas dificuldades o Parlamento Europeu desenvolveu um particular interesse pelas Estatísticas europeias.

O trabalho dos programas estatísticos continuou com a introdução de algumas inovações: um novo corpo de funcionários trouxe um novo ritmo; começava a surgir um público mais amplo para a divulgação de dados; e inicia-se uma revolução tecnológica.

Com a abertura do caminho para a União Europeia e o objetivo de estabelecer o mercado único, surge um novo desafio para o Eurostat, com o aumento exponencial da procura por estatísticas de alta qualidade.

O Sistema Estatístico Europeu tomou forma e melhorou os seus processos e a tomada de decisão. O programa estatístico tornou-se, assim, um instrumento legal mais adequado às políticas comunitárias e teve um orçamento alocado.

Na década de 90, o desenvolvimento do Eurostat teve particular relação com o Tratado de *Maastricht*, visando a criação do Euro, e a definição estrita de critérios para o Pacto de Estabilidade e Crescimento. O ex-artigo 213-A do Tratado CE e a "Lei Estatística" forneceram o quadro legal necessário para o sistema estatístico europeu [35].

O desafio principal do Eurostat era a sua modernização, que passou por um "plano empresarial" descrevendo a sua razão de ser, a missão, legitimidade e visão.

A cooperação entre o Eurostat e o INE foi fortalecido e objectivos e atribuições foram definidos de forma mais ousada.

Em 1998, o Eurostat tinha uma nova casa: o *Bech Building*.

O Eurostat começa a fortalecer as suas raízes e a sua posição, permitindo o seu crescimento constante, enfrentando os novos desafios.

2.2.3.2. Euroconstruct



Fig.2.6 – Euroconstruct [37]

O *Euroconstruct* é uma rede Europeia composta por 19 Institutos¹ direcionados para a análise do setor da Construção. O *Euroconstruct* foi criado em 1975, estando Portugal representado através do Instituto Técnico para a Indústria da Construção (ITIC). [36]

Desde a sua criação o *Euroconstruct* organiza duas conferências por ano com o objetivo de apresentar a evolução recente e as perspetivas de evolução económica europeia e do setor da construção na Europa, incluindo os seus três segmentos mais importantes: residencial, não residencial e engenharia civil. Nestas conferências, são igualmente apresentados e discutidos temas relevantes para os agentes associados e com grande impacto no setor.

Como já referido, o ITIC é a entidade que representa Portugal no *Euroconstruct*.

A criação do ITIC prendeu-se com a necessidade de prestar todo o apoio possível às empresas do setor da construção, e na necessidade de dar resposta a assuntos indispensáveis ao bom exercício da sua atividade, com reflexos positivos na performance desta Indústria em particular e da economia nacional em geral.

¹ Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Holanda, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido, República Checa, Hungria, Polónia e República Eslovaca.

O ITIC atua sobretudo em:

- Análises e estudos de natureza técnica, científica, económica e financeira, no âmbito do setor da construção;
- Atividades de investigação e desenvolvimento destinadas a responder às necessidades das empresas do setor da construção;
- Ações de assistência técnica às empresas no sentido do reforço da gestão e da produtividade;
- Estabelecimento e aprofundamento de relações técnicas e científicas com organismos nacionais e internacionais ligados à Setor da construção;
- Promoção e realização de ações de formação profissional atuando, até à data, em "mercado de formação" não cofinanciado;
- Organização de seminários, conferências, colóquios, congressos, grupos de trabalho, cursos e atividades similares de divulgação, estudo e formação, de carácter nacional e internacional;
- Promoção e realização de publicações e divulgação sistemática de documentação e informação.

2.2.3.3. Instituto Nacional de Estatística (INE)



Fig.2.7- Instituto Nacional de Estatística (INE) [38]

A informação estatística é, na atualidade e conforme referido, uma forma essencial de conhecimento para a plena cidadania, para a promoção da investigação científica sobre questões com relevância para a nossa sociedade, sendo indispensável para o estabelecimento e progresso das empresas, e fundamental para o âmbito das decisões que regem as políticas governamentais.

Em Portugal, a entidade responsável pela recolha, apuramento e difusão das estatísticas oficiais nacionais, com carácter de independência e vigilância permanente, numa sociedade onde a informação se tornou num pré-requisito para o desenvolvimento económico-social, é o Instituto Nacional de Estatística (INE). [5]

Tal como referido, o INE é o organismo operacional responsável pela recolha, apuramento e difusão das estatísticas oficiais nacionais. No entanto, existem organismos que gerem a atribuição de competências em todo o processo estatístico.

O Sistema Estatístico Nacional (SEN) é composto pelo Conselho Superior de Estatística (CSE), pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e por Órgãos Delegados do INE. O SEN tem como princípios a exclusividade, a autonomia técnica, o segredo estatístico, a autoridade estatística e a cooperação dos serviços públicos.

O CSE é o órgão do Estado que superiormente orienta e coordena o SEN.

Nos termos da Lei nº 6/89, de 15 de Abril [6], o SEN é constituído pelo Conselho Superior de Estatística (CSE) e pelo Instituto Nacional de Estatística (INE):

- O CSE é o órgão do estado que, superiormente, orienta e coordena o Sistema Estatístico Nacional (artigo 8º da mesma Lei);
- Ao INE cabe exclusivamente o exercício de funções de notação, apuramento, coordenação e difusão de dados estatísticos oficiais (artigo 3º da mesma Lei).

Contudo, o número 1 do artigo 16º daquele diploma refere que "(...) para a prossecução das suas atribuições, o INE pode delegar funções oficiais de notação, apuramento e coordenação de dados estatísticos noutros serviços públicos" [6]. A difusão estatística, contudo, é exclusiva do INE.

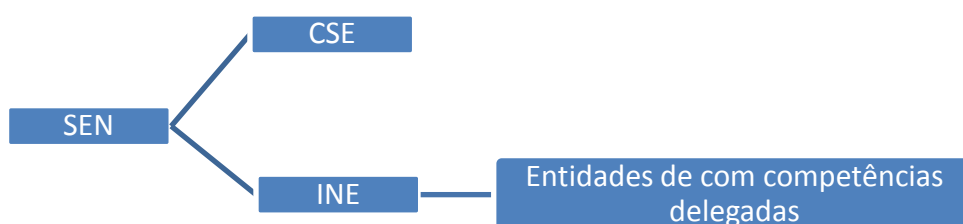


Fig.2.8 – Composição do Sistema Estatístico Nacional (SEN) (Adaptado de [38])

O INE foi criado em 1935, como tentativa de dar resposta à procura crescente por informação estatística, e tem a sua sede em Lisboa e delegações em algumas cidades como Porto, Coimbra, Évora e Faro.

O INE é uma instituição pública dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e independência técnica no exercício da sua atividade estatística oficial. A lei também lhe confere a autoridade estatística e obrigação legal de confidencialidade.

São objectivos do exercício das suas funções: efetuar inquéritos, recenseamentos e outras operações estatísticas; criar, gerir e centralizar ficheiros de unidades estatísticas; aceder aos dados individuais (exceto dados de pessoas singulares) disponíveis nas entidades encarregadas da gestão de serviços públicos; realizar estudos de estatística pura e aplicada e proceder à análise económico-social de dados estatísticos disponíveis; promover a formação de quadros do SEN e cooperar com organizações estatísticas estrangeiras.

Atualmente, o INE tem dezenas de publicações oficiais produzidas, não só em estudos demográficos mas também em diversos setores, tais como indústria, comércio, educação, etc. O cidadão tem direito a aceder a estas publicações, assim como possui, igualmente o direito e dever de contribuir para a construção das mesmas.

O INE pode delegar noutras entidades nacionais a produção de algumas estatísticas oficiais, mas garante, no entanto, a coordenação metodológica e a qualidade dessa produção, bem como a sua divulgação.

O INE é reconhecido a nível interno e externo, como uma instituição de referência estatística como:

- Produtor e fornecedor de informação estatística oficial de qualidade;
- Uma organização independente e de confiança;
- Uma entidade que estimula a literacia estatística na sociedade;
- Uma entidade empenhada e eficaz na cooperação internacional.

2.2.3.4. Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI)



Fig.2.9 - Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI) [39]

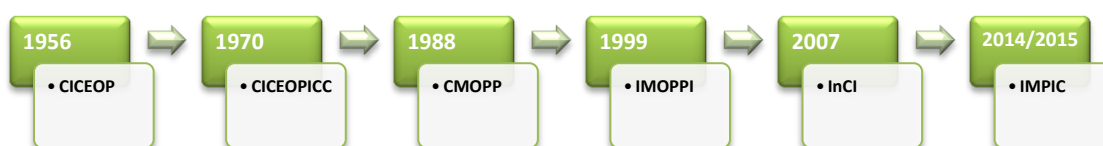


Fig.2.10 - Barra temporal da entidade InCI (Adaptado de [7])

O Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P., (InCI, I.P.), é um organismo com meio século de existência e como demonstra a Fig.2.10 teve a sua origem na Comissão de Inscrição e Classificação dos Empreiteiros de Obras Públicas (CICEOP), posteriormente redenominada de Comissão de Inscrição e Classificação dos Empreiteiros de Obras Públicas e dos Industriais da Construção Civil (CICEOPICC), que funcionava sob a presidência do Conselho Superior das Obras Públicas (CSOP).

Mais tarde, adquiriu autonomia e nasceu como Conselho de Mercados de Obras, Públicas e Particulares (CMOPP), que, anos depois, foi transformado em instituto público, o Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI), recentemente reestruturado e redenominado de InCI.

A CICEOP, criada em 1956, pelo Decreto-Lei n.º 40623, de 30/5/56, no Ministério das Obras Públicas [8], era presidida pelo Presidente do CSOP, e tinha como responsabilidade inscrever os empreiteiros que pretendessem realizar empreitadas de obras públicas de valor superior a 250.000\$00 (ou seja, 1.125 €), para as quais era obrigatório a detenção de um Alvará.

Com a evolução da economia e com o necessário aumento do setor da construção civil nas obras particulares foi, em 1970, decidido regular, também, esta atividade no segmento das obras particulares, mantendo-se os requisitos exigidos para as obras públicas.

Por isso, através do Decreto-Lei n.º 582/70, de 24 de Novembro [9], a CICEOP foi redenominada CICEOPICC, mas continuou a funcionar sob a égide do CSOP.

Em 1978 passou a ser exigido Alvará para obras de valor superior a 500.000\$00 (2.500 €), e mais tarde, em 1982, este valor passou para 5.000.000\$00 (25.000 €).

O aumento da construção, a que assistimos nas últimas décadas, e o aumento substancial de pedidos de alvará, levou a que, em 1988, se procedesse a uma reorganização estrutural da CICEOPICC, autonomizando-a do CSOP.

E, assim, nasce o CMOPP, em 1988, através do Decreto-Lei n.º 99/88, de 29 de Março [10], organismo dotado de autonomia administrativa, na dependência do ministro responsável pela política geral de obras públicas, e foram-lhe atribuídas funções até então na dependência de outros organismos.



Fig.2.11 - Conselho de Mercados de Obras Públicas e Particulares (CMOPP)

A criação do CMOPP foi impulsionada pela reestruturação de todo o sistema de inscrição e classificação das empresas no setor, com a publicação do Decreto-Lei n.º 100/88, de 29 de Março [11], onde, pela primeira vez é tratado de forma autónoma o regime de inscrição, modificação, suspensão, cassação e cessação de um alvará, definindo as condições e requisitos necessários à sua obtenção e manutenção. É ainda criada uma nova figura de Alvará de Fornecedor de Obras Públicas.

É o Decreto-Lei n.º 100/88 [11], que pela primeira vez fixa a regra do período anual do alvará, impondo a sua revalidação, cria a figura do alvará regional para obras particulares de pequena dimensão, circunscritas a uma determinada área de intervenção, e exige a nomeação de um técnico responsável por parte das empresas.

Mais tarde, em 1992, face à proliferação das agências de medição imobiliária, através do Decreto-Lei n.º 285/92 [12], de 19 de Dezembro, foram também cometidos ao CMOPP, as competências de regulamentação e fiscalização desta atividade, cuja fiscalização competia até então à Inspeção Geral de Finanças.

Saliente-se que as atuais duas Comissões Especializadas existentes no InCI, I.P. tiveram a sua origem no CMOPP, onde existiam três comissões: a Comissão de Alvarás de Empresas de Obras Públicas e Particulares (CAEOPP), a Comissão de Índices e Fórmulas de Empreitadas (CIFE) e a Comissão de Análise e Estudos da Conjuntura da Construção e de Acompanhamento da Legislação (CAECCAL), evidenciando um papel preponderante na interação com os agentes do setor.

Por necessidade de melhorar o sistema de qualificação das empresas, quer ao nível do ingresso, quer ao nível da permanência no mercado, em 1999, surgiu o IMOPPI, capacitado de real competência inspetiva e fiscalizadora. Além disso, o IMOPPI foi capacitado de atribuições relevantes sobre os mercados públicos, no que respeita ao acompanhamento da aplicação das normas reguladoras das empreitadas de obras públicas, assim como foi capacitado de competências necessárias ao cumprimento das obrigações comunitárias relativas ao setor.



Fig.2.12 - Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI)

Passados sete anos, com as novas exigências do mercado aliadas aos imperativos de modernização da Administração Pública, com a redefinição organizacional das estruturas e dos recursos, resultou não só a alteração da denominação do Instituto, que passa a designar-se por Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P., abreviado por InCI, I.P., como, sobretudo, a sua missão. Uma entidade orientada, sobretudo, para a melhoria da competitividade e sustentabilidade das empresas do setor, e com vista à defesa do consumidor, seguindo um esquema de gestão por objectivos devidamente quantificados e

por uma avaliação periódica em função dos resultados, pela eficiência na utilização dos recursos disponíveis, pela observância dos princípios gerais da atividade administrativa e pela transparência e prestação pública de contas da sua atividade.

Para além da sua função reguladora, cabe ao InCI assegurar uma atuação coordenada dos organismos do Estado com atuação no setor da construção e do imobiliário, acabando por assumir um papel mobilizador de todos os atores do mercado, devendo tomar as iniciativas estratégicas, que sirvam de referência para os agentes do setor. A função de inspeção e de fiscalização, fundamental no combate à informalidade e à clandestinidade, proporcionando uma maior transparência, uma concorrência sã entre empresas e equidade fiscal, merece uma especial referência no seu campo de atuação.

Devido ao que foi instituído na lei-quadro dos institutos públicos (Lei 3/2004, de 15 de janeiro) [13], ao definir a nova designação e poderes do conselho diretivo, a consagração do fiscal único e a uniformização do regime jurídico de prestação de trabalho de todos os meios humanos afetos ao InCI, operou-se, em 2007, uma nova reestruturação. O resultado foi um modelo inovador de governação, de organização e de gestão, já experimentado, validado, consolidado e reconhecido como tal, com capacidade de permitir a flexibilidade e eficiência adequada a responder às crescentes necessidades deste setor de atividade de relevante importância para a economia nacional e para a competitividade internacional.

Em 2008, foi criado, por portaria, o Portal dos Contratos Públicos, instrumento fundamental para a implementação da política de transparência no setor, definida pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 [14]. A portaria definiu as responsabilidades relativas à gestão deste portal e dos sistemas de informação que lhe ficaram associados. Foram, ainda, atribuídas a este Portal, as funções de autenticação e validação dos contratos adjudicados, permitindo a sua divulgação no setor. Este Portal englobava igualmente toda as informações relativas aos contratos públicos, contratos relacionados com obras públicas e, também, das informações referentes a contratos de locação ou aquisição de bens móveis, acabando por estabelecer sistemas de informação articulados entre si, permitindo o seu tratamento, análise e divulgação.

Ao criar este portal, Portugal antecipou-se aos restantes Estados membros, e conseguiu ser inovador no que concerne ao desenho do processo de contratação pública eletrónica, uma vez que optou pela promoção de um mercado privado de plataformas eletrónicas, alimentadas pelos diversos agentes e atores da contratação pública, entre os quais se encontram as entidades adjudicantes e a Imprensa Nacional Casa da Moeda, em vez do recurso à criação, de raiz, de uma única plataforma pública (Fig.2.13).

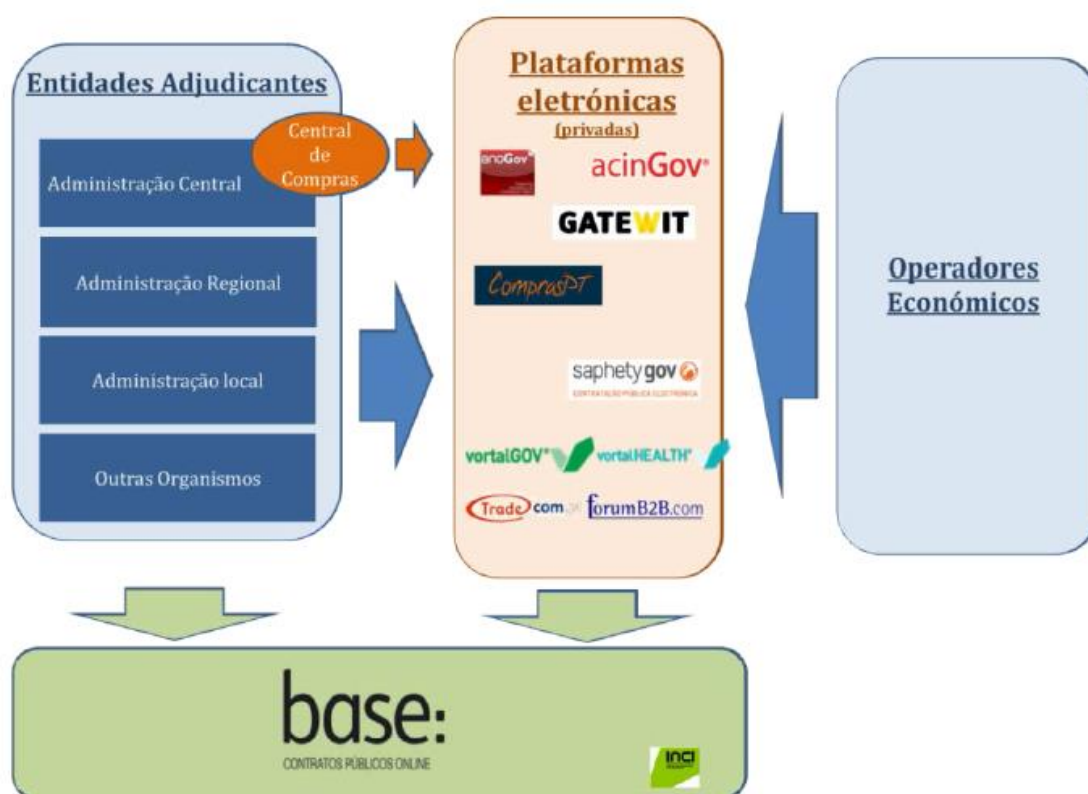


Fig.2.13 – Mercado da Contratação Pública [15]

Em 2012, o InCI é mantido como instituto público (nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2012, de 23 de Julho) [16], mantendo a sua missão de regulador da construção e do imobiliário, mas reforçando os seus poderes em matéria de regulação da contratação pública.

Relacionado diretamente com a atividade do InCI, especialmente no que concerne à recolha de dados, foi desenvolvido pela FEUP, o projeto Indicadores de Desempenho e Produtividade, com o apoio do IMOPPI e da ADI, cujo objeto é o setor da Indústria da Construção. Deste projeto resultou a ferramenta web com interface de fácil utilização denominada de Plataforma *IcBench*. [40]

Esta Plataforma, recorre ao conceito de *benchmarking* interior, é uma ferramenta de recolha e tratamento de informação que culmina na disponibilização de meios de auto avaliação das atividades produtivas das empresas, com critérios e domínios selecionados pelas próprias, dentro do que consideram relevante para o seu negócio. Mas, também engloba o conceito de *benchmarking* exterior, permitindo a introdução de dados, por parte das empresas e dos seus clientes, numa base global, permitindo a avaliação do posicionamento da empresa face à sua concorrência.

Esta plataforma foi desenvolvida de modo a que o seu modelo e filosofia de análise possam ser extrapolados para outras indústrias. E poderá até mesmo vir a possibilitar a comparação entre as diferentes indústrias.

Não obstante do presente capítulo abordar aspetos históricos que contextualizam a evolução da estatística e das diferentes entidades, acha-se pertinente no que diz respeito a esta entidade, abordar alguns aspetos pertinentes sobre as atribuições e alterações que irão ocorrer nesta entidade num futuro

próximo. Assim, o INCI vai evoluir para o IMPIC, que terá novos poderes, à luz das alterações à contratação pública já aprovadas pela União Europeia. Esta nova entidade terá como objetivo regular e fiscalizar o setor da construção e do imobiliário, dinamizar, supervisionar e regulamentar as atividades desenvolvidas neste setor, gerar informação estatística e análises setoriais e assegurar a atuação coordenada dos organismos estatais no setor, bem como a regulação dos contratos públicos. [17]

2.2.3.5. Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (AICCOPN)



Fig.2.14 - Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (AICCOPN) [41]

O início da Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (AICCOPN) data de 13 de Agosto de 1892, data da constituição do Grémio dos Mestres das Quatro Artes das Construções Civas do Porto, a quem D. Carlos I concedeu alvará régio. O propósito do Grémio, era dar resposta aos problemas, gerados por graves crises de ordem económica e social, e que se faziam sentir no setor da construção, preocupando as quatro artes básicas da construção - carpinteiros, estucadores, canteiros e pedreiros. Atravessava-se um período de instabilidade social e económica.

A luta pelos seus interesses surtiu efeito, levando a que as restantes artes da construção aderissem ao projecto, surgindo assim, em 6 de Setembro de 1895, a Associação de Classe dos Mestres de Todas as Artes de Construções Civas do Porto. Oito anos mais tarde, dar-se-ia a fusão daquelas duas instituições, passando a designar-se Associação dos Mestres Construtores Civas do Porto - Associação de Classe.

Resultado das profundas alterações que se faziam sentir, o panorama associativo enfrentava um período de preocupação constante em face do corporativismo que se vinha a desenvolver desde os anos 30 e, perante a falta de apoio com que se deparava, a Associação dá lugar ao Grémio Regional dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas do Norte, isto em 1952, alterando após o 25 de Abril de 1974 para AICCOPN - Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas do Norte.

Em Janeiro de 1996 a AICCOPN, que até então abrangia só os distritos localizados a norte do Rio Mondego, expande a sua atividade a todo o território nacional, passando a contar com a sua atual designação: AICCOPN - Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas. A AICCOPN assume-se como a representante das preocupações e interesses dos empresários do setor, desempenhando uma dupla função de *lobby* junto dos órgãos de decisão e de prestação de um conjunto de serviços.

Esta Associação é hoje a maior associação industrial do país, representando cerca de oito mil e quinhentos Associados.

Os seus mais de cem anos de história conferem-lhe uma grande dignidade e credibilidade. Os princípios que estiveram na origem da sua fundação, continuam ainda a nortear a ação dos seus

dirigentes, traduzindo-se na busca do reconhecimento do valor que representa o setor da construção civil na economia global do país. [42]

2.2.3.6. Associação de Empresas de Construção Civil e Obras Públicas e Serviços (AECOPS)



Fig.2.15 - Associação de Empresas de Construção Civil e Obras Públicas e Serviços (AECOPS) [43]

A AECOPS é hoje uma realidade de referenciada importância no panorama do associativismo empresarial português, o que se deve ao facto de ser herdeira de uma longa tradição neste domínio e de evidenciar um dinamismo absolutamente invulgar a vários níveis.

A história da Associação é bem antiga, pois encontra as suas raízes nos primórdios do século XIV.

Em 1383, foi constituída em Lisboa a Casa dos Vinte e Quatro, formada por corporações de ofícios que representavam profissões do mesmo ramo. Entre elas distinguiu-se a Irmandade do Patriarca S. José, cuja organização e ação fiscalizadora na arte da construção serviu de exemplo durante vários séculos.

Com o decorrer dos tempos, e por sucessivas Cartas Régias de Confirmação de Privilégios, a organização da Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa foi evoluindo, do mesmo modo que a sua influência na gestão da cidade e as suas atribuições no domínio da organização dos mesteres e da formação dos aprendizes também se expandiam.

Em 1709 os juizes do Tribunal da Casa dos Vinte e Quatro conseguiram a aprovação de um Regulamento dos Serviços de cada ofício da Construção cuja atualidade, no que respeita às obrigações dos construtores no desempenho da respetiva atividade, continua inevitavelmente atual nos dias de hoje.

Com o advento do liberalismo, a estrutura corporativa sofreu graves contratemplos, tendo sido uma importante preocupação a diminuição do poder económico e político das organizações de classe. Assim, e apesar da publicação em 1822 de uma lei que assegurava a sua continuidade, por Decreto de 7 de Maio de 1834 foram abolidas todas as antigas corporações de mesteres.

Só em 16 de Junho de 1890 a construção voltaria a ter uma associação representativa, com a constituição formal em Lisboa da Associação de Classe dos Construtores Cíveis, Mestres-de-obras – a primeira associação de classe de empresários da construção que se constituiu no nosso país e que, desde o seu início, sempre defendeu de forma notável a adoção de medidas legais no sentido da regulação desta atividade.

Em 21 de Abril de 1950, um despacho do Subsecretário das Corporações definiu uma Comissão Diretiva responsável por organizar e instalar o Grémio Regional dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas do Sul. A 3 de Maio, um alvará criava o GRICCOPS, atribuindo-lhe competência para

representar todos os que exerciam a atividade da construção civil e obras públicas nos distritos de Lisboa, Santarém, Leiria, Castelo Branco, Setúbal, Évora, Beja, Portalegre e Faro. [18]

O primeiro passo da instituição foi o de angariar todos os industriais do setor para o associativismo, tarefa que se revelou difícil, pois a mera vontade dos fundadores não conseguiu atrair de imediato os sócios necessários para a relevância representativa do GRICCOPS.

Até 1955, o período serviu para reflexão por parte dos industriais e dos responsáveis governativos. Com efeito, a Comissão Diretiva entendeu que só a obtenção prévia de regulamentação da Indústria criaria um clima adequado para a implantação do Grémio. Neste sentido, foi apresentada ao Governo uma proposta nos termos da qual apenas as empresas devidamente organizadas podiam concorrer a obras públicas, medida considerada decisiva para o afastamento de empreiteiros sem preparação nem idoneidade profissional.

Em consequência desta proposta foi publicado, em Maio de 1956, um diploma legislativo que, na sua essência, deu razão ao Grémio. O espírito do associativismo começou a proliferar no seio da classe e, dos 100 sócios em meados de 1955, passaram-se para os 852 no fim de 1957. O GRICCOPS obteve assim uma sede adequada, sita na Praça Luís de Camões, em Lisboa, e os serviços organizaram-se e dotaram-se do equipamento necessário à sua atividade.

O período de reflexão dava agora lugar a um período de intenso trabalho, com a reformulação dos Estatutos primitivos, com a criação de um Gabinete Técnico e com o levantamento exaustivo dos problemas que caíam sobre os industriais. Em Novembro de 1958 considerou-se terminado o período de instalação do Grémio, tendo sido alcançados os primeiros objectivos pretendidos aquando da sua fundação. Neste sentido, em 23 de Abril de 1959 entrou na normalidade administrativa, com a tomada de posse dos primeiros Corpos Gerentes eleitos e a mudança para as instalações na Rua António Enes, em Lisboa.

A primeira Direção eleita desempenhou as suas funções no triénio de 1959 a 1961 e a instituição foi crescendo e aperfeiçoando, ao longo da década, a sua capacidade de apoio aos agremiados e conquistando cada vez mais adesões. A concorrência desregrada e o aventureirismo dos improvisadores foram combatidos pelos dirigentes do Grémio, nomeadamente através da apresentação de propostas às entidades governativas.

Estes esforços de âmbito legislativo tiveram início em 1961, mas só seriam coroados de êxito em 1970, com a regulamentação da atividade da Indústria de Construção nas obras particulares. E o diploma que instituiu o regime jurídico das empreitadas de obras públicas só foi publicado no final da década de 60. Também a legislação sobre a revisão de preços das empreitadas de obras públicas, foi um tema a que o Grémio começou a dar especial relevância em 1965 e que o Governo só em 1975 legislou, validando, aliás, muitos dos pontos de vista defendidos pelo GRICCOPS.

A vida associativa no triénio de 1971 a 1973 foi caracterizada pelo extraordinário aumento do número de agremiados, que passou para mais do dobro neste período (1.534 novos sócios só em 1971), a que não foi estranha a entrada em vigor da regulamentação do exercício da atividade no setor.

Face aos acontecimentos políticos de 1974, em Maio é convocada uma Assembleia Geral que aprovou a constituição de uma comissão com vista ao estudo de um projecto de estatutos de uma associação livre.

O Grémio passou momentos de instabilidade causados em parte pelos ativistas sindicais que compeliram a Direção a aceitar, sob pressão física e psicológica, o pagamento do 13º mês, e pelo aparecimento de divisões no Setor, apontando para o desmembramento do Grémio em duas associações, uma para os empreiteiros de obras públicas e outra para os industriais de construção civil.

Perante todos estes condicionalismos a Direção demitiu-se, tendo sido nomeada uma Comissão *Ad Hoc* para a substituir. O Setor encontrava-se perante uma grave crise económica e a Comissão *Ad Hoc* acabou por também se demitir em 1975. A Assembleia Geral optou por não proceder à eleição de qualquer corpo diretivo para assegurar a gerência do Grémio, tendo sido, porém, nomeada uma Comissão de Gestão, composta por funcionários do GRICCOPS, para a manutenção do funcionamento administrativo da instituição. [18]

Uma outra Assembleia Geral, em Agosto de 1975, reunida em sessão extraordinária, aprovou a criação da AECOPS - Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas do Sul, assim procedendo à reformulação legal do Grémio.

O regresso à estabilidade foi o objectivo desenvolvido até ao final da década. Foi neste mandato que a AECOPS se filiou na CIP – Confederação da Indústria Portuguesa e na FIEC – Federação da Indústria Europeia da Construção.

O primeiro mandato da década de 80 ficou marcado por situações adversas na conjuntura económica, com diminuição das adjudicações de obras públicas, do consumo de aço e cimento, assim como na obtenção de licenças. Em 1981, a AECOPS elaborou cerca de 80 exposições ao Governo, a quem deu conta dos problemas do Setor e apresentou sugestões para a recuperação do mesmo. O ano de 1981 marcou também o início da participação ativa da Associação no debate das questões que se levantavam ao Setor da Construção com a adesão de Portugal à CEE.

Nos anos subsequentes a situação do setor não alterou e a AECOPS efetuou múltiplas reuniões com ministros, deputados, instituições de crédito, etc., para além de terem sido tomadas medidas no sentido de sensibilizar a comunicação social para os problemas do setor.

O clima de expansão económica que se iniciou em 1986 manteve-se nos dois anos subsequentes, o que permitiu ao setor uma base de evolução minimamente consistente. Contudo no mercado imobiliário continuaram a fazer-se sentir as dificuldades inerentes à redução da concessão de crédito para habitação e à inexistência de condições para o renascimento do mercado de arrendamento.

Ao longo da década de 90, a AECOPS consolidou a sua posição de principal associação portuguesa do Setor da Construção Civil e Obras Públicas, assumindo-se claramente como um dos pilares do associativismo empresarial nacional e reforçando a sua intervenção e o seu prestígio na cena internacional.

O ano de 1993 marcou a última grande evolução estatutária da AECOPS até à data. Quase no final do ano, em 17 de Dezembro, a Assembleia Geral aprovou os novos estatutos procedendo, nomeadamente, ao alargamento do respetivo âmbito geográfico, agora extensivo a todo o território nacional, e à adoção de uma nova designação social que passou a ser AECOPS - Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas.

Mas 1993 ficou também assinalado pelo lançamento de duas novas iniciativas da Associação que viriam a ter grande sucesso e a ser reeditadas nos anos seguintes, tornando-se verdadeiros “ex-libris” da Construção no nosso país: a realização das primeiras Conferências AECOPS e a edição do Relatório AECOPS da Construção, dedicado ao ano de 1992.

Depois de quase 40 anos no mesmo local, a AECOPS mudou a sua sede, em Março de 1995, da Rua António Enes, próximo do Saldanha, para um novo edifício, com um total de 11 pisos, sito na Rua Duque de Palmela, junto ao Marquês de Pombal. Tal mudança, que correspondeu a uma necessidade há muito sentida e decorrente do assinalável crescimento registado pelos serviços da Associação, permitiu melhorar significativamente a operacionalidade e a qualidade do atendimento às empresas.

No plano associativo, a AECOPS foi, em 1996, fundou a FEPICOP – Federação Portuguesa da Setor da Construção e Obras Públicas – e em 2009, fundou a CPCI – Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário.

Apesar da crise profunda que o setor da construção tem atravessado desde 2009, a AECOPS manteve-se sempre, ao longo dos últimos anos, extremamente ativa no plano político, com centenas de estudos, propostas, exposições e intervenções revestindo as mais variadas formas e naturezas e sobre os assuntos mais díspares - desde que relevantes para a atividade das empresas que representa, tendo acompanhado e criticado com acutilância e profundo conhecimento todas as alterações legislativas introduzidas com impacto no setor. [43]

A AECOPS tem com principais pilares:

- Estar atenta às evoluções dos mercados e às condições em que as empresas de Construção exercem a sua atividade, promovendo uma sã e leal concorrência entre todas;
- Proporcionar toda a informação relevante e o melhor apoio para a atuação dos agentes do setor da construção no mercado.

2.3. SETOR DA CONSTRUÇÃO EM PORTUGAL

2.3.1. INTRODUÇÃO

O setor da construção engloba edificações, sejam elas para uso residencial ou outros e obras de engenharia civil, como estradas, pontes, vias-férreas, barragens, entre outros. Envolve também várias especificidades no que diz respeito à diversidade dos procedimentos e métodos de construção, à abundância e diversidade das regras de construção e ao papel do Estado como regulador e importante (senão mesmo principal) promotor.

A fileira da construção tem uma importância extremamente significativa na economia nacional, sendo um setor muito diferente de outras áreas de atividade, quer em termos produtivos, quer em termos de mercado de trabalho. Tem uma relação de valor muito ampla, porque recorre a uma extensa rede de *inputs*, o que proporciona a existência de efeitos multiplicadores significativos.

Com o aumento do desenvolvimento económico, o peso da construção na economia tende a ser progressivamente menor, pela redução na procura desta atividade. Genericamente, poderá considerar-se que a um elevado nível de desenvolvimento económico corresponde um grau de satisfação considerável em termos de ambiente construído, nomeadamente, infraestruturas e parque residencial. A procura dirigida a este setor é assim de algum modo afetada pelo grau de desenvolvimento da economia, da conjuntura económica e do crescimento da despesa pública, ou seja, mais do que em qualquer outro setor de atividade, a sua evolução depende do montante e da conjuntura do investimento noutros setores. Portugal, no Gráfico 2.1, apresenta uma tendência semelhante à dos países mais desenvolvidos da Europa ocidental, isto é, demonstra uma tendência para uma mudança estrutural no tipo de construção a desenvolver, que se centra especialmente na reabilitação. A Europa Central apresenta uma tendência diferente, uma vez que inclui países que ainda necessitam de investir em infraestruturas e parque habitacional.

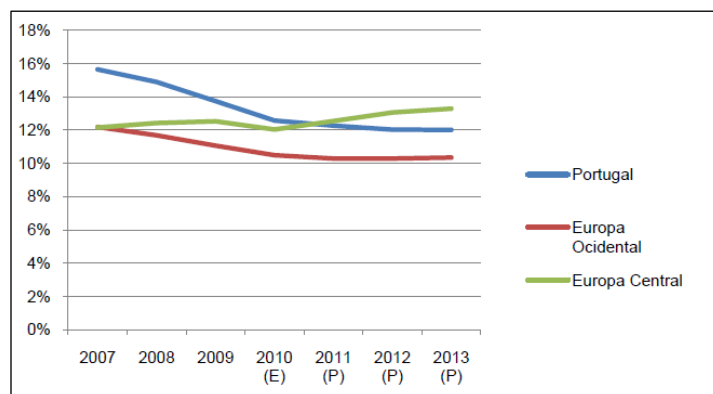


Gráfico 2.1 – Peso do Setor da Construção no Produto Interno Bruto (PIB) em % [37]

Neste contexto, o presente artigo [19] baseia-se em dados do Euroconstruct, de Dezembro de 2010, e propõe-se a apresentar as perspetivas para os diferentes segmentos do setor da construção até 2013, e os desafios que se colocam à fileira. Simultaneamente, tendo em conta os desafios que se colocam às empresas de construção, são apresentadas algumas medidas ao nível político que têm vindo a ser implementadas tendo em vista o apoio à recuperação do setor e ao mesmo tempo potenciar a sua internacionalização.

2.3.2. EVOLUÇÃO DO SETOR EM PORTUGAL

O Setor da Construção tem um enorme impacto na realidade económica dos mercados e regista implicações cíclicas fundamentais, desde as matérias-primas, mão-de-obra e maquinaria a que recorre, até aos setores comerciais e financeiros com os quais interage, entre muitos outros. O seu poder resulta, também, do volume e escala que apresentam as diversas atividades que se desenvolvem em seu redor. Este pressuposto traduz-se, facilmente, numa interligação dependente, que tanto valoriza a atividade do setor, como questiona a volatilidade dos efeitos em cadeia.

Face ao exposto, para uma melhor perceção da evolução desta indústria, será feita uma análise global no decorrer dos anos 90, e posteriormente, até 2012.

2.3.2.1. Indicadores Analisados

A compreensão sobre o quadro geral do setor será feita através da observação e análise de indicadores macroeconómicos que permitem uma visão mais ampla, adequada às circunstâncias.

Os três indicadores com maior relevo para este estudo são o produto interno bruto (PIB), o valor acrescentado bruto (VAB) e a formação bruta de capital fixo (FBCF), em que os dois últimos são analisados com base na sua importância (peso) relativamente ao primeiro.

Produto Interno Bruto (PIB)

O PIB é o somatório, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região – cidades, distritos, estados, países – para um determinado espaço temporal – mês, trimestre, semestre, ano. Este indicador serve como referência, em macroeconomia, com o propósito de mensurar a atividade económica, como um todo, de uma dada região.

Na contagem do PIB, considera-se, apenas, produtos finais, excluindo todos os bens de consumo intermediários, isto é, bens que estejam ainda em curso de fabrico e/ou que integrem a produção de um outro bem. Tal acontece com o intuito de evitar o problema da dupla contagem, quando valores gerados na cadeia de produção aparecem contados duas vezes na soma do PIB.

Quando se procura estudar o comportamento do PIB de um país ao longo do tempo, é preciso diferenciar PIB nominal de PIB real. O primeiro diz respeito ao valor do PIB calculado a preços correntes, ou seja, no ano em que o produto foi produzido e comercializado, já o segundo é calculado a preços constantes, onde é escolhido um ano base – servindo de referência – com eliminação, assim, do efeito da inflação. Para avaliações mais consistentes, o mais indicado é o uso do valor real, uma vez que só reflete as variações nas quantidades produzidas, ignorando as alterações dos preços de mercado. Essa eliminação faz-se a partir de um deflator – normalmente, um índice de preços – que isola o crescimento real do produto daquele que se deu, artificialmente, devido ao aumento dos preços da economia.

O deflator do PIB é uma estatística simples calculada pela divisão do PIB nominal pelo PIB real, multiplicados por cem. Este será igual a cem (ou a um) nos respetivos anos base, em que o PIB nominal e o PIB real são iguais. A importância do deflator do PIB é refletir as mudanças que ocorrem nos preços do mercado, sendo usado para controlar o nível médio de preços numa dada economia. O cálculo da taxa de inflação de um determinado ano leva em consideração o deflator do PIB deste ano em relação à mesma estatística relativa ao ano anterior. O deflator do PIB e a inflação estão, assim, intrinsecamente relacionados. [20]

O cálculo do PIB pode ser feito por várias óticas, dependendo da perspetiva que se queira analisar. Estas serão apresentadas de seguida, com destaque para duas que serão interpretadas no ponto 2.3.2.3. – **ótica da despesa e ótica da oferta.**

Na **ótica da despesa**, o PIB é determinado a partir das despesas efetuadas pelos inúmeros agentes económicos, em bens e serviços, para utilização final. Nesta ótica, o PIB corresponderá à despesa interna (ou procura interna), ou seja, ao somatório da despesa das famílias em bens de consumo (consumo privado, C), da despesa do Estado em bens de consumo (consumo público, G), da despesa das empresas em investimento (I), quer em bens de capital (formação bruta de capital fixo, FBCF), quer em existências de matérias primas e produtos (variação de existências, VE). A despesa interna é orientada não só a bens que foram produzidos no país, mas também a bens produzidos fora (bens importados, M), logo não devem ser incluídos no PIB. Por outro lado, há bens que devem ser incluídos no PIB, mas que não são consumidos no país (as exportações, X), e que, portanto, não estão incluídos na procura interna.[20] Desta feita, na ótica da despesa, o PIB poderá ser calculado a partir da soma de todas estas componentes:

$$PIB = C + G + I + X - M \quad (1)$$

Tendo o investimento (I) igual à formação bruta de capital fixo (FBCF) mais a variação das existências (ΔEXT), temos:

$$PIB = C + G + FBCF + EXT + X - M \quad (2)$$

Na **ótica da oferta**, o PIB é determinado a partir da soma do valor gerado em cada uma das empresas que operam na economia. Esse valor gerado é o VAB (valor acrescentado bruto), a diferença entre o valor da produção e os consumos intermédios de cada empresa. O PIB a preços de mercado (PIB_{pm}) pode ser obtido com o único ajustamento de somar impostos, líquidos de subsídios, que incidem sobre os produtos entre o fim da produção e a venda, isto é, os impostos sobre o consumo, como, por exemplo, o IVA.

$$PIB = \sum VAB_i + (Imposto - Subsídios) \quad (3)$$

(sendo “i” cada uma das empresas da economia)

Na **ótica do rendimento**, o PIB é determinado a partir dos rendimentos de fatores produtivos distribuídos pelas empresas. Nesta ótica, o PIB resulta da soma dos rendimentos do fator trabalho com os rendimentos dos outros fatores produtivos, que, nas contas nacionais portuguesas, aparecem todos agrupados numa única rubrica: Excedente Bruto de Exploração (EBE). O EBE abarca os rendimentos, lucros e juros.

$$PIB = \text{Remunerações do trabalho} + \text{Excedente Bruto de Exploração} \quad (4)$$

Valor Acrescentado Bruto (VAB)

Valor acrescentado bruto (VAB) é o resultado final da atividade produtiva no decurso de um período determinado. Resulta da diferença entre o valor da produção e o valor do consumo intermédio, originando excedentes. Atualmente, este indicador é calculado, com base no Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

$$VAB = VBP - CI \quad (5)$$

VBP = vendas + prestação de serviços + variação nos inventários da produção + trabalhos para a própria entidade + rendimentos suplementares + subsídios à exploração

CI = Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas + Fornecimentos e serviços externos + Impostos indiretos

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)

Este indicador resulta da soma dos investimentos realizados pelas empresas e pelo Estado, na aquisição de bens de equipamento, a serem utilizados em processos produtivos com um prazo superior a um ano.

2.3.2.2. Análise do setor entre 1990 e 2000

Quando Portugal aderiu à CEE, apresentava um atraso significativo face ao resto dos países da comunidade, sendo a falta de infraestruturas identificada como um dos maiores desafios ao desenvolvimento do país.

Na década de 90, o Setor da Construção português deparou-se com um forte desenvolvimento, gerado, sobretudo, pelo financiamento através de fundos comunitários, conforme se pode verificar com os resultados que se apresentam na Tabela 2.1.

Tabela 2.1 – Comparação de valores de desenvolvimento entre os vários setores e o Setor da Construção [21]

Anos	Total	Construção	Taxa de variação
	(milhares €)	(milhares €)	Construção (%)
1975	71.928	1.137	
1976	104.566	6.554	
1977	145.138	24.491	
1978	233.451	35.649	
1979	252.134	67.313	
1980	304.040	73.453	
1981	440.984	75.756	
1982	672.038	141.551	
1983	1.128.506	158.858	
1984	1.069.899	139.805	
1985	1.181.058	169.388	21,16%
1986	1.139.105	278.719	64,54%
1987	1.279.401	331.395	18,90%
1988	1.498.589	447.763	35,11%
1989	1.788.483	582.785	30,15%
1990	2.394.783	834.718	43,23%
1991	3.140.317	1.132.407	35,66%
1992	3.685.706	1.078.439	-4,77%
1993	3.728.531	1.231.039	14,15%
1994	3.506.286	1.365.297	10,91%
1995	3.844.856	1.408.931	3,20%
1996	4.217.408	1.574.658	11,76%
1997	5.159.090	2.178.895	38,37%
1998	8.884.144	2.131.646	-2,17%
1999	6.766.472	1.735.426	-18,59%
2000	9.903.039	1.931.345	11,29%
2001	10.566.140	2.746.693	42,22%
2002	8.573.009	2.744.425	-0,08%
2003	6.833.740	2.437.341	-11,19%
Total -	92.512.841	27.065.877	

A partir de 1983, Portugal começou a beneficiar dos fundos comunitários de pré-adesão, que permitiram o desenvolvimento de novos acessos rodoviários a zonas do país, até aí, quase inacessíveis: IP4 Porto – Bragança, IP5 Aveiro – Vilar Formoso e uma nova estrada de acesso ao Algarve. Com a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986, Portugal beneficiou de importantes fundos estruturais, para potenciar o desenvolvimento das suas infraestruturas, levando a um forte desenvolvimento do Setor da Construção Civil e Obras Públicas. Esta situação teve reflexos importantes quer na estrutura e modo de funcionamento das empresas do setor, quer na evolução do tipo e volume de emprego no mesmo.

Começando por analisar este último ponto, verifica-se que, em Portugal, o Setor da Construção Civil e Obras Públicas representa um peso muito importante na estrutura do emprego do continente. A partir do momento em que os fundos europeus começaram a chegar a Portugal, verificou-se um crescimento abrupto generalizado e, em especial, no setor em análise. Conforme é passível de se verificar, o maior crescimento absoluto deu-se de 1996 para 1997, coincidindo com início da construção de uma grande

obra pública, a Ponte Vasco da Gama. Com o término desta grande obra e da EXPO 98, no decorrer do ano de 1998, existe uma desaceleração do investimento neste setor, como se pode observar para os anos consequentes. [22]

Durante esta década, as infraestruturas de transportes careceram de particular atenção dos investimentos realizados, como foi o caso do Metro do Porto (aprovado o financiamento para realização da obra em 1998), a expansão do Metro de Lisboa e de novas autoestradas – obras apoiadas significativamente pelos fundos comunitários de que Portugal beneficiou (Gráfico 2.2).

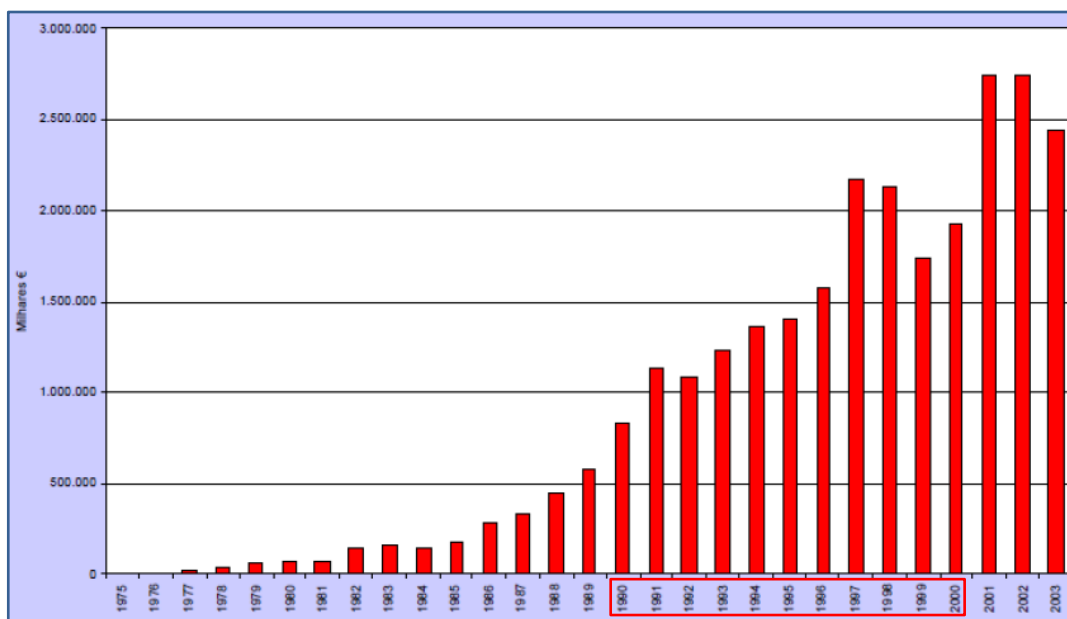


Gráfico 2.2 – Investimento em Construção de infraestruturas de transporte e “utilities” [23]

O peso do setor da construção, na década de 90, teve um ligeiro aumento em termos de emprego total, passando de 8%, no início de 90, para 12,1%, no final desta, conforme a Tabela 2.2.

Tabela 2.2 – Evolução do emprego na Construção Civil e Obras Públicas (CCOP), 1990-2000 [24]

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Emprego na Construção	361.1	363.6	346.2	340.2	330.8	340.3	343.1	388.4	516.7*	540.9	593.5
(em milhares) – Total											
Emprego na Construção	-	-	330.5	325.1	315.0	329.7	328.4	371.5	497.3	521.6	-
(em milhares) – Homens											
Emprego na Construção	-	-	15.8	15.1	15.9	10.7	14.8	16.9	19.5	19.3	-
(em milhares) – Mulheres											
Percentagem do emprego	8.0	7.9	8.0	8.0	7.8	8.0	8.1	9.0	10.9	11.2	12.1
na Construção no											
emprego total (%)											

Ainda no que concerne ao emprego, e mais concretamente o aumento da população empregue no setor, uma parte significativa deste aumento fica a dever-se à crescente presença de forças de trabalho estrangeiras. Em 1998, 47,7% dos estrangeiros ativos legalmente a residir em Portugal encontravam-se a trabalhar na construção ou em atividades relacionadas com esta indústria [24]. A desqualificação

social das profissões do setor, refletindo a dureza, a sujidade, a perigosidade e os baixos níveis salariais, condicionava as escolhas dos jovens cidadãos nacionais, proporcionando uma possibilidade de entrada no mercado de trabalho a muitos milhares de imigrantes, fator que justifica o ocorrido no período em análise e que contribuiu para a precariedade contratual do setor. Estes dados possibilitam concluir a existência de uma estratégia empresarial assente na utilização intensiva de mão-de-obra, com o intuito da redução dos custos de produção.

Quanto à estrutura e modo de funcionamento das empresas, uma maior competitividade empresarial levou a que a principal estratégia passasse por diminuir os seus quadros de pessoal e adotar uma política de subemprego para as diversas fases de realização das obras, reservando, para o empreiteiro geral e para o dono da obra, uma função de coordenação geral. Surge, assim, um aumento do número de pequenas empresas que passaram a funcionar como subempreiteiras das empresas maiores.

Desde 1995 até 2000, verificou-se um forte dinamismo do setor causado quer pela execução dos grandes projetos já referidos, quer pela aceleração da atividade económica e da descida das taxas de juro nominais que incentivaram o consumo generalizado: a construção e compra de habitação foram particularmente impulsionadas. Combinando a variação da taxa de juro, com a inflação média anual, passou-se de uma taxa de juro real aproximada de 10,1% em 1993 para 2,7% em 1999 – ver Tabela 2.3.

Tabela 2.3 - Evolução da inflação e das taxas de juro médias do Crédito Habitação em Portugal [24]

Anos	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Taxa juro média	16,6%	12,8%	12,5%	11,1%	9,8%	6,1%	5,0%
Inflação	6,5%	5,2%	4,1%	3,1%	2,1%	2,8%	2,3%
Taxa juro real	10,1%	7,6%	8,4%	8,0%	7,7%	3,3%	2,7%

A taxa de crescimento do Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Construção apresentou, no período 1994-1999, um comportamento evolutivo [25]. Esta evolução não é uniforme nos diferentes subsectores da construção. Sendo que o subsector das obras públicas registou, sobretudo nos últimos anos na década, um dinamismo superior ao do subsector da construção residencial.

Dentro do setor da construção habitacional, prevalece a construção de raiz sobre a reabilitação dos edifícios existentes, dadas as crescentes facilidades de crédito para a aquisição de habitação e a descida das taxas de juro, a par da inexistência de mercado de arrendamento competitivo e atrativo, com realce para as grandes metrópoles (Lisboa e Porto) e do valor social da propriedade como característica nacional.

Pode, então, concluir-se que, em grande parte, o crescimento do setor da construção em Portugal teve como base 3 pilares de financiamento distintos: a União Europeia (UE), o Estado português e a Banca.

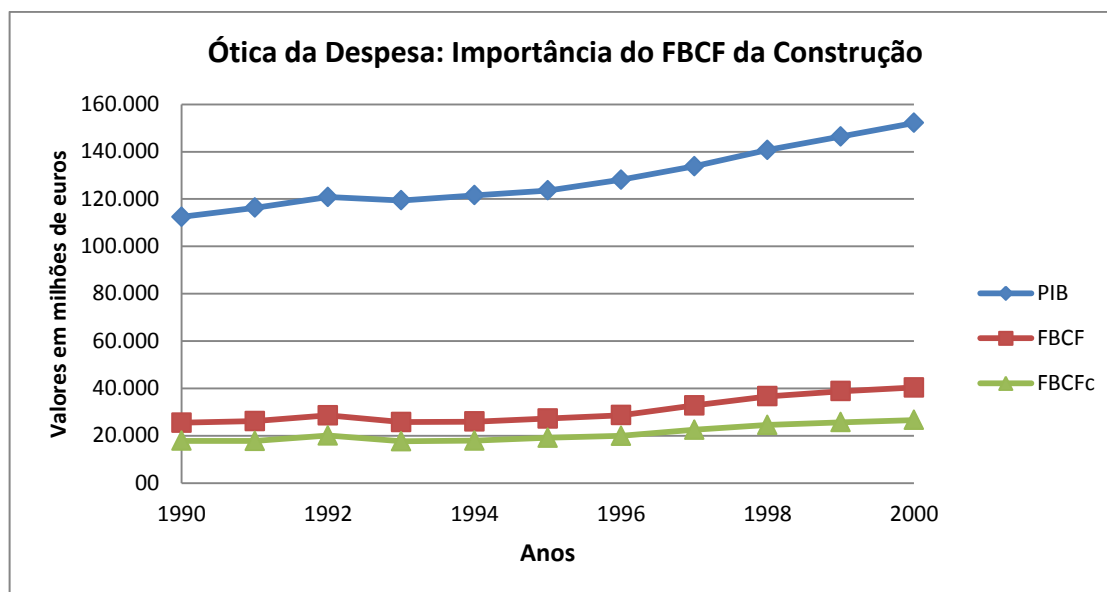


Gráfico 2.3 - Ótica da Despesa: Importância do FBCF da Construção

Em suma, finalizando a análise da década, verifica-se um acompanhamento de crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) com o Produto Interno Bruto (PIB) (vide Gráfico 2.3). A FBCF do setor da construção (FBCFc) segue a tendência e apresenta um peso significativo no total da FBCF, como expectável, de acordo com o forte investimento realizado a partir de 1996 e já justificado no presente documento.

Para um melhor entendimento do enquadramento do setor com o PIB, seria importante uma investigação complementar na ótica da oferta, através da análise do indicador de referência Valor Acrescentado Bruto (VAB), no entanto, não foi possível obter os dados correspondentes para este período temporal, pela fonte utilizada.

2.3.2.3. Análise do setor entre 2000 e 2012

Na conjuntura atual, que tem vindo a formar-se, pelo menos, nos 5 últimos anos, surgem dificuldades económicas para o setor da construção, quer ao nível da sua operação, quer ao nível do consumidor final. Conforme referido, o setor da construção teve sempre um papel relevante na sociedade face às suas necessidades, sejam elas de habitação, de infraestruturas de transportes, de escritórios e indústrias, de comércio, de telecomunicações, de infraestruturas hídricas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais, de turismo e lazer, de energias renováveis, de reabilitação e reciclagem.

Após a receção dos avultados fundos comunitários durante a década anterior, que resultaram num enorme crescimento do setor, mitigando as necessidades anteriormente referidas, em particular as habitacionais, inicia-se a crise imobiliária nacional. Portugal foi afetado pelo panorama internacional, especialmente depois de ter rebentado a bolha especulativa do imobiliário nos Estados Unidos da América, com a crise do *subprime*. A oferta tornou-se excessivamente superior à procura, com o acréscimo da subida acentuada dos *spreads*, resultantes da falta de confiança nos mercados [26].

Na Fig. 2.16, utilizou-se o ano de 2010 como referência para analisar o comportamento da evolução da produção do setor considerado. Como esperado, quanto mais para o início da década se for, maiores são os níveis de produção; por outro lado, se se avançar para os anos seguintes, menores serão

esses níveis. Assim, resulta uma tendência evolutiva negativa desde o início de 2000 até 2012, sem aparente alteração.

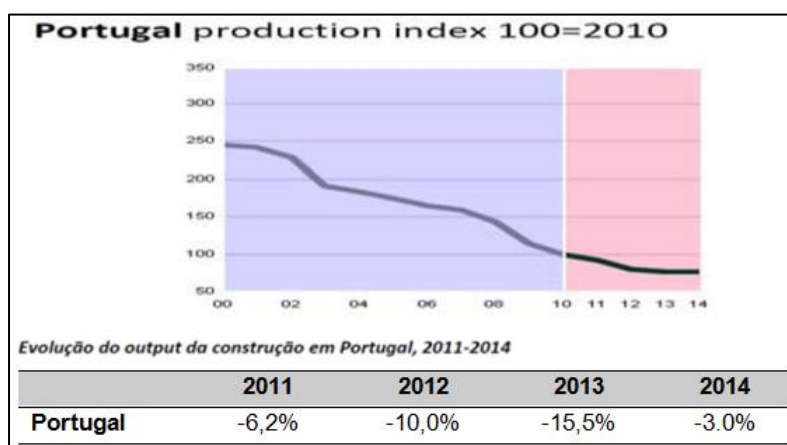


Fig.2.16 – Evolução do *output* da Construção em Portugal entre 2011 e 2014 (Adaptado de [27])

Inicialmente, a principal preocupação centrava-se em investir e construir, o que, por inúmeras vezes, resultou num desvio entre o estimado e o realizado, acabando por acarretar custos superiores aos pretendidos. Esta situação era considerada “normal”, no sentido em que ao iniciar uma obra/projeto já se esperava este desvio final. O setor da construção apresentava os seus preços e o consumidor analisava-os com a consciência de que a qualidade final do produto dependeria de possíveis acertos nos valores face aos imprevistos que poderiam surgir. A aposta no controlo da qualidade era menor, pelo que resultava num grande custo ao nível dos defeitos.

Ora, tal como referido, atualmente os orçamentos são muito mais limitados e o consumidor final muito mais exigente. A capacidade de investimento reduziu e, como tal, todos os custos/despesas carecem de uma previsão baseada em valores reais, de uma análise cuidada e de uma consciência redobrada na ambição de serem analisados e confinados, pois o cliente recusar-se-á a suportar custos extras que se poderiam refletir, essencialmente, em utilidades adicionais ou mais valias.

Assim, deparamo-nos com o que tem sido o cenário mais habitual, as empresas do setor da construção veem-se forçadas a reduzir preços para poderem entrar no mercado e competir com as restantes empresas. O aumento das exigências do consumidor reflete-se, especialmente, na análise fundamental dos valores orçamentados, sem ter em conta todo o processo necessário para a garantia de qualidade. Portanto, as empresas não só têm necessidade de serem rigorosas na elaboração dos seus orçamentos, como também precisam de assegurar melhor preço. É reflexo desta situação, a análise do número de empresas que viu a sua dimensão reduzir ou até mesmo do número de empresas que tiveram de sair do mercado, como demonstram as Tabelas 2.4 e 2.5 *infra*.

Tabela 2.4 – Distribuição do número de empresas por classe de alvará (Adaptado de [28])

Classes	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Var. 2012/2011
Classe 1	16.354	15.229	15.614	14.958	14.580	14.511	13.037	-10,16%
Classe 2	2.486	2.706	2.840	3.393	3.465	3.399	3.295	-3,06%
Classe 3	2.990	2.808	2.834	2.673	2.590	2.450	2.219	-9,43%
Classe 4	1.652	1.615	1.632	1.635	1.614	1.546	1.448	-6,34%
Classe 5	886	945	948	1.007	1.018	1.036	1.035	-0,10%

Classe 6	354	290	290	323	321	334	291	-12,87%
Classe 7	122	115	120	126	135	132	123	-6,82%
Classe 8	53	38	38	43	40	44	42	-4,55%
Classe 9	88	83	84	86	96	103	98	-4,85%
Total	24.985	23.829	24.400	24.244	23.859	23.555	21.588	-8,35%

Tabela 2.5 – Nº de trabalhadores em empresas ativas com mais de um trabalhador CAE (Adaptado de [28])

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Construção (€)	272.000	307.182	370.829	380.021	363.238	370.141	386.804	390.151	372.395
Total de economia (€)	2.580.324	2.699.574	2.850.875	2.819.752	2.848.259	2.899.280	3.069.323	3.099.502	3.205.372
Peso da Construção no total de empresas ativas (%)	10,5	11,4	13,0	13,5	12,8	12,8	12,6	12,6	11,6

Tabela 2.6 – Correspondência entre as classes contidas nos alvarás das empresas de construção e os valores máximos de obra

Classes das Habilitações	Valores das Obras (em euros)
Classe 1	até 177 000
Classe 2	até 350 000
Classe 3	até 700 000
Classe 4	até 1 400 000
Classe 5	até 2 800 000
Classe 6	até 5 500 000
Classe 7	até 11 000 000
Classe 8	até 17 000 000
Classe 9	acima de 17 000 000

A informação *supra* só foi possível ser apresentada para este período temporal, não tendo sido encontrado quaisquer dados correspondentes para os anos em falta, pela fonte utilizada.

Desta forma, como pôde uma empresa no setor da construção, em Portugal, destacar-se e chegar à atualidade? A resposta a esta questão poderá ter passado, de facto, por estes métodos de avaliação de riscos, *benchmarking* e o método *Lean Constuction* terem-se tornado mais relevantes desde o início desta década.

Como exemplo de aplicação do *benchmarking* pode referir-se, mais uma vez, a plataforma *icBench*, lançado pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP) e o Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI).

A metodologia de *Lean Construction*, por sua vez, tem o objetivo de levar a construção a atingir níveis de eficiência e produtividade satisfatórios, tratando-se de um novo paradigma de produção. Tem como princípios fundamentais: reduzir as atividades que não acrescentam valor; aumentar o valor do produto

através da ponderação das necessidades dos clientes; reduzir a variabilidade; reduzir os tempos dos ciclos; simplificar através da redução do número de passos ou partes; aumentar a flexibilidade de saída; aumentar a transparência; focar o controlo no processo global; enquadrar a melhoria contínua nos processos; manter o equilíbrio entre as melhorias nos fluxos e nas conversões; praticar o *benchmarking*.

Assim sendo, as empresas deverão apresentar os seus preços com base num eficiente estudo de todas as possíveis formas de conseguir o resultado final com o menor desperdício possível. Deverão procurar equilibrar os custos de controlo de qualidade com os custos de defeitos, mas apenas ao ponto de atingir um equilíbrio que consista no controlo necessário para que o valor de possíveis defeitos se torne aceitável. Um custo no controlo de qualidade excessivo pode resultar numa utopia de custo de defeitos zero, contudo, neste ponto, poderemos deparar-nos com situações em que o custo de uma pequena percentagem de defeito será menor ao custo do excessivo controlo de qualidade.

Além do acima exposto, uma aplicação dos 5S: Utilização, Organização, Limpeza, Normalização e Disciplina permitirão, inclusive, reduzir de tal forma os custos que, numa análise entre o antes e o depois (da utilização deste sistema), o consumidor final poderá obter o mesmo produto com a mesma qualidade por um preço inferior ao esperado. Temos como vantagens da aplicação desta ferramenta: a criação de um ambiente de trabalho mais limpo e seguro; a possibilidade de eliminar diversos desperdícios como matérias em excesso, tempo de procura de materiais ou excesso de espaço ocupado em armazenamento; redução dos riscos de acidentes; evidenciar anomalias, tais como, atrasos de entregas e insuficiência de materiais. A aplicação desta metodologia implicará uma nova atitude por parte do setor da construção e do consumidor.

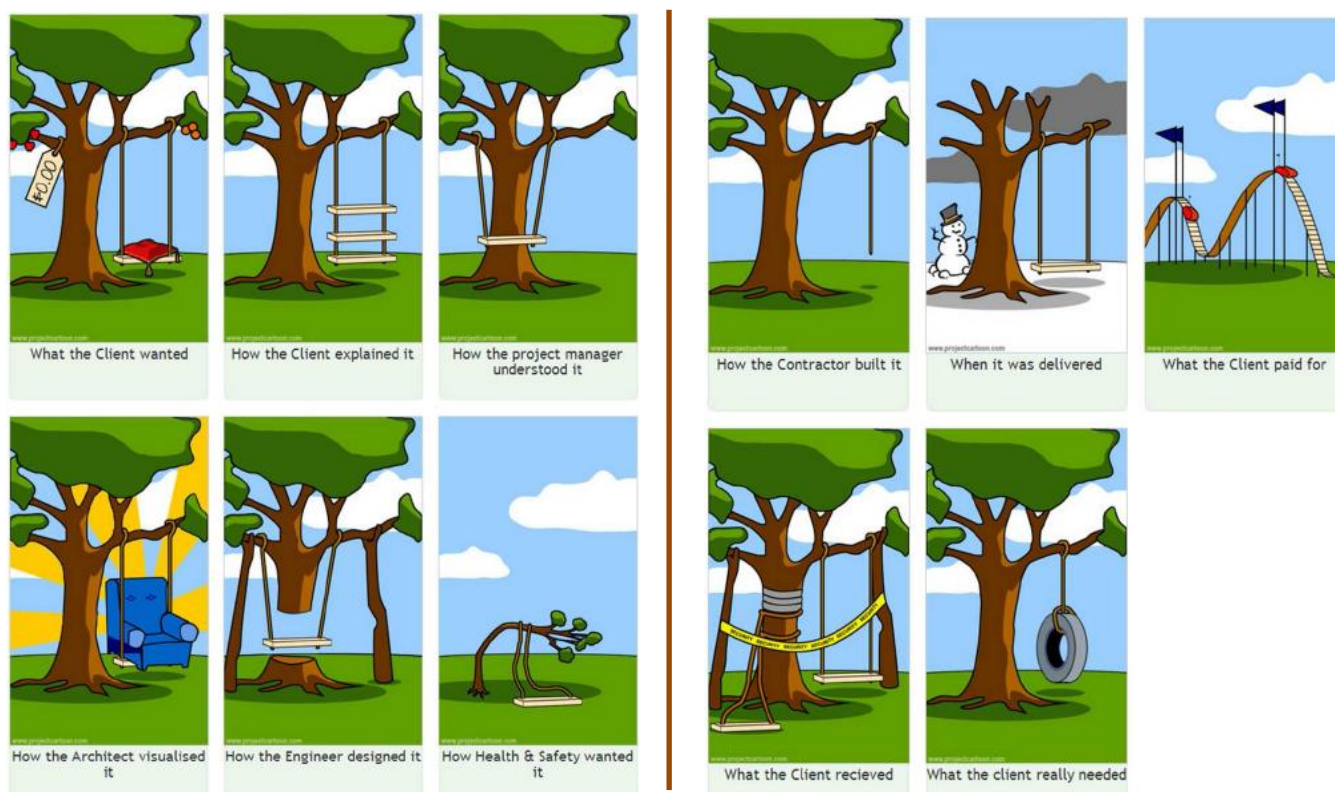


Fig.2.17 – Desenho metafórico do Ambiente Produtivo na Construção [44]

Na Fig.2.17 apresentada, reflete-se a atitude atual em que todas as partes envolvidas olham para o objetivo da empreitada de uma forma diferente.

Caberá às empresas percorrerem um caminho de concertação de visões, alinhando o que o consumidor diz pretender com o que é possível de executar face ao investimento pretendido. Perante uma ideia, a empresa deverá apresentar o projeto mais viável e que mais se aproxime da visão do consumidor, mas sujeito às limitações que o consumidor não analisou e que se poderão refletir em custos imprevistos e futuros defeitos.

O setor da construção deverá ter sempre em mente a construção com qualidade baseada nos pilares: Segurança, Durabilidade, Estética, Funcionalidade, Ambiente e Economia. A grande aposta para o crescimento económico desta indústria poderá, na verdade, passar pela especialização das empresas de pequena e média dimensão, pela diferenciação, capacidade técnica, de inovação e de internacionalização.

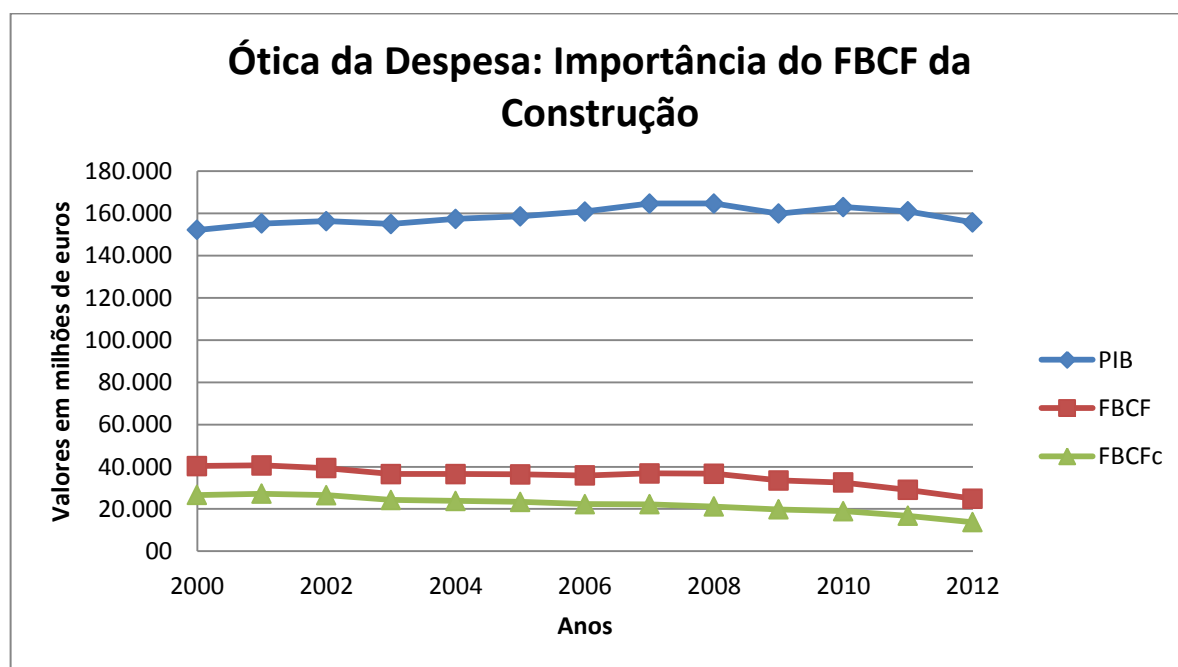


Gráfico 2.4 – Ótica da Despesa: Importância do FBCF da Construção entre 2000 e 2012

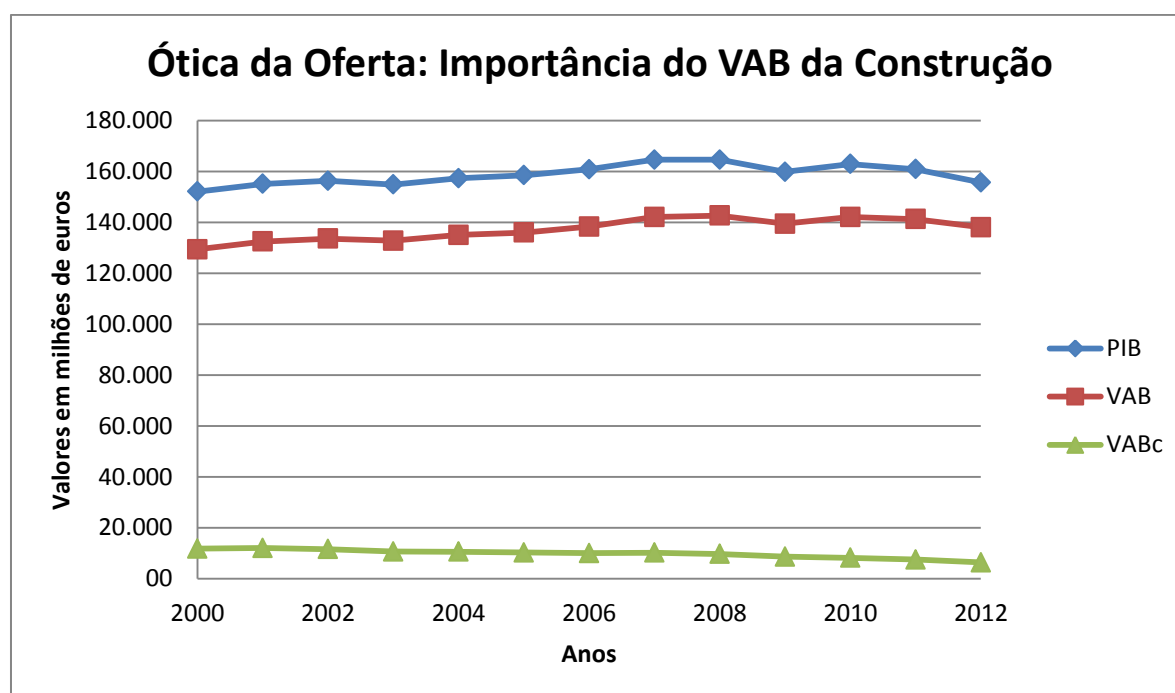


Gráfico 2.5 – Ótica da Oferta: Importância do VAB da Construção entre 2000 e 2012

Em suma, finalizando a análise da década, segunda a ótica da despesa, verifica-se que a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) segue uma tendência contra cíclica (vide Gráfico 2.4). A FBCF do setor da construção (FBCFc) segue a tendência da FBCF total, uma vez que a primeira apresenta um peso significativo na segunda. Uma possível explicação, que justifica parcialmente esta diferença, prende-se com o facto da variável PIB conter outras variáveis que tiveram um comportamento contrário, com particular nota para a rubrica dos gastos públicos em Portugal, numa tentativa de incentivar a economia.

Segundo a ótica da oferta, a variável Valor Acrescentado Bruto (VAB) é cíclica – segue a mesma tendência que a variável PIB (vide Gráfico 2.5), sendo o expectável, visto ser uma variável que explica quase na totalidade esta segunda. O Valor Acrescentado Bruto do setor (VABc), por sua vez, é contra cíclico. Como o VABc não é tão significativo no VAB total, não influencia tão intensamente esta última, de modo a seguirem o mesmo comportamento. Uma possível explicação, que justifica parcialmente esta diferença, prende-se com o facto da variável VAB conter outras subvariáveis, ou seja, todos os outros setores, que tiveram um comportamento contrário, com particular destaque para o desenvolvimento do setor terciário neste período, em Portugal.

2.4. CONCLUSÃO

A evolução do setor da construção em Portugal deparou-se com os seus momentos de prosperidade, assim como de crise, numa espécie de corrente cíclica, acabando por recorrer ao associativismo e ao poder legislativo do Estado para encontrar oportunidades de regulação da atividade e do mercado, tal como beneficiando dos incentivos europeus ao desenvolvimento.

O futuro do setor da construção passará por uma maior capacidade de utilizar os seus recursos de forma eficiente, tornando-se uma indústria mais competitiva ao alicerçar-se na capacidade de reduzir o desperdício e de melhor estimar o valor do investimento necessário.

Como já foi referido, uma das principais vantagens da informação estatística centra-se em estudar o passado para projetar o futuro. A relação dos agentes deste setor com as entidades que produzem esta informação é uma mais valia que permite atingir os objetivos da *lean construction*, pois para apoiar a *lean construction* são necessários dados concretos e conhecimentos que resultam da atuação dessas entidades, sobretudo no que diz respeito aos indicadores estatísticos com relevância para a atividade e para o planeamento estratégico.

3

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA SOBRE A CONSTRUÇÃO – ENTIDADES E INDICADORES RELEVANTES

3.1. APRESENTAÇÃO DO CAPÍTULO

Para uma melhor compreensão de como são lançados certos resultados estatísticos, é importante saber quantos e que indicadores são usados para chegar a esses valores. Assim, neste capítulo, pretende-se, após uma pequena apresentação de cada entidade que lança estatísticas no território nacional e com a respetiva análise SWOT, fazer uma enumeração dos indicadores.

Na parte final do capítulo, será feita a seleção dos indicadores considerados como de maior importância para o setor da construção e em particular, os que serão alvo de estudo mais aprofundado no capítulo 4.

3.2. DESCRIÇÃO DAS ENTIDADES E RESPETIVA ANÁLISE SWOT

3.2.1. INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação incide exclusivamente na construção nacional, o foco será nas entidades de recolha estatística portuguesa.

Em seguida, será feita uma descrição dos seus estados e projetos futuros, com base numa análise SWOT, a cada uma das três entidades consideradas mais importantes a nível nacional: o INE, o InCI e a AICCOPN. Na Fig.3.1 está representado um esquema que enquadra as três entidades relativamente ao acesso à informação (pública/privada e retratada por três níveis) e ao tipo de entidade (pública/privada).

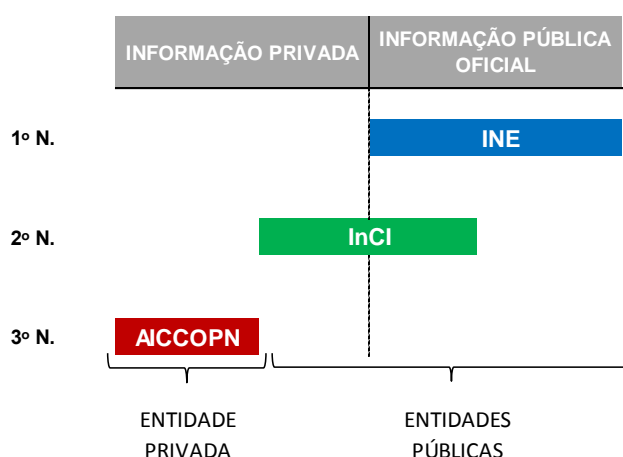


Fig.3.1 – Esquema explicativo das entidades portuguesas relativo ao acesso à informação

Conforme se pode observar, o INE é uma entidade pública, sendo a sua informação a oficial portuguesa, aparecendo, assim, num primeiro nível de acesso. O InCI, entidade pública, contém informação disponível de acesso livre, como também parte de acesso condicionado, representada, deste modo, num segundo nível. A AICCOPN é uma associação, sendo uma entidade privada, com um foco de trabalho orientado para os seus associados, ou seja, informação privada, estando num terceiro nível de acesso.

3.2.2. ENTIDADES DE RECOLHAS ESTATÍSTICAS EM PORTUGAL

3.2.2.1. Instituto Nacional de Estatística (INE)

A informação é um pilar essencial da cidadania e do seu exercício, sendo fundamental na atividade das empresas e no funcionamento dos próprios Estados. A informação estatística, especificamente, é atualmente uma vertente do conhecimento necessária à realização da cidadania na sua plenitude, essencial na ação decisória que permite o surgimento e progressão das empresas, sendo um pilar no que concerne ao enquadramento das políticas governativas.

O Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE) é, em Portugal, o principal órgão de produção e divulgação de estatísticas oficiais, assegurando a supervisão e coordenação técnico-científica do Sistema Estatístico Nacional, com caráter de independência técnica e com especial exigência no que toca às necessidades emergentes de uma sociedade em permanente mutação, e para a qual a informação se tornou instrumento imprescindível para a promoção do desenvolvimento económico e social e para a própria salubridade da Democracia.

O INE tem 6 princípios fundamentais: Autoridade Estatística, Independência Técnica, Segredo Estatístico, Qualidade, Acessibilidade Estatística e Cooperação entre Autoridades Estatísticas. Estes princípios encontram-se desenvolvidos na Fig.3.2.

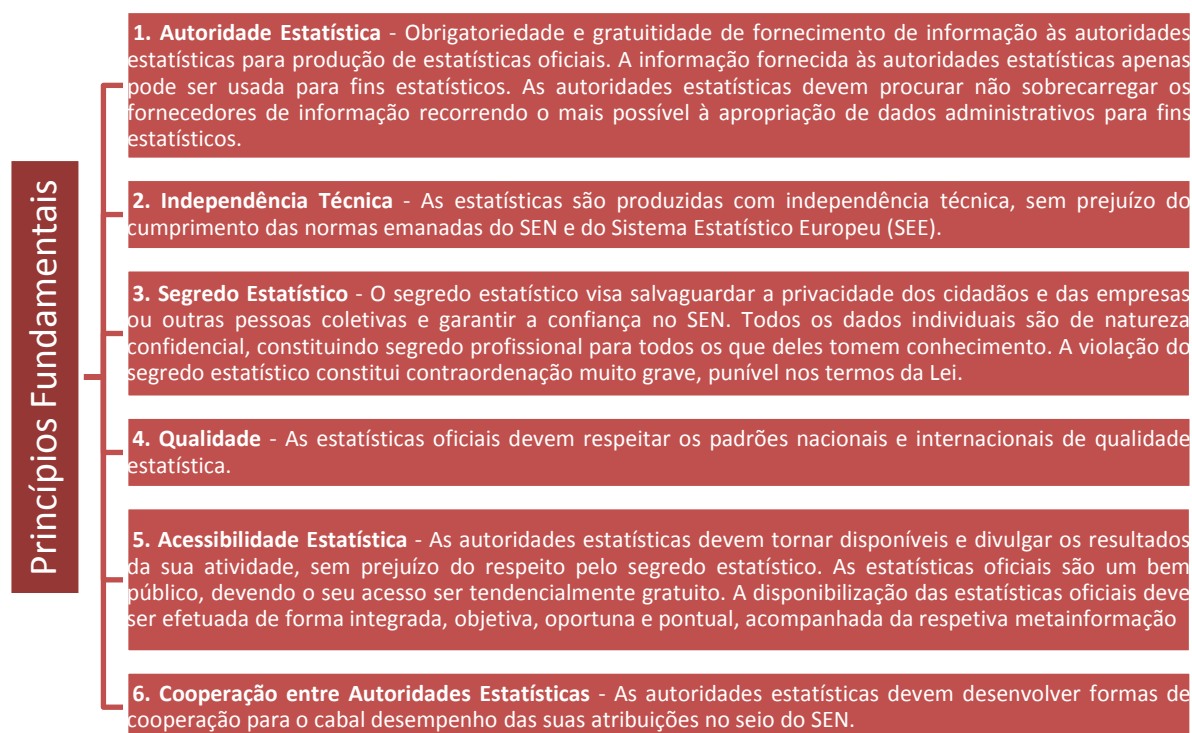


Fig.3.2 – Princípios fundamentais do INE [29]

O INE tem por objetivo a produção e divulgação de modo eficaz, eficiente e isenta, informação estatística oficial de qualidade, relevante para toda a Sociedade.

A atividade do INE tem carácter de enorme exigência, uma vez que se encontra sujeita a permanente evolução e ao escrutínio público. A relevância da informação estatística depende da sua capacidade em acompanhar as constantes alterações sociais, determinando novas necessidades e decidindo sobre a importância e prioridade das situações que importa medir e analisar.

As atividades estatísticas do INE realizam-se de acordo com padrões internacionalmente estabelecidos, assegurando assim a sua qualidade, e os seus resultados são divulgados simultaneamente a toda a sociedade.

Nacional e internacionalmente, o INE tem sido reconhecido como uma autoridade estatística de excelência, enquanto produtor e fornecedor de informação estatística oficial de qualidade; organização independente e de credibilidade assegurada; impulsionador essencial da Literacia Estatística na Sociedade; e entidade que, na cooperação internacional é tida como uma organização de grande empenho e relevante eficácia.

O INE tem como princípio fundamental a confidencialidade da informação que recolhe, reconhecendo, assim, a importância fundamental dos prestadores de informação/respondentes para a produção de estatísticas oficiais.

Enquanto entidade em constante evolução, o INE integra medidas de promoção de soluções avançadas de recolha, como por exemplo, a recolha eletrónica, que facilita e assegura uma maior qualidade e rapidez na resposta e permite a participação mais ativa do respondente.

O INE assume os seus compromissos nas funções que lhe são exigidas divulgando os princípios da sua atuação como segue na Tabela 3.1.

Tabela 3.1 – Compromissos do INE [29]

O INE compromete-se a ...	
1	Proceder à recolha de informação junto dos respondentes quando essa informação é indispensável para a produção das estatísticas oficiais.
2	Adotar todas as medidas possíveis para redução da carga sobre cada respondente.
3	Utilizar os dados que recolhe exclusivamente para fins estatísticos.
4	Garantir a confidencialidade dos dados individuais, recolhidos junto de pessoas singulares, coletivas e entidades equiparadas (diretamente através dos inquéritos estatísticos ou a partir de fontes administrativas), salvaguardando-os de qualquer utilização não estatística ou de divulgação não autorizada.
5	Disponibilizar todo o apoio possível aos respondentes, nomeadamente através da Internet, e-mail e telefone.
6	Promover uma cultura de rigor e análise junto dos detentores de dados administrativos, visando a sua utilização para fins estatísticos, reduzindo deste modo a carga sobre os prestadores de informação/respondentes.
7	Produzir informação estatística baseada em dados e processos fiáveis, assentes em metodologias sólidas, reconhecidas nacional e internacionalmente.
8	Melhorar as funcionalidades de acesso à informação estatística através do Portal de Estatísticas Oficiais e alargar continuamente a informação estatística nele disponível, designadamente ao nível da ventilação territorial.
9	Divulgar informação estatística oficial coerente e comparável em termos espaciais e temporais, com base em conceitos e nomenclaturas comuns.
10	Promover a literacia estatística.
11	Assegurar o acesso à informação estatística oficial sob a forma de micro dados anonimizados, a entidades devidamente credenciadas (investigadores, organizações, instituições ou departamentos de investigação científica), no âmbito de projetos científicos concretos.
12	Minimizar as situações de erro na informação disponibilizada.
13	Publicitar, com a maior antecedência possível, as alterações ao calendário de difusão e a sua justificação, mantendo acessível o calendário inicial.
14	Disponibilizar formas de acesso e de difusão de informação estatística oficial, tendo em conta, na medida do possível, as conveniências e necessidades dos utilizadores.
15	Disponibilizar informação que exija tratamento específico de acordo com o tarifário em vigor;

Sendo o INE uma entidade de prestação de um serviço público, e tendo em consideração a importância para a sua gestão, este instituto procura determinar o grau de satisfação relativo à sua atividade junto dos respondentes/prestadores de informação, clientes, utilizadores e outros interessados, realizando inquéritos, através dos quais também é possível recolher os comentários, sugestões e necessidades de informação. Estes inquéritos são, igualmente, um instrumento que permite a evolução desta entidade, aspirando a uma crescente qualidade nos seus produtos e serviços.

Face a esta descrição, em seguida, na Fig.3.3, será apresentada a análise SWOT ou análise FOFA (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) desta entidade. Esta análise é uma ferramenta utilizada para fazer estudo de cenário ou análise de ambiente, serve como base para gestão e planeamento estratégico de uma corporação ou empresa, fazendo todo o sentido como síntese de tudo o que foi exposto sobre o INE.

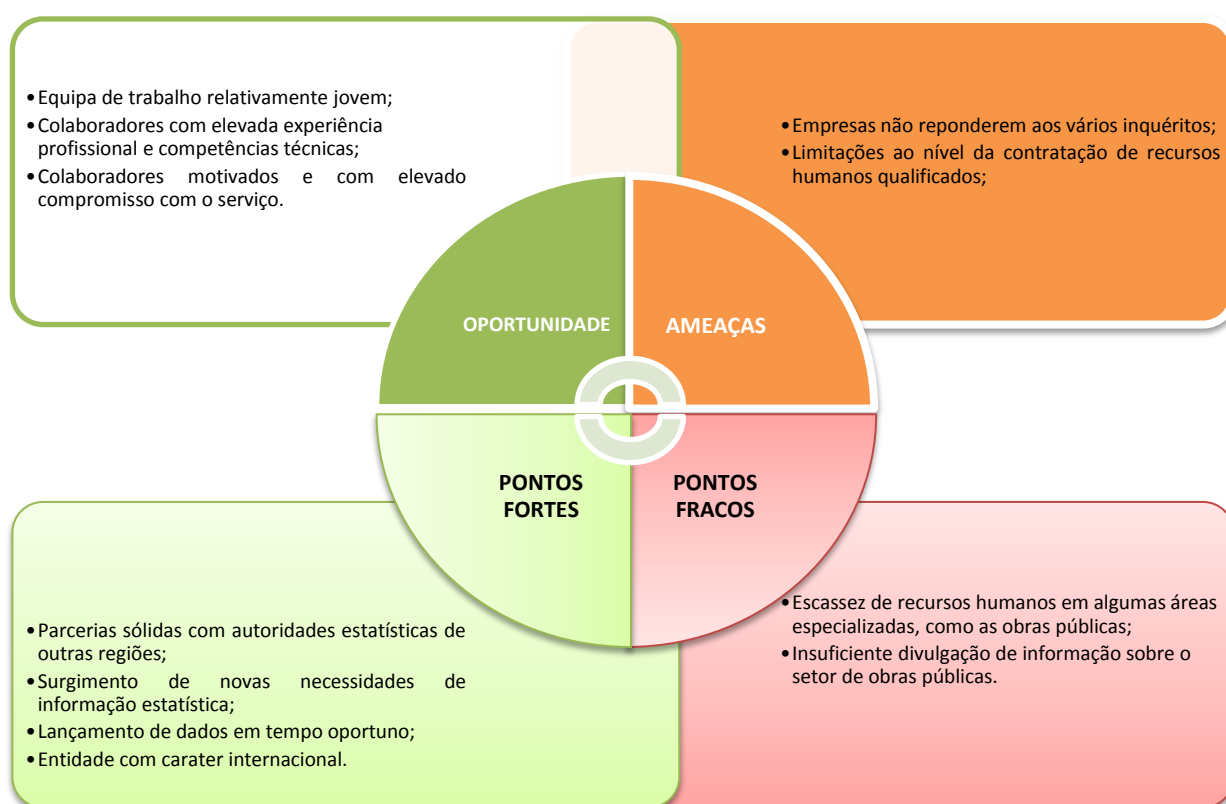


Fig.3.3 – Análise SWOT do INE

3.2.2.2. Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI)

O InCI foi criado com o intuito de prosseguir a otimização de eficácia e eficiência organizativas, tendo-lhe sido atribuídas as funções de regulação e fiscalização do setor da Construção e do Imobiliário; dinamização, supervisão e regulamentação das suas atividades; produção de informação estatística e análises setoriais essenciais; e consolidar a articulação da atuação do Estado nesta área.

A legislação veio, ainda, reconhecer ao InCI competências e atribuições no âmbito da contratação pública.

Na Lei-Quadro dos Institutos Públicos foram delimitados os princípios orientadores do InCI, assim como os seus objetivos estratégicos e operacionais, delineando a atuação reguladora do Instituto no mercado dos setores da Construção, Imobiliário e Contratação Pública.

Os princípios orientadores da gestão do InCI definem a execução da sua atividade com observância aos princípios gerais da atividade administrativa, adotando as melhores práticas de gestão, prestando serviços de qualidade aos cidadãos, maximizando a sua eficiência económica e incrementando a sua contribuição ao desenvolvimento dos setores envolvidos.

Assim, são três as principais funções do InCI: regulação, licenciamento e fiscalização, às quais se somam as funções de consulta e preparação de diplomas legais, a representação institucional da nação junto das entidades internacionais, o exercício do poder sancionatório no que concerne à contratação pública, o reporte dos dados estatísticos à Comissão Europeia, a coordenação da Comissão de Acompanhamento do Código dos Contratos Públicos e a gestão dos instrumentos relativos à contratação pública.

O InCI, na execução da sua função reguladora, define as regras que se aplicam aos agentes atuantes nos mercados da construção e do imobiliário, definindo requisitos imperativos de competência técnica, capacidade económica e financeira e idoneidade, garantindo os princípios de segurança e proteção dos consumidores.

Podem, no âmbito desta função, enumerar-se as seguintes competências (Tabela 3.2).

Tabela 3.2 – Compromissos do InCI (Adaptado de [30])

O InCI compromete-se a ...	
1	Dinamizar iniciativas estratégicas com vista a promover a competitividade e a sustentabilidade das empresas e o desenvolvimento sustentável do setor.
2	Produzir informação estatística e análises setoriais das fileiras da construção e do imobiliário, que possam constituir referencial para os agentes respetivos, de que são exemplo a produção de análises setoriais, de relatórios sobre os agentes do setor, sobre a evolução dos agentes ao longo do tempo, com o propósito de disseminação de rácios e boas práticas entre os agentes no mercado.
3	Representar Portugal junto das instâncias comunitárias e internacionais relevantes para o setor.
4	Coordenar com a Autoridade da Concorrência (AdC) na aplicação da Lei da Concorrência no setor da construção e do imobiliário.
5	Desenvolver ações conducentes à promoção da mediação e arbitragem voluntária para a resolução de conflitos emergentes das atividades do setor da construção e do imobiliário, de que é exemplo a proposta de criação de um Centro de Arbitragem e Mediação do Imobiliário e da Construção.
6	Aprovar, trimestralmente, indicadores económicos a aplicar nas fórmulas de revisão de preços em contratos de empreitada de obras públicas.

Outra das funções do InCI é a função licenciadora, no âmbito da qual o Instituto atribui as licenças, Alvarás e Títulos de Registo no setor da construção, Licenças de Mediação Imobiliárias e Cartões de

Angariador Imobiliário. Cabe-lhe ainda emitir declarações e registos para o exercício de atividades para agentes estrangeiros em Portugal.

Quanto à sua função fiscalizadora, o InCI tem de competências para fiscalização das atividades da construção e do imobiliário, averiguando acerca da existência dos requisitos de habilitação e licenciamento dos agentes dos setores em causa e da ilegalidade do exercício das atividades reguladas por parte de agentes não habilitados.

O InCI possui poderes sancionatório, quer na sequência do exercício da função fiscalizadora, quer em resposta a queixas, reclamações e denúncias que lhe sejam dirigidas pelos consumidores e entidades públicas.

No âmbito da contratação pública, foram concedidas ao InCI, pelo Código dos Contratos Públicos (CCP) e respetivas portarias, atribuições e competências legais neste setor. Entre estas destacam-se:

- A coordenação da Comissão de Acompanhamento do Código dos Contratos Públicos (CACCP);
- A elaboração de projetos legislativos e regulamentares na área da contratação pública, assim como, a elaboração de pareceres sobre quaisquer outros projetos legislativos que lhe sejam endereçados;
- Emitir pareceres sobre projetos de transposição de diretivas europeias relativas à contratação pública, desenvolvendo ou participando, também, na elaboração de projetos legislativos de adaptação da legislação nacional aos princípios europeus;
- A representação nacional junto das instâncias internacionais, tal como a participação em grupos de trabalho do *Public Procurement* junto da Comissão Europeia, no *E-Procurement*, no Comité Consultivo dos Mercados Públicos (CCMP) e no Grupo de Estatística (ESWG);
- A gestão do “*call center*” que atende às questões dos adjudicantes, concorrentes e adjudicatários, no que diz respeito à aplicação do CCP e ao funcionamento do Portal BASE;
- A elaboração de análises estatísticas e inquéritos de satisfação acerca da contratação pública eletrónica.

Após o exposto, elaborando uma análise SWOT (Fig.3.4) à situação atual do InCI, pode-se apresentar as seguintes forças, fraquezas, oportunidades e ameaças:

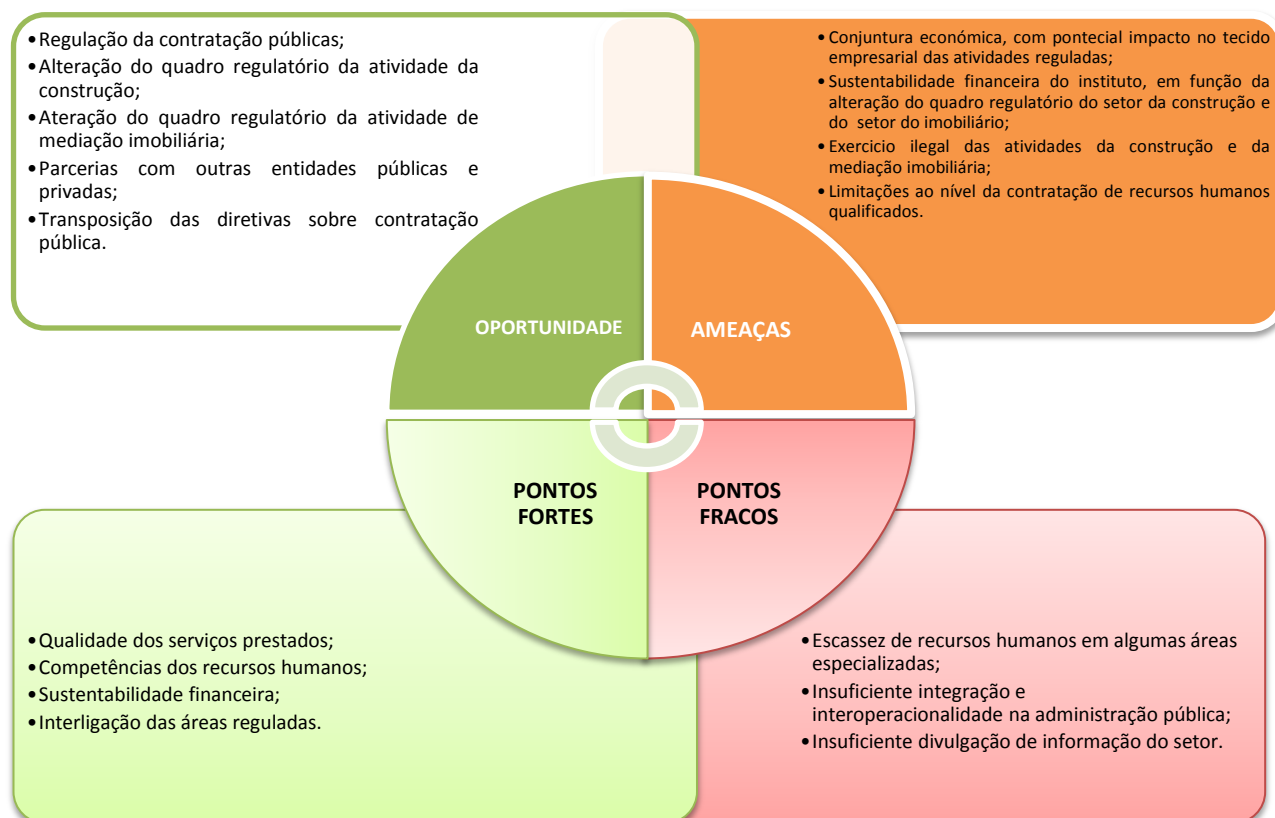


Fig.3.4 – Análise SWOT do InCI (Adaptado de [30])

3.2.2.3. Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (AICCOPN)

A AICCOPN - Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas, surge como uma associação de classe de âmbito nacional, com sede no Porto e oito delegações em capitais de distrito, que representa cerca de 8.000 empresas do setor.

Desde da sua fundação, em 1892, a AICCOPN assumiu como principal objetivo a promoção e desenvolvimento do setor da construção e a defesa dos interesses dos seus associados.

Alicerçada no seu carácter associativo, aliando esforços e apoiando-se em representações setoriais, o AICCOPN permitiu reunir as forças necessárias para agir junto do poder político, conferindo o devido peso às micro, pequenas e médias empresas que a constituem. O seu poder associativo, permite-lhe ainda, em âmbito de melhoria contínua, assegurar uma defesa qualificada do setor e a capacidade de responder às necessidades dos seus associados.

A AICCOPN comporta um alargado leque de serviços, tais como: Serviços de Economia; Serviços Jurídico-Laborais; Serviços de Engenharia / Segurança; Núcleo de Apoio à Internacionalização e Serviços de Prevenção e Medicina do Trabalho.

Tabela 3.3 – Compromissos do AICCOPN (Adaptado de [45])

O AICCOPN compromete-se ...	
1	Na organização, envio e acompanhamento de Processos de Alvarás e Títulos de Registo para o InCI, I.P, com o qual estabelecemos protocolo de cooperação;
2	A representar as empresas associadas no Tribunal de Trabalho, em ações judiciais propostas pelos trabalhadores;
3	A representar as empresas associadas no âmbito de processos de contraordenação, instaurados pelo ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho;
4	A conceder o acesso gratuito ao site da AICCOPN, onde consta toda a documentação legal e fiscal de interesse para as empresas;
5	A disponibilizar o acesso a uma Base de Dados de Preços de Referência;
6	À prestação de Serviços de Medicina do trabalho;
7	Preenchimento do Relatório Único às empresas clientes dos Serviços de Medicina;
8	Elaboração de revisões de preços;
9	Informações sobre mercados emergentes e realização de missões empresariais.

Enquanto associação empresarial sem fins lucrativos a AICCOPN aposta na qualidade, na melhoria contínua e no rigor da sua atuação, detendo a Certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade, certificado de acordo com a Norma ISO 9001:2008.

À AICCOPN compete a defesa e a representação dos interesses das empresas do Setor da Construção junto de Entidades Públicas e Privadas, prosseguindo a melhoria das condições do exercício da atividade perante o quadro Institucional, Económico, Social e Jurídico vigente.

Esta Associação tem ainda como competência a fomentação do desenvolvimento empresarial do Sector da Construção, especificamente no que diz respeito à pesquisa de novas oportunidades de negócio e à promoção da competitividade das empresas de construção, mediante o desenvolvimento da cooperação e inovação das empresas, da implementação de boas práticas e da partilha do conhecimento.

A nível institucional a AICCOPN é, ainda, um interlocutor reconhecido pelas instituições nacionais e pelo Governo, fazendo parte de vários organismos tais como o Conselho Geral do InCI, CNAPU, CES – Conselho Económico e Social, Comissão de Acompanhamento do CCP, CICCOPN, APCER, CERTIEL, Conselho Superior Associativo da AEP, Instituto da Construção e IEFP. Esta Associação foi, ainda, um membro fundador da CPCI – Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário e da Federação da Construção – FEPICOP (Fig.3.5).

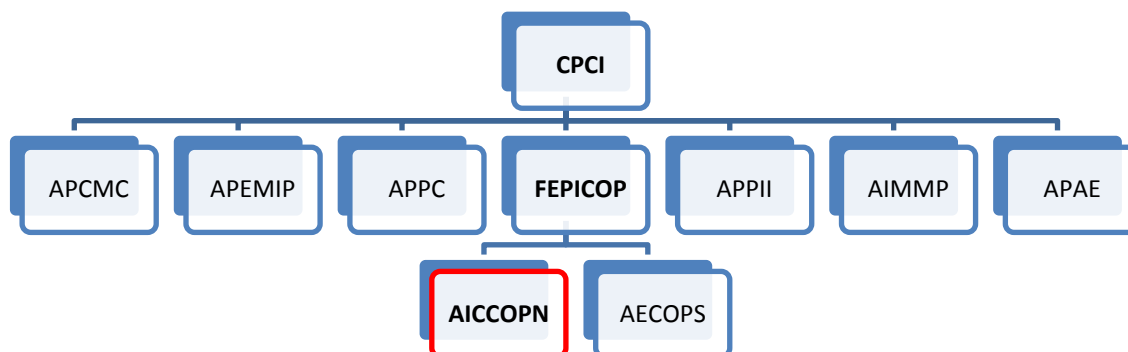


Fig.3.5 – Organograma da CPCI

No seu âmbito de atuação internacional, a AICCOPN faz-se representar em diversos organismos como o Conselho da Construção do Noroeste Ibérico (CCNI), a Federação da Indústria Europeia da Construção (FIEC), o *European International Contractors* (EIC) e é membro fundador da Confederação do Imobiliário de Língua Oficial Portuguesa – CIMLOP; e procura desenvolver importantes relações institucionais com interlocutores internacionais.

A nível organizativo, esta entidade produz estudos setoriais, pareceres técnicos e pronuncia-se, também, sobre a legislação que envolver a atividade do setor da construção. Ainda neste âmbito, a AICCOPN possui uma larga experiência na organização de iniciativas, como seminários e *workshops*, na receção de comitivas institucionais estrangeiras, e na participação regular em feiras da especialidade. O seu *site* institucional (www.aiccopn.pt) divulga diariamente notícias e informações de interesse para o sector, disponibilizando vários serviços on-line (documentação, Base de Dados de Preços de Referência na Construção, Cálculo de Juros de Mora, informação sobre mercados externos, estudos e conjunturas económicas, etc.). A AICCOPN, no âmbito das suas competências de informação, envia, ainda, regularmente Boletins Informativos e *newsletters* aos seus associados, elaborando, igualmente, com periodicidade mensal, um inquérito (ver Anexo 1) para diagnóstico do presente estado dos seus associados, no entanto, esta informação não resulta em indicadores. Todos os indicadores usados pela AICCOPN provêm de outras entidades.

Face ao exposto, elaborou-se uma análise SWOT (Fig.3.6), englobando as suas oportunidades, ameaças, pontos fortes e pontos fracos que a seguir se apresenta:

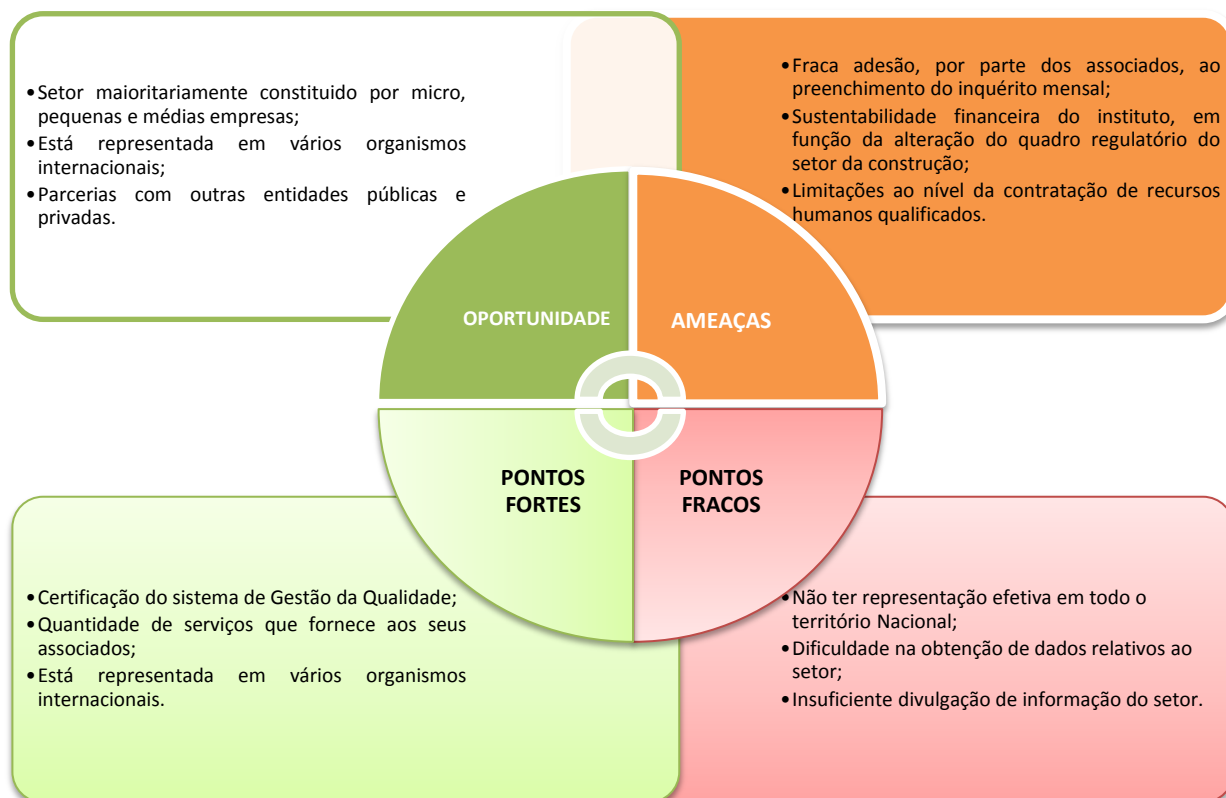


Fig.3.6 – Análise SWOT do AICCOPN

3.3. IDENTIFICAÇÃO E SELEÇÃO DOS INDICADORES

3.3.1. INTRODUÇÃO

Neste subcapítulo serão enumerados todos os indicadores encontrados nas três entidades em análise, para o setor em estudo, de dados nacionais e com a maior frequência possível.

Posteriormente, será feita a triagem dos indicadores, um por um, a fim de ser feita uma análise numa perspetiva macro num capítulo seguinte, apenas aos indicadores selecionados.

3.3.2. MATRIZ GERAL DE INDICADORES

Em seguida, serão apresentados os vários indicadores encontrados, relativamente ao setor da construção, habitação e imobiliário, por entidade.

A entidade que contém a informação oficial do país é o INE, sendo que outras duas utilizam o INE como fonte para a obtenção de dados.

Tabela 3.4 – Matriz geral de indicadores

ENTIDADES	INDICADORES
INE	Alojamentos familiares clássicos;
	Alojamentos;
	Apreciação sobre a carteira de encomendas da construção por atividade económica;
	Apreciação sobre a atividade nos últimos 3 meses da construção por atividade económica;
	Capacidade produtiva da construção por atividade económica;
	Edifícios;
	Edifícios concluídos;
	Edifícios de habitação familiar clássica;
	Edifícios licenciados;
	Estrutura do valor dos trabalhos realizados das empresas com 20 e mais pessoas ao serviço por tipo de obra;
	Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar;
	Indicador de confiança da construção;
	Índice de custos de construção de habitação nova;
	Índice de emprego na construção e obras públicas;
	Índice de horas trabalhadas na construção e obras públicas;
	Índice de novas encomendas na construção e obras públicas;
	Índice de produção na construção e obras públicas;
	Índice de remunerações na construção e obras públicas;
	Indicador de valores médios de avaliação bancária dos alojamentos;
	Obstáculos à atividade da construção por atividade económica e obstáculos à atividade;
	Licenciamento de obras e obras concluídas;
	Pavimentos por edifício concluído em construções novas para habitação familiar;
	Pavimentos por edifício licenciado em construções novas para habitação familiar;
	Perspetivas sobre o emprego nos próximos 3 meses da construção por atividade económica;
	Perspetivas sobre a atividade nos próximos 3 meses da construção por atividade económica;
	Taxa de juro implícita no crédito de habitação;
	Tempo aproximado de produção assegurada da construção por atividade económica;

	Valor dos trabalhos realizados por empresas com 20 e mais pessoas ao serviço por tipo de obra;
InCI	Índice de custos de construção;
	Índice de produção na construção e obras públicas;
	Obras Particulares – Licenciadas e Concluídas;
	Obras públicas;
	Segurança no trabalho;
	Taxa de juro implícita;
	Valores médios de avaliação bancária;
	Venda de cimento para mercado interno;
AICCOPN	Área licenciada em milhares de m ² ;
	Construções novas;
	Consumo de cimento;
	Empréstimos às empresas;
	Empréstimos a particulares;
	Estatísticas do mercado de trabalho;
	Fogos licenciados em construções;
	Reabilitação e Demolição;
	Total de obras de edificação

A listagem foi feita a partir da informação contida dos respetivos *sites* das entidades, seus relatórios e de dados fornecidos após contactos realizados – por telefone e presencialmente.

No INE, enquanto entidade pública de referência, com informação de acesso livre, a extração de dados é facilitada. Por outro lado, o acesso à informação para as restantes entidades, InCI e AICCOPN, é, um pouco mais difícil, conforme é possível entender-se pela Fig.3.1.

3.3.3. MATRIZ GERAL DE INDICADORES REPETIDOS DESTACADOS

Na Tabela 3.5, conforme o próprio nome indica, dá-se ênfase aos indicadores que aparecem repetidos, com vista à sua exclusão, iniciando-se, desta forma, o processo de seleção a ser desenvolvido. Como seria expectável, surgem indicadores repetidos, uma vez que o InCI e a AICCOPN utilizam o INE como fonte de dados para as suas atividades e elaboração de relatórios. Alguns deles não têm a mesma designação, no entanto, a metodologia e o conceito são idênticos, para além da referência à fonte (INE).

Tabela 3.5 – Matriz geral de indicadores repetidos destacados

ENTIDADES	INDICADORES
-----------	-------------

INE	Alojamentos familiares clássicos;
	Alojamentos;
	Apreciação sobre a carteira de encomendas da construção por atividade económica;
	Apreciação sobre a atividade nos últimos 3 meses da construção por atividade económica;
	Capacidade produtiva da construção por atividade económica;
	Edifícios;
	Edifícios concluídos;
	Edifícios de habitação familiar clássica;
	Edifícios licenciados;
	Estrutura do valor dos trabalhos realizados das empresas com 20 e mais pessoas ao serviço por tipo de obra;
	Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar;
	Indicador de confiança da construção;
	Índice de custos de construção de habitação nova;
	Índice de emprego na construção e obras públicas;
	Índice de horas trabalhadas na construção e obras públicas;
	Índice de novas encomendas na construção e obras públicas;
	Índice de produção na construção e obras públicas;
	Índice de remunerações na construção e obras públicas;
	Indicador de valores médios de avaliação bancária dos alojamentos;
	Obstáculos à atividade da construção por atividade económica e obstáculos à atividade;
	Licenciamento de obras e obras concluídas;
	Pavimentos por edifício concluído em construções novas para habitação familiar;
	Pavimentos por edifício licenciado em construções novas para habitação familiar;
	Perspetivas sobre o emprego nos próximos 3 meses da construção por atividade económica;
	Perspetivas sobre a atividade nos próximos 3 meses da construção por atividade económica;
	Taxa de juro implícita no crédito de habitação;
	Tempo aproximado de produção assegurada da construção por atividade económica;
	Valor dos trabalhos realizados por empresas com 20 e mais pessoas ao serviço por tipo de obra.

InCI	Índice de custos de construção;
	Índice de produção na construção e obras públicas;
	Obras Particulares – Licenciadas e Concluídas;
	Obras públicas;
	Segurança no trabalho;
	Taxa de juro implícita;
	Valores médios de avaliação bancária;
	Venda de cimento para mercado interno.
AICCOPN	Área licenciada em milhares de m ² ;
	Construções novas;
	Consumo de cimento;
	Empréstimos às empresas;
	Empréstimos a particulares;
	Estatísticas do mercado de trabalho;
	Fogos licenciados em construções;
	Reabilitação e Demolição;
	Total de obras de edificação e demolição.

A azul, na segunda coluna, estão destacados os indicadores que se repetem relativamente ao INE.

3.3.4. MATRIZ PRINCIPAL DE INDICADORES

Na Tabela 3.6, é feita a exclusão dos indicadores repetidos, permanecendo os restantes. São, ainda, seleccionados aqueles que se assumem como representantes para o setor da construção, sem demasiada generalidade, ou especificidade, ou seja, nem tão abrangentes para uma análise superficial, nem tão específicos para uma análise minuciosa, com risco de perda de visão alargada.

Tabela 3.6 – Matriz principal de indicadores

Nº	INDICADORES
1	Alojamentos familiares clássicos;
2	Alojamentos;
3	Apreciação sobre a carteira de encomendas da construção por atividade económica;
4	Apreciação sobre a atividade nos últimos 3 meses da construção por atividade económica;
5	Área licenciada em milhares de m ² ;
6	Capacidade produtiva da construção por atividade económica;
7	Consumo de cimento;
8	Edifícios;
9	Edifícios concluídos;

10	Edifícios de habitação familiar clássica;
11	Edifícios licenciados;
12	Empréstimos às empresas;
13	Empréstimos a particulares;
14	Estatísticas do mercado de trabalho;
15	Estrutura do valor dos trabalhos realizados das empresas com 20 e mais pessoas ao serviço por tipo de obra;
16	Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar;
17	Indicador de confiança da construção;
18	Índice de custos de construção de habitação nova;
19	Índice de emprego na construção e obras públicas;
20	Índice de horas trabalhadas na construção e obras públicas;
21	Índice de novas encomendas na construção e obras públicas;
22	Índice de produção na construção e obras públicas;
23	Índice de remunerações na construção e obras públicas;
24	Indicador de valores médios de avaliação bancária dos alojamentos;
25	Obstáculos à atividade da construção por atividade económica e obstáculos à atividade;
26	Obras Públicas;
27	Licenciamento de obras e obras concluídas;
28	Pavimentos por edifício concluído em construções novas para habitação familiar;
29	Pavimentos por edifício licenciado em construções novas para habitação familiar;
30	Perspetivas sobre o emprego nos próximos 3 meses da construção por atividade económica;
31	Perspetivas sobre a atividade nos próximos 3 meses da construção por atividade económica;
32	Segurança no trabalho;
33	Taxa de juro implícita no crédito à habitação;
34	Tempo aproximado de produção assegurada da construção por atividade económica;
35	Valor dos trabalhos realizados por empresas com 20 e mais pessoas ao serviço por tipo de obra;
36	Venda de cimento para mercado interno.

A seleção de indicadores teve em consideração diversos critérios que procuraram ser o mais objetivos possível.

Não foram selecionados indicadores com uma validade temporal reduzida (4, 30 e 31), quer pela análise histórica – não significativa face ao quadro dos três anos – quer pela aplicabilidade – não relevante nem útil, num contexto de documento científico.

Indicadores específicos e/ou vagos (1, 2, 8, 10, 16, 18, 28, 29), em que a informação que trabalham e que transmitem permite uma avaliação, numa perspetiva micro, do setor, bem como indicadores em que os dados processados resultam na obtenção de valores e aferições redundantes (34, 36) – face à existência de outros já selecionados – para além de indicadores que compreendem os dois motivos conjugados (23), são considerados como inadequados ao presente estudo.

Por outro lado, indicadores com uma amplitude de análise abrangente, em que só faz sentido uma interpretação mais detalhada (5, 15) são igualmente considerados como inadequados.

Indicadores de carácter financeiro, neste caso, carecem de uma interpretação enquadrada e não individualizada (12, 13), ou seja, por exemplo, um crescimento nos empréstimos concedidos às empresas pode não significar, necessariamente, um desenvolvimento do setor para novos projetos, mas, sim, para financiamento de encargos fixos de difícil resolução. Ademais, a relevância destes indicadores advém de uma análise complementar, isto é, *per si*, estes não permitem uma interpretação retratista da realidade do setor.

Indicadores de carácter subjetivo e de leitura não linear (3, 25), apesar de transparecerem a opinião e apreciação (relevante) dos agentes subjacentes ao setor, acusam ausência de imparcialidade e presença de dispersão de conteúdo.

Assim, a cinzento, encontram-se selecionados os indicadores a serem analisados em maior detalhe, no capítulo 4.

3.4. CONCLUSÃO

As entidades que analisam os indicadores estatísticos relacionados com o setor da construção, em Portugal, conforme *supra* visualizado, apresentam diferentes critérios para estudarem a fileira. Os indicadores são diversificados, procurando explicar (por) diferentes variáveis.

Ao longo da exposição, foi possível verificar que, embora haja três entidades a trabalhar sobre o assunto, a fonte de informação é praticamente única – o INE. Como a informação trabalhada é, em grande medida, a mesma, surgem indicadores iguais ou muito semelhantes entre elas.

A seleção final não descarta a importância, para outros estudos, dos indicadores não selecionados, todavia, para uma análise de carácter científico, que visa rigor nos objetos trabalhados e nas suas respetivas interpretações, considerou-se inadequado a presença de todos os apresentados inicialmente.

Em suma, após a aplicação dos critérios *supra* citados, em 3.3.4., é possível alcançar um conjunto de indicadores considerados importantes, capazes de retratar a realidade do setor e contribuir para um melhor desenvolvimento do mesmo, que serão analisados mais aprofundadamente nos capítulos seguintes.

4

APRESENTAÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES

4.1. APRESENTAÇÃO DO CAPÍTULO

A exploração dos indicadores que foram selecionados no capítulo transato será o objetivo do presente capítulo. Cada um será apresentado, expondo o significado, metodologia, fonte, entre outras características, com vista a uma melhor explanação, a apresentar posteriormente, dos resultados e tendências entre os anos 2010 e 2012.

4.2. QUADRO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DA CONSTRUÇÃO PORTUGUESA

Em seguida, serão apresentados, na Tabela 4.1, uma vez mais, todos os indicadores considerados importantes para o setor da construção em Portugal, conforme o final do capítulo anterior. Nesta fase, não é relevante a identificação da entidade responsável por cada indicador, uma vez que o enfoque é a utilidade dos indicadores *per si*.

Tabela 4.1 – Matriz geral de indicadores

Nº	INDICADORES
1	Capacidade produtiva da construção por atividade económica;
2	Consumo de cimento;
3	Edifícios concluídos;
4	Edifícios licenciados;
5	Estatísticas do mercado de trabalho;
6	Indicador de confiança da construção;
7	Índice de emprego na construção e obras públicas;
8	Índice de horas trabalhadas na construção e obras públicas;
9	Índice de novas encomendas na construção e obras públicas;
10	Índice de produção na construção e obras públicas;
11	Indicador de valores médios de avaliação bancária dos alojamentos;
12	Obras públicas;
13	Licenciamento de obras e obras concluídas;
14	Segurança no trabalho;

15	Taxa de juro implícita no crédito à habitação;
16	Valor dos trabalhos realizados por empresas com 20 e mais pessoas ao serviço por tipo de obra.

4.3. INDICADORES USADOS PARA O SETOR E RESPETIVAS METODOLOGIAS

4.3.1. INTRODUÇÃO

Para a elaboração de indicadores são utilizados dados quantitativos e dados qualitativos, sendo que, para tal, é mais frequente a utilização de informação quantitativa recolhida por inquéritos que incidem sobre dados objetivos.

Como dados qualitativos, recorre-se, por exemplo, aos inquéritos de conjuntura, que são sondagens regulares junto das empresas. Estes inquéritos são considerados, hoje em dia, elementos essenciais para analisar e compreender os aspetos não quantificáveis da realidade económica. O INE é uma das entidades subvencionadas pelo CE-DG-ECFIN, no âmbito do programa europeu de produção de inquéritos qualitativos, para a realização dos mesmos.

Já no que diz respeito ao setor da construção e obras públicas, recorre-se à informação uniformizada a nível comunitário desde 1991. [38]

4.3.2. INDICADORES E RESPETIVAS METODOLOGIAS

4.3.2.1. Capacidade produtiva da construção por atividade económica

Este indicador refere-se ao facto das empresas serem entidades jurídicas. Como tal, correspondem a unidades organizacionais de produção de bens e serviços, onde revela a capacidade decisória autónoma no que concerne à afetação dos seus recursos correntes. Estas empresas possuem capacidade produtiva para a elaboração de qualquer tipo de obras, tais como edifícios, estradas, pontes e barragens, entre outros, que se concretizam recorrendo aos materiais de construção e estão relacionadas com o solo, excecionando-se os trabalhos com finalidade agrícola que não fazem parte da atividade da Indústria da Construção.

Toda a atividade destas empresas representa, em termo globais, uma entrada de materiais e produtos semiacabados, assim como processos de incorporação de valor acrescentado, e saídas de bens e serviços, resultando assim numa combinação de diversos fatores produtivos, como a mão de obra, matérias primas, equipamentos, etc.

O indicador de capacidade produtiva da construção por atividade económica é avaliado pelo rácio entre as referidas entradas e saídas.

Este indicador concebe-se a partir do inquérito qualitativo de conjuntura à construção e obras públicas (ver Anexo 2), com periodicidade trimestral, e exprime-se sob forma de percentagem.

4.3.2.2. Consumo de cimento

Este indicador é estimado com base no volume de vendas de cimento, em quantidade (milhares de toneladas), para o mercado interno.

A fonte, deste indicador, é mais abrangente, sendo ela a ATIC, que engloba três empresas de referência de cimento: a CIMPOR, a SECIL e a CMP.

A relevância deste indicador prende-se com a extrema utilidade do cimento (matéria prima), na utilização transversal para trabalhos de estrutura de betão armado (material com relevo na composição do betão), trabalhos que envolvem argamassas à base de cimento como assentamento de tijolo, rebocos para interiores e exteriores e, ainda, arranjos exteriores. Assim, o cimento é considerado como uma matéria prima essencial à construção, sendo empregue diretamente ou como componente de outros produtos em diferentes fases de uma obra.

4.3.2.3. Estatísticas do mercado de trabalho

As estatísticas do mercado de trabalho são estatísticas publicadas mensalmente, que pretendem apresentar informação detalhada, ao nível das regiões do país, sobre a procura e oferta de emprego registadas nos Centros de Emprego. O detalhe é orientado para dois grandes eixos de análise: a mão de obra oferecida pelos desempregados (CNP) e as atividades económicas de origem do desemprego (CAE).

Os dados são provenientes do IEFP, nomeadamente, três indicadores:

- Pedidos de emprego total;
- Novo desemprego registado em Portugal;
- Novo desemprego registado na construção a nível nacional.

Esta informação é obtida por registos individuais diretos no próprio IEFP, através de valores absolutos.

4.3.2.4. Indicador de confiança da construção

Este indicador resulta da diferença entre a percentagem de respostas de valoração positiva; "aumentou", "melhorou muito", "superior ao normal", "boa", "sim, de certeza absoluta", etc.; e as de valoração negativa: "diminuiu", "piorou um pouco", "muito desfavorável", "provavelmente não", etc.. Não se considera, nestes cálculos, a percentagem de respostas neutras, como "talvez", "manteve", etc., e as respostas: "não sabe".

Como limite inferior, pode tomar o valor de “-100%” e, como limite superior, o valor de “100%”.

O indicador de confiança da construção, como o próprio nome indica e pela sua definição, procura evidenciar o estado do setor, ou seja, se é confiável a realização de investimentos neste, para o período em análise, ou se o mercado não se encontra favorável.

Este indicador elabora-se com base no Inquérito Quantitativo de Conjuntura à Construção e Obras Públicas (ver Anexo 2), com periodicidade mensal.

4.3.2.5. Índice de emprego na construção e obra públicas

O índice de emprego na construção e obras públicas é um número relativo que tem como objetivo a medição das variações do volume de emprego em intervalos curtos e regulares, relativamente a um período de tempo definido como referência (base 2005). O volume de emprego é determinado pelo número de pessoas ao serviço.

A construção e obras públicas referidas, englobam todo o tipo de obras ligada ao solo e feita de materiais de construção.

Este índice tem como âmbito a construção e as obras públicas, cujos dados são determinados através do Índice de Volume de Negócios e Emprego – Inquérito Mensal ao Volume de Negócios e Emprego nos Serviços (ver Anexo 3), com periodicidade mensal.

Este índice, que permite o lançamento dos dados deste indicador, tem como principal objetivo mostrar a evolução: dos negócios nos mercados de bens e serviços; do emprego; dos salários e vencimentos; do volume de trabalho efetuado e, ainda, do volume da produção em intervalos curtos e regulares.

4.3.2.6. Índice de horas trabalhadas na construção e obras públicas

O índice de horas trabalhadas na construção e obras públicas permite avaliar a variação do número de horas que as pessoas que se encontram ao serviço efetivamente consagraram ao trabalho, relativamente a um dado período de tempo tomado como referência. Neste índice são contabilizadas também as horas extraordinárias e ainda os tempos de trabalhos mortos, mas pagos, devidos a ausências ocasionais de trabalho e exclui-se as horas de ausências independentemente de terem sido remuneradas ou não.

Este índice tem como âmbito a construção e as obras públicas, cujos dados são determinados através do Índices de Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas na Construção e Obras Públicas - Inquérito Mensal ao Volume de Negócios e Emprego nos Serviços (ver Anexo 3), com periodicidade mensal.

4.3.2.7. Índice de novas encomendas na construção e obra públicas

O índice de novas encomendas na construção e obras públicas permite analisar a evolução, no curto prazo, das encomendas dirigidas ao setor da construção, resultando das necessidades dos mais diversos utilizadores, internos e externos. O seu objetivo é o de avaliar a evolução da procura de bens e serviços, como indicação da produção futura na construção. Para o efeito, são determinados diversos índices a partir de fontes de informação mistas, tais como o aproveitamento da informação do lançamento de concursos públicos para a realização de obras de construção e outras operações administrativas e estatísticas – Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e Demolição de edifícios (ver Anexo 7) e Inquérito à avaliação bancária na habitação. O cálculo deste índice é feito com periodicidade trimestral.

A divulgação deste indicador permite contribuir para a caracterização da evolução macroeconómica da economia portuguesa.

4.3.2.8. Índice de produção na construção e obra públicas

O índice de produção na construção e obras públicas é um número relativo cuja finalidade se centra em medir as variações do volume da produção em intervalos curtos e regulares, relacionados com um período de tempo tomado como referência (base 2005). Tomando como hipótese de estabilidade dos coeficientes técnicos, este índice determina, igualmente, a tendência do valor acrescentado em volume.

A metodologia utilizada para este indicador, com periodicidade mensal, tem como base um inquérito de Índice de Volume de Negócios e Emprego – Inquérito Mensal ao Volume de Negócios e Emprego nos Serviços (ver Anexo 3).

4.3.2.9. Indicador de valores médios de avaliação bancária dos alojamentos

Os dados retirados para determinação dos valores deste indicador têm como base o Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação, com periodicidade mensal. Este inquérito recolhe informação caracterizadora dos alojamentos que são objeto de financiamento bancário e em cujo processo há lugar a uma avaliação técnica de cada imóvel, expressada em euros por metros quadrados. Assim, os seus resultados são representativos para o universo de alojamentos em que há recurso a esse meio de financiamento.

Este indicador é expresso sob forma de taxa de variação mensal.

4.3.2.10. Obras públicas

São consideradas obras públicas e qualquer tipo de intervenção de construção, reconstrução, ampliação, alteração, reparação, conservação, limpeza, restauro, adaptação, beneficiação e demolição de bens imóveis, destinada a preencher, por si mesma, uma função económica ou técnica, executada por conta de um dono de obra pública.

Para análise deste indicador, importa referir que todos os procedimentos com natureza de concurso são lançados no âmbito do Código dos Contratos Públicos e são imperativamente realizados com recurso às plataformas eletrónicas, em todas as fases de formação do contrato.

Existe, contudo, neste âmbito, um conjunto de contratos públicos que poderão não ter sido integralmente reportados ao portal BASE [31], nomeadamente:

- Os contratos cujo preço contratual seja inferior a 5.000 euros;
- Os contratos de aquisição de serviços de água e energia elétrica;
- Os contratos das entidades inseridas nos setores especiais, tais como água, energia, transportes e serviços postais, abaixo dos limiares comunitários;
- Os contratos excluídos nos termos do artigo 4.º do CCP;
- Os contratos resultantes de procedimentos não sujeitos ao determinado na parte II do CCP, nos termos do respetivo artigo 5.º (ex: contratação *in house*).

O recurso aos meios eletrónicos também se aplica no que diz respeito à divulgação de dados no âmbito dos procedimentos de adjudicação por ajuste direto.

Sobrevém que é igualmente obrigatório o recurso a meios eletrónicos, no que respeita à transmissão de dados no âmbito dos procedimentos de adjudicação por ajuste direto. Todas as comunicações estabelecidas entre entidades adjudicantes, convidados/concorrentes e adjudicatários, são determinadas imperativamente com recurso a meios eletrónicos, seja através de plataformas eletrónicas seja através de ferramentas de correio eletrónico. E qualquer celebração de contratos públicos implica, obrigatoriamente, a respetiva publicitação no portal BASE, gerido pelo InCI.

4.3.2.11. Licenciamento de obras e obras concluídas

O licenciamento de obras e obras concluídas é um conjunto de indicadores cujo conceito passa pela obtenção de dados que possibilitam o acompanhamento da evolução conjuntural do setor da construção de edifícios, projetando sobre a intenção futura de realização de obras. Estes dados são determinados recorrendo à informação sobre as licenças emitidas, mensalmente, pelas Câmaras Municipais de todo o País.

Os inquéritos direcionados aos promotores das obras servem de base à informação relativa à conclusão de obras, método que dá origem a atrasos significativos na recolha dos dados necessários, resultando em desvios substanciais nos dados anuais face aos dados provisórios divulgados trimestralmente. Assim, desenvolveu-se uma metodologia alternativa, de divulgação trimestral, assente numa lógica de estimação que resulta em desvios menores, cuja base assenta na estimação do prazo que decorre entre a autorização de construção e a conclusão efetiva da obra e que é obtido na licença, com base num modelo de regressão linear, segundo os diferentes tipos e fins a que se destina a edificação.

Dentro de licenciamento de obras e de obras concluídas, foram selecionados dois indicadores que permitem uma análise melhor enquadrada com o objetivo do presente trabalho. Os indicadores são:

Edifícios concluídos

Este indicador tem como base a construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e que se destina à utilização humana ou outros fins, reunindo as condições físicas para serem habitadas ou utilizadas, independentemente de existir concessão de licença ou autorização de utilização. O indicador edifícios concluídos engloba obras de edificação e obras de demolição.

Esta informação refere-se a um período anual, com recurso a Estatísticas das obras concluídas, ou seja, não constitui um inquérito específico, mas antes a um resumo resultante de duas operações de recolha de informação. Contempla a elaboração de um número único para as variáveis observadas no Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e Demolição de Edifícios, pela Conclusão da Obra através de duas operações estatísticas:

- Inquérito à Utilização de Obras Concluídas (ver Anexo 4);
- Inquérito à Conclusão de Obras (ver Anexo 5).

Realça-se que este indicador se expressa em valores absolutos.

Edifícios licenciados

Tal como o indicador anterior, o indicador de Edifícios licenciados tem por base a construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins, mas para o qual é concedida, pelas Câmaras Municipais, a autorização ao abrigo de legislação específica, para execução de Obras. O indicador edifícios licenciados agrega obras de edificação e obras de demolição.

Este indicador tem com fundamento as Estatísticas das obras concluídas, à semelhança do indicador anterior, numa periodicidade anual, e expressa-se na forma de valores absolutos.

Relativamente às Estatísticas das obras concluídas, as mesmas não se baseiam num inquérito específico, mas sim num conjunto de duas operações estatísticas, isto é, este indicador é concebido pela elaboração conjunta de dois inquéritos:

- Inquérito à Utilização de Obras Concluídas (ver Anexo 4);
- Inquérito à Conclusão de Obras (ver Anexo 5).

4.3.2.12. Segurança no trabalho

Este indicado permite a extração de informação que resulta da recolha, validação e tratamento dos dados constantes das participações remetidas aos Seguradores, relativos ao momento da ocorrência do acidente e dos mapas de encerramento de processo com relação à data do encerramento definitivo ou, então, relativos a um ano após a ocorrência do acidente, no caso do mesmo não se encontrar clinicamente concluído.

Esta informação estatística de acidentes de trabalho, assenta no universo da maioria das variáveis recolhidas, referindo as caraterizadoras dos empregadores, dos sinistrados e do acidente *per si*, assim como na amostra das variáveis das causas e circunstâncias da ocorrência do acidente, cuja metodologia se encontra em anexo. Assim, para cada ano, é facultado pelos diversos seguradores a operar no ramo Acidentes de Trabalho, um ficheiro com o somatório dos acidentes de trabalho ocorridos e participados, acompanhado da informação individualizada por acidente contendo os seguintes elementos fundamentais: número de identificação do segurador e do acidente, data do acidente, dias de trabalho perdidos, natureza da lesão, parte do corpo atingida e consequência, mortal ou não mortal.

Para esta situação, será dado maior destaque aos acidentes de trabalho mortais, cujo resultado é a morte da vítima no dia da sua ocorrência ou num período máximo de um ano após esse dia.

Este indicador é representado em valores absolutos.

4.3.2.13. Taxa de juro implícita no crédito à habitação

A taxa de juro implícita, para esta situação, é aquela que traduz a relação entre os juros totais vencidos no mês de referência e o capital em dívida no início desse mês.

Este indicador tem como objetivo essencial a aferição de taxas de juro implícitas nas diferentes modalidades de crédito à habitação em vigor num determinado período de regularização do financiamento da aquisição de terrenos para construção de habitação, da construção e da aquisição de habitação própria.

Este indicador utiliza como dados de base aqueles que são fornecidos por um conjunto de instituições bancárias a operar em Portugal, e consideradas como sendo as mais representativas no mercado de concessão de crédito à habitação, intervindo nesse mesmo mercado em, pelo menos, uma das componentes abrangidas, sendo estas: a aquisição de terrenos para construção de habitação, a construção de habitação própria e a aquisição de habitação.

Esta informação é submetida pelas instituições de crédito, obedecendo a uma periodicidade mensal.

4.3.2.14. Valor dos trabalhos realizados por empresas com 20 e mais pessoas ao serviço por tipo de obra

Este indicador concebe-se com base no Inquérito Anual às Empresas de Construção (ver Anexo 6), que se encontra em anexo. Através deste indicador, existe a oportunidade de conhecer a estrutura e evolução do tipo, e até mesmo valor, dos trabalhos de construção realizados e dos fatores de produção utilizados, no contexto nacional. O seu objetivo é de recolha, compilação e transmissão de dados sobre a estrutura das compras de materiais, de equipamentos e de terrenos por parte das empresas do setor, assim como do valor dos trabalhos que empreendem em função dos vários tipos de obra.

Importa referir que, sendo o inquérito o principal contributo para este indicador, este se trata de um inquérito com caráter de amostragem para as empresas com número de colaboradores ao serviço inferior a 100 pessoas, e a empresas cujo volume de negócio não supere os 5.000.000 euros, e com

caráter exaustivo para as empresas que se enquadram acima destes limites. Este inquérito tem periodicidade anual e uma cobertura nacional, sendo a informação obtida diretamente junto das empresas através de questionário eletrónico.

4.4. CONCLUSÃO

Em forma de síntese, a Tabela 4.2 apresenta de uma forma mais clara que metodologias, periodicidade e que fontes são usadas ou aplicadas, nos vários indicadores que foram abordados.

Tabela 4.2 – Quadro Síntese

QUADRO SÍNTESE		
INDICADORES	PERIODICIDADE	FONTE
Capacidade produtiva da construção por atividade económica	Trimestral	INE
Consumo de cimento	Mensal	ATIC
Edifícios concluídos	Anual	INE
Edifícios licenciados	Anual	INE
Estatísticas do mercado de trabalho	Anual	IEFP
Indicador de confiança da construção	Mensal	INE
Índice de emprego na construção e obras públicas	Mensal	INE
Índice de horas trabalhadas na construção e obras públicas	Mensal	INE
Índice de novas encomendas na construção e obras públicas	Trimestral	INE
Índice de produção na construção e obras públicas	Mensal	INE
Indicador de valores médios de avaliação bancária dos alojamentos	Mensal	INE
Obras públicas	Anual	InCI (Portal Base)
Licenciamento de obras e obras concluídas	-	INE
Segurança no trabalho	Anual	ACT
Taxa de juro implícita no crédito à habitação	Mensal	INE
Valor dos trabalhos realizados por empresas com 20 e mais pessoas ao serviço por tipo de obra	Anual	INE

Face ao exposto, no decorrer do capítulo, foi possível dar a conhecer a caracterização dos diversos indicadores selecionados. De entre os apresentados, existem uns de maior complexidade e outros mais simples e de leitura facilitada.

Com a apresentação detalhada de cada indicador, destacam-se cinco vantagens inerentes.

Os conceitos subjacentes a cada um deles, em particular, bem como os próprios indicadores, no geral, tornam-se passíveis de serem compreendidos eficazmente, para além da sua aplicação.

No seguimento do ponto anterior, a interpretação dos resultados obtidos passa a ser mais clara e rápida, uma vez que não existe dúvida sobre o que trata o indicador.

Através do conhecimento da metodologia utilizada na sua elaboração, permite a replicação da sua construção, podendo contribuir, inclusive, para uma descentralização da produção (simetria de informação).

A explanação da metodologia permite, ainda, um desenvolvimento da capacidade crítica, em relação a si própria, como também em relação à pertinência do indicador em si.

Por fim, a compreensão pormenorizada do significado, da aplicação e da construção dos indicadores facilita a criação de outros com maior capacidade explicativa da realidade e/ou a reformulação dos já existentes, com vista ao seu melhoramento.

Em suma, revela-se de extrema importância a estruturação dos indicadores, aquando a sua construção, quer em conceito, metodologia e aplicabilidade, de forma a levar a uma otimização na interpretação dos resultados ao longo dos anos, com aprofundamento no conhecimento da realidade.

5

ANÁLISE CRÍTICA E EXPLICAÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES

5.1. APRESENTAÇÃO DO CAPÍTULO

Este capítulo destina-se ao aprofundamento dos indicadores seleccionados anteriormente. Recorreu-se ao período 2010 a 2012, para melhor perceber, enquadrar e analisar os respetivos indicadores.

A análise crítica incidirá assim na interpretação dos dados gráficos, bem como na interpretação da forma de construção do indicador e possíveis ações de melhoria, sobretudo numa lógica de mais valia para o público em geral e para o setor que mais diretamente lida com os mesmos.

5.2. RESULTADOS DOS DIFERENTES INDICADORES PARA 2010-2012

5.2.1. INDICADORES MACROECONÓMICOS

O período que serve de referência para esta dissertação está compreendido em plena crise económico-financeira, iniciada em finais do ano de 2007. Portugal segue um comportamento semelhante à generalidade dos países da UE, que representam o panorama global.

5.2.1.1. PIB / VAB / VABc

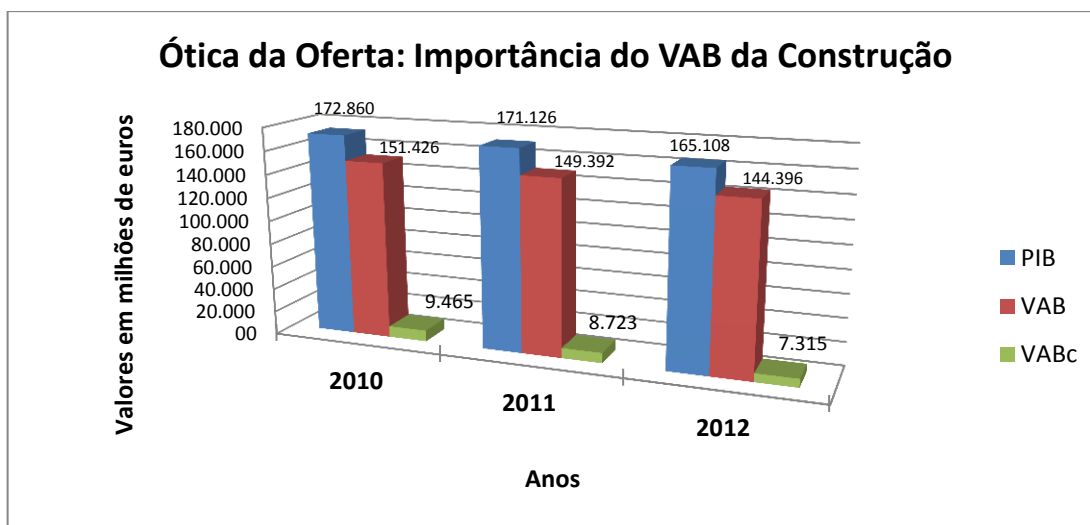


Gráfico 5.1 – Ótica da Oferta: Importância do VAB da Construção entre 2010 e 2012

Com a entrada na crise, a economia portuguesa desacelerou, entrando em recessão. O PIB, para o período em análise, caiu cerca de 1%, no primeiro ano, e quase 4%, no segundo. O valor acrescentado bruto segue um comportamento pró cíclico, conforme é possível observar-se, assim como o da construção. De notar que a queda verificada no segundo ano para o VAB é justificada em cerca de 28% pela queda registada no setor, ou seja, representando mais de um quarto desse total.

5.2.1.2. PIB / FBCF / FBCFc

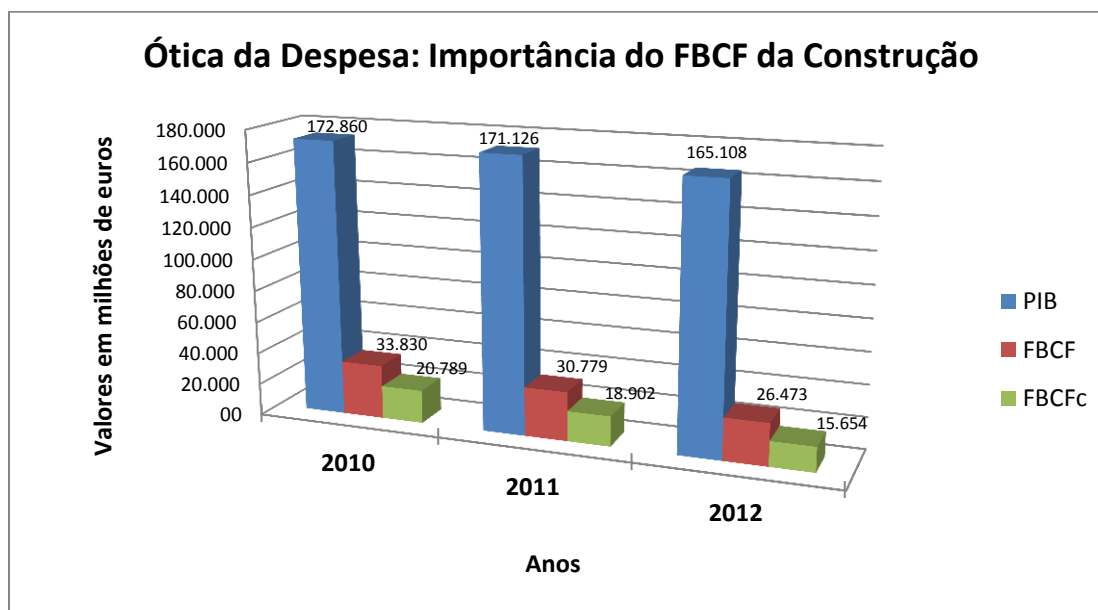


Gráfico 5.2 – Ótica da Despesa: Importância do FBCF da Construção entre 2010 e 2012

A formação bruta de capital fixo segue também um comportamento pró cíclico, como seria expectável, consonante com o que se verifica com o setor da construção. A queda ocorrida no FBCF, no primeiro ano, é justificada em cerca de 62% pela queda do FBCFc. No segundo ano, há um agravamento de 13 pontos percentuais nessa parte justificada. Consegue, ainda, observar-se a extrema importância do setor em relação à recessão ocorrida na economia, em que o decréscimo do setor, no primeiro ano, é, inclusive, superior ao ocorrido no PIB e de cerca de 54% da queda no segundo ano. Desta forma, o setor em estudo aparenta ser força motriz da economia em geral, conforme seria expectável.

5.2.2. INDICADORES DO SETOR

No mesmo seguimento explicativo dos indicadores macroeconómicos, os indicadores do setor encontram-se, também, em declínio, devido à crise que começou a afetar o país e, em particular, esta área de atividade, a partir do ano de 2007.

Os indicadores *infra* permitem retratar a situação do setor.

5.2.2.1. Capacidade produtiva da construção por atividade económica

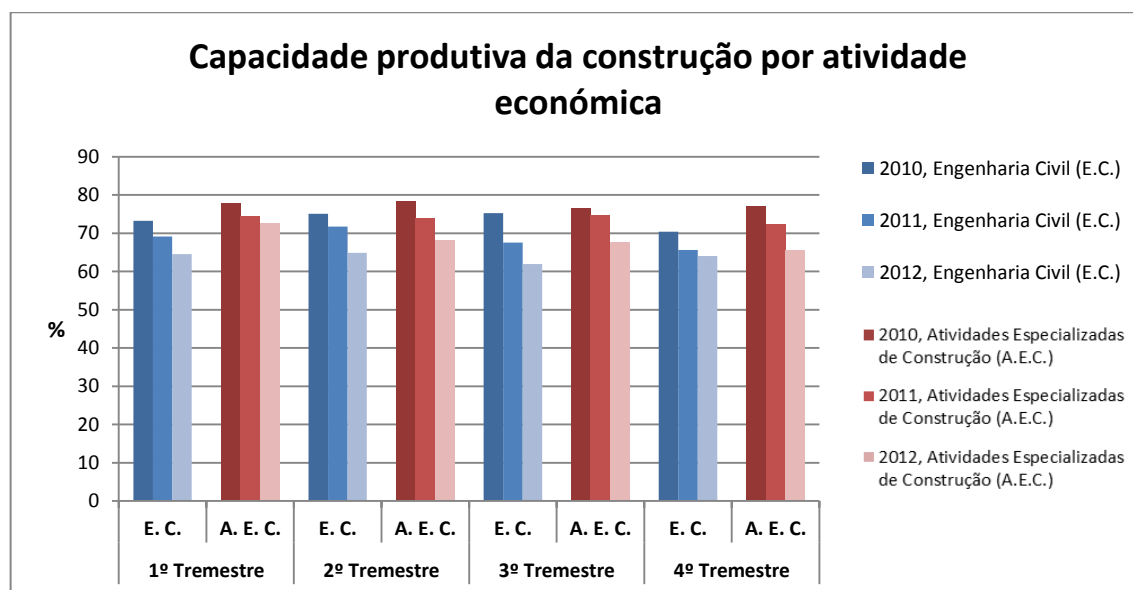


Gráfico 5.3 – Capacidade produtiva da construção por atividade económica

O decréscimo na capacidade produtiva da construção foi transversal às duas atividades económicas destacadas, salvo trimestres excecionais, mas sem comportamento sistemático. As A.E.C. apresentam uma maior capacidade produtiva ao longo dos três anos, porém a tendência é semelhante à da E.C.. Esta realidade vai ao encontro do expectável, pois espera-se que, em tempos de crise, haja uma maior preocupação com o controlo de despesas. O que se verifica é uma perda de eficiência, que poderá ser parcialmente justificada pelos encargos fixos que as empresas possam ter de antemão, ou seja, tendo em consideração a sua atual produção e os encargos acima das necessidades para o projeto em causa, leva a um decréscimo da capacidade produtiva.

As duas atividades económicas apresentam, como referido anteriormente, uma queda na sua capacidade produtiva, apesar das Atividades Especializadas de Construção apresentarem um desempenho ligeiramente superior. Assim, considera-se haver espaço para melhorar níveis de eficiência, através do combate ao desperdício e da otimização na utilização dos recursos (materiais e humanos).

Este indicador é orientado para departamentos e pessoal que tenha contacto direto com a gestão das empresas do setor, quer em domínios operacionais, financeiros, quer na compra de matérias primas. Poderá ter outros utilitários, no entanto, para o público em geral não apresenta interesse. Pela sua relevância e público-alvo a que se destina, faria sentido que este indicador fosse igualmente divulgado e estudado por outras entidades, como, a AICCOPN.

5.2.2.2. Consumo de cimento

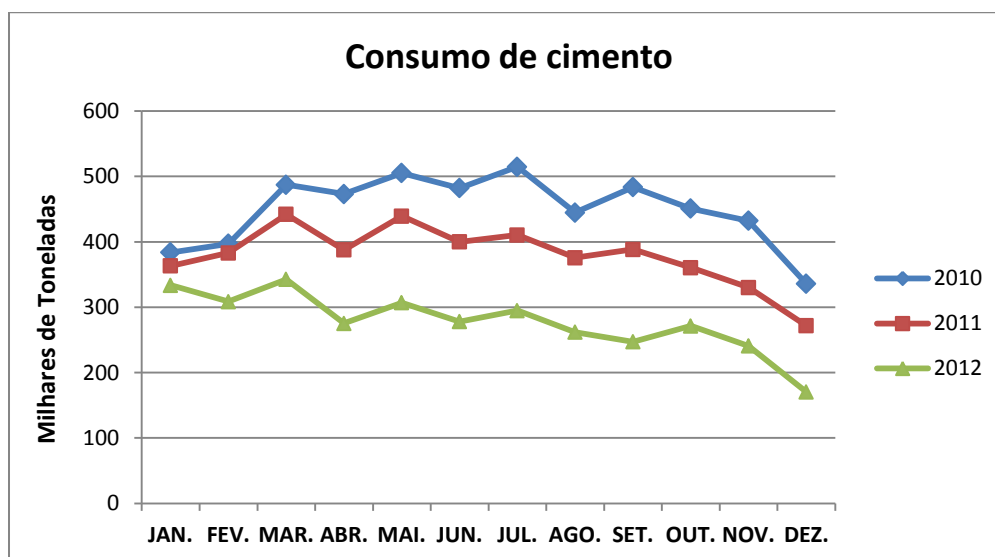


Gráfico 5.4 – Consumo de cimento

O consumo de cimento produzido em Portugal, no mercado interno, tem um comportamento pró cíclico, havendo uma tendência geral de descida, quer ao longo do ano, quer quando comparado com o seu período homólogo.

Existem, no entanto, alguns meses que contrariam a tendência, como o mês de março – ou, em sentido mais lato, o primeiro trimestre – e outras três correções – meses de maio, de julho e de setembro.

Para ajudar a explicar o fenómeno que ocorre no arranque do ano, tem-se, por extensão direta dos mercados financeiros, o Efeito de Janeiro, ou seja, sendo início de um novo ano, existe um aumento generalizado de otimismo (finanças comportamentais) o que leva a um aumento de procura por produtos e de novos investimentos. Outra justificação possível poderá estar relacionada com o consumo de cimento mais acentuado aquando os trabalhos de interior (acabamentos), fase do processo esta mais típica durante o período de condições climáticas adversas, como caso o caso do inverno, uma vez que a realização dos trabalhos de estrutura são dificultados nesse mesmo período.

Relativamente ao aumento verificado nos meses de maio e julho, este pode ser motivado pelas boas condições climáticas, período favorável ao início de novas construções. O decréscimo ocorrido entre julho e setembro pode advir de um momento de férias do setor, havendo, desta forma, um regresso aos trabalhos neste último mês.

O comportamento conseguinte pode ser explicado, além dos fatores referidos, pelo contexto financeiro anual das entidades, e designadamente no andamento e faturação das obras públicas, bem como, pelo período de instabilidade política vivida, entre a apresentação da primeira proposta de lei para Orçamento de Estado do ano seguinte e a sua aprovação no final de ano.

A tendência de descida para todo o intervalo temporal analisado vem no seguimento do agravamento da crise económica vivida em Portugal, com as várias restrições orçamentais impostas pela *Troika* e executadas pelo Governo português.

O cimento é um material base (matéria prima), transversal a todas as fases do processo de construção, sendo, portanto, capaz de ilustrar a realidade do setor, através dos seus consumos. Este indicador tem

particular interesse para as empresas de produção e venda de cimento, empresas de construção e para as entidades governamentais e não-governamentais que queiram analisar o estado do setor. A sua leitura é fácil, pelo que é acessível ao público em geral.

Este indicador permite concluir diretamente sobre o índice de produtividade das empresas do setor da construção. Contudo, é um indicador demasiado específico, podendo estar sujeito a variações bruscas, dependendo da concorrência de mercado externo, da taxa de inflação, e da internacionalização das empresas portuguesa devido à carência de obras em Portugal.

A informação relativa a este indicador pode ser acedida facilmente, pois esta é divulgada abertamente pelas entidades competentes, neste caso, a AICCOPN e INE, com base nos dados fornecidos pela ATIC.

5.2.2.3. Estatísticas do mercado de trabalho

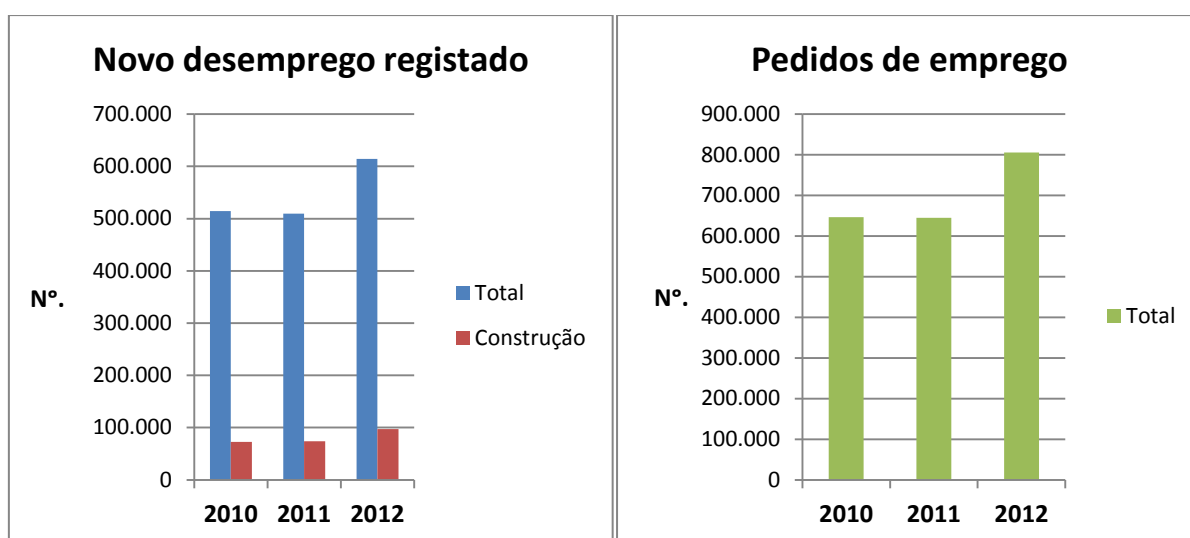


Gráfico 5.5 – Novo desemprego registado e pedidos de emprego

Pelo gráfico da esquerda, constata-se que o novo desemprego registado aumentou, sobretudo, de 2011 para 2012, quer no total das atividades económicas, quer, em particular, no setor da construção. Verifica-se, ainda, que este setor representa cerca de 1/6 do volume total de desemprego. Pelo gráfico da direita, observa-se que, no desemprego total, após um ligeiro decréscimo de 2010 para 2011, ocorre um crescimento acentuado de 2011 para 2012 – mais de 20% – impulsionado pelo novo desemprego. É possível aferir que a grande maioria do desemprego verificado é de curta duração, uma vez que mais de 75% do desemprego total para um dado ano tem origem no novo desemprego registado para esse mesmo período.

Uma justificação plausível para o aumento de 2011 para 2012 está, uma vez mais, relacionada com a mudança política decorrida em Portugal, com as eleições legislativas, que implicaram aplicação de grandes medidas de contração económica.

Faz-se nota ainda de que o peso do desemprego de longa duração (maior que ano) pode não ser maior por desistência da população em continuar inscrita, por emigração ou por trabalhos temporários.

Este indicador tem particular interesse para as entidades governamentais e não-governamentais que queiram analisar o estado do setor e do panorama nacional, bem como serve de referência, genericamente, para a população ativa. A sua leitura é fácil, pelo que é acessível ao público em geral.

Este indicador é diretamente relacionável com um outro, que será apresentado posteriormente, o Índice de novas encomendas e obras públicas, na medida em que os dois possuem uma relação de proporcionalidade direta.

Este indicador tem como vantagem o facto de caracterizar o estado do setor da construção em Portugal, bem como o nível de desemprego e ainda a mentalidade das pessoas desempregadas, na medida em que estuda o espaço de tempo em que estas ficam desempregadas e procuram/pedem novo emprego. Todavia, tem como desvantagem ser ambíguo uma vez que, pode incluir no seu estudo como novo desemprego, pessoas recentemente reformadas e jovens recém licenciados.

Para aumentar a fiabilidade deste indicador é essencial o acesso constante a informação atualizada. Para facilitar todo este processo deve existir um cruzamento de dados de todas as entidades competentes para o efeito.

5.2.2.4. Indicador de confiança da construção

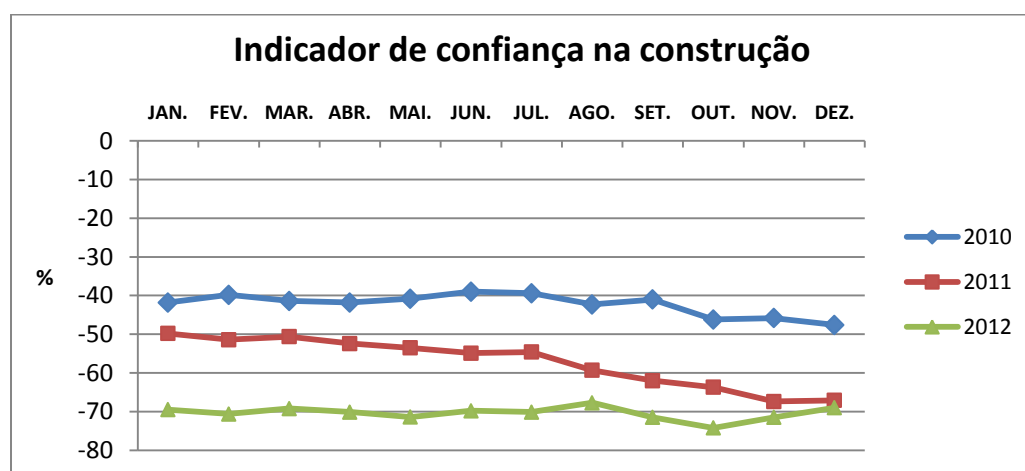


Gráfico 5.6 – Indicador de confiança na construção

O indicador da confiança na construção apresenta valores de confiança negativa para todos os anos em estudo, ou seja, os agentes económicos do setor – empresas da construção, por exemplo – avaliam o setor com uma maior percentagem de respostas de valorização negativa do que positiva. Desde o início de 2010 para o final de 2011, houve um decréscimo dos níveis de confiança, mantendo-se estável durante o ano de 2012. O setor termina o ano de 2012 com uma percentagem de respostas de valorização negativa a rondar os 85%, isto é, a realidade revela a ausência quase completa de pontos positivos, sem perspetivas de melhoria.

Este indicador, apesar de uma aparência subjetiva, é orientado para critérios objetivos, pelo que a informação dele retirada é representativa do estado geral do setor da construção.

Este indicador tem particular interesse para as entidades governamentais e não-governamentais que queiram analisar o estado do setor. A sua leitura é fácil, pelo que é acessível ao público em geral.

Este indicador tem uma relação de proporcionalidade direta com o indicador do emprego e do volume de encomendas, em que a variável independente são as encomendas e a variável dependente é o nível de confiança.

O Indicador de confiança na construção deve ser fornecido por todas as entidades (AICCOPN, InCI e INE) porque retrata tanto o estado do setor da construção civil em Portugal, como a crença que os portugueses têm no país para superar a crise, crença essa que é um impulsionador da economia, ou seja, quanto mais confiança as pessoas têm mais dinheiro gastam e mais movimentam a economia. No entanto, existem alguns aspetos negativos, entre eles a própria mentalidade depressiva do povo português, o que causa uma inércia à mudança.

Os valores deste indicador só podem ser aumentados com uma melhoria da conjuntura nacional.

5.2.2.5. Índice de emprego na construção e obra públicas

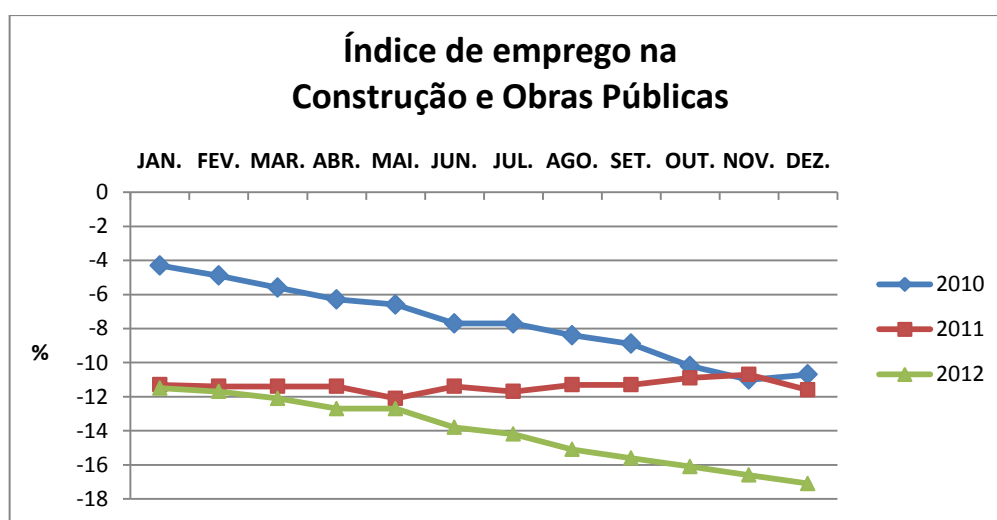


Gráfico 5.7 – Índice de emprego na construção e obras públicas (em variação percentual)

O emprego na construção e obras públicas, em 2010, teve um decréscimo acentuado ao longo de todo o ano, sucedendo-se um período de estabilização – 2011. Em 2012, volta a decair, fechando o ano com uma diferença de quase 13 pontos percentuais face a janeiro de 2010.

A estabilização ocorrida durante o ano de 2011 pode estar relacionada com o período de expectativa política, após a demissão do antigo governo e as eleições legislativas daí decorrentes. Com a entrada do novo governo e a constatação das medidas de austeridade a serem impostas – entre elas, os diversos cortes aplicados a programas que promoviam o desenvolvimento de obras públicas – deu-se um decréscimo no emprego.

Este indicador tem particular interesse para as entidades governamentais e não-governamentais que queiram analisar o estado do setor, bem como para o público em geral, fruto da curiosidade e importância de estar-se informado, potenciando ação para adaptação às necessidades do mercado de trabalho. A sua leitura é relativamente fácil, com a nuance de tratar-se de um índice que remete para um ano base.

Este índice pode ter valores menos positivos na medida em que o setor da construção continua a ser um dos setores mais instáveis a nível de empregabilidade e sazonalidade dos contratos de trabalho.

Os valores deste índice podem ser melhorados com recurso a programas de incentivo de desenvolvimento e construção de obras públicas ou outro tipo de construção, por parte do Governo, empreiteiros ou donos de obra, pois estes são os principais impulsionadores da economia deste setor.

5.2.2.6. Índice de horas trabalhadas na construção e obras públicas

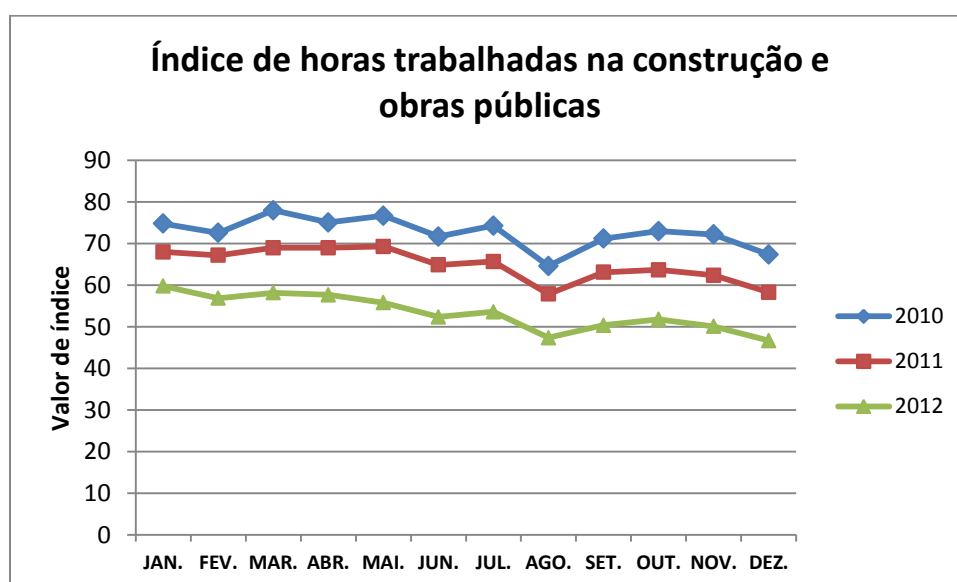


Gráfico 5.8 – Índice de horas trabalhadas na construção e obras públicas

As horas trabalhadas na construção e obras públicas verificaram um crescimento negativo durante quase todo o período estudado com uma tendência decrescente efetiva. No mês de agosto, acentua-se a queda das horas trabalhadas, com uma ligeira recuperação a partir do mês seguinte, voltando a entrar em decréscimo a partir de outubro até ao fim do inverno. Em termos homólogos, existe um comportamento semelhante durante todo o ano.

A descida do número de horas, em fevereiro, pode estar relacionada pelo facto desse mês ser o que tem menos dias no ano. Ainda na mesma tendência, agora no que diz respeito ao mês de agosto, a decida do número de horas é motivada por ser período de férias para os trabalhadores do setor. Após a recuperação de setembro e outubro, inicia-se nova queda fruto da mudança horária e entrada em estações com condições climáticas adversas – diminuição do número de horas de exposição solar e restrições para a realização de trabalhos no exterior. De ano após ano, a diminuição, neste índice, pode ser resultado do decréscimo dos trabalhos contratualizados, tanto por obras públicas e/ou privadas, decorrentes da crise sentido setor. No seguimento destas possíveis justificações, o decréscimo do consumo de cimento pode ser um fator chave para a visível redução do número de horas trabalhadas, uma vez que, é com esta matéria prima que se executam vários trabalhos ou obras da atividade.

Este indicador tem particular interesse para as entidades governamentais e não-governamentais que queiram analisar o estado do setor e que procurem, especificamente, a informação dele retirada. A sua leitura é relativamente fácil, no entanto, é feita, essencialmente, por especialistas.

Os valores de índice podem não ser completamente fiáveis, pelo facto de que o número de horas de trabalho pode não ter repercussão no índice de produtividade, ou seja, um trabalhador pode trabalhar muitas horas e produzir pouco, de maneira a que estes dois indicadores devem estar relacionados para ter uma ideia mais clara sobre este assunto.

É interessante relacionar este indicador com os “trabalhos a mais” ou esmagamento dos prazos de conclusão de um dado tipo de obra, visto que, sempre que houver este tipo de acontecimento, o número de horas vai tendencialmente variar, devido às exigências que são estipuladas por parte das entidades responsáveis.

5.2.2.7. Índice de novas encomendas na construção e obra públicas

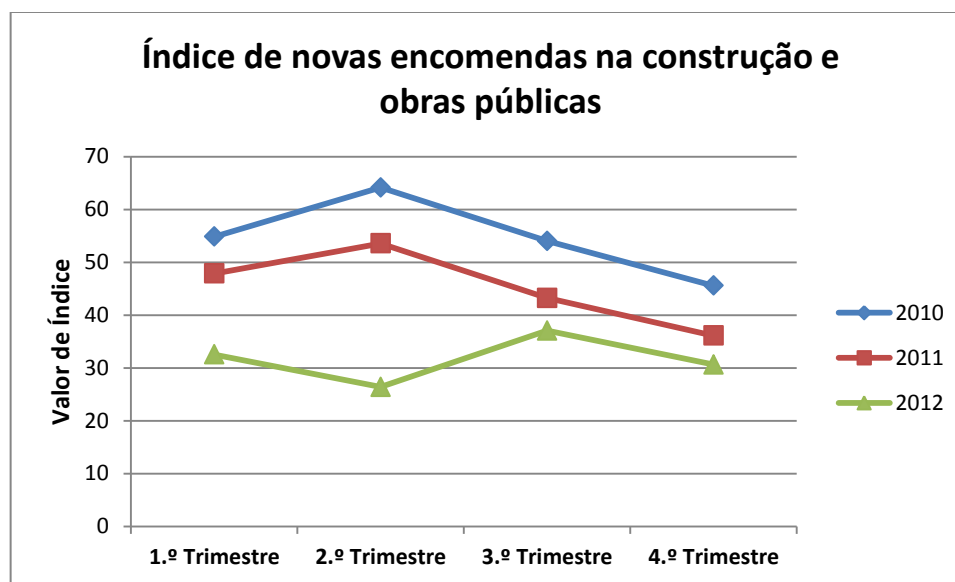


Gráfico 5.9 – Índice de novas encomendas na construção e obras públicas

As novas encomendas na construção e obras públicas têm um comportamento crescente na primeira metade dos anos de 2010 e 2011 e decrescente na segunda metade, com a exceção ocorrida nos trimestres intermédios do ano de 2012. Em qualquer um dos anos, este indicador diz que, comparativamente ao seu ano base, o setor se encontra pior, terminando o ano de 2012 a cerca de 31% do ano de referência. Verifica-se, ainda, uma diminuição de encomendas ano após ano.

A subida ocorrida na primeira metade do ano de 2012 poderá ser justificada, pelo menos, em parte, pelo normal início de obras nas estações climatéricas mais favoráveis, ou seja, coincidindo o seu arranque com a realização das encomendas prévias. No ano de 2012, deu-se uma situação atípica, havendo uma diminuição no segundo trimestre e subida no trimestre seguinte. Este crescimento foi motivado pelo aumento de encomendas relativas a obras de engenharia, como o caso do início da construção de novas barragens. A descida encontra-se em linha com o cenário do ano anterior onde o travão das obras públicas, a incapacidade de negociar com os bancos e a contração da economia dominaram as aspirações do setor.

A tendência de descida para todo o período em análise está diretamente relacionada com a recessão que o país atravessa.

Este indicador tem particular interesse para as entidades governamentais e não-governamentais que queiram analisar o estado do setor e que procurem, especificamente, a informação dele retirada. A sua leitura é relativamente fácil, no entanto, é feita, essencialmente, por especialistas.

Este indicador contém valores fiáveis e que servem de base para concluir sobre outros indicadores, como é o caso do volume de emprego ou desemprego. É também estratégico, na medida em que tem interesse para várias entidades, incluindo para as que produzem materiais de construção, uma vez que

o aumento das encomendas implicará o aumento do consumo de alguns produtos, como o cimento, o ferro, etc. Na ótica do fornecedor poderia ter interesse discriminar o tipo de obra a que este indicador se refere.

Este índice, novas encomendas, é importante pois fornece informação sobre a evolução em valor da procura de produtos e serviços, como indicação da produção futura do setor da construção. Com o duplo objetivo de reduzir a carga sobre os respondentes (para obter informação sobre as encomendas seria necessário a realização de uma operação estatística específica junto das empresas) e de assegurar a qualidade da informação a produzir.

5.2.2.8. Índice de produção na construção e obra públicas

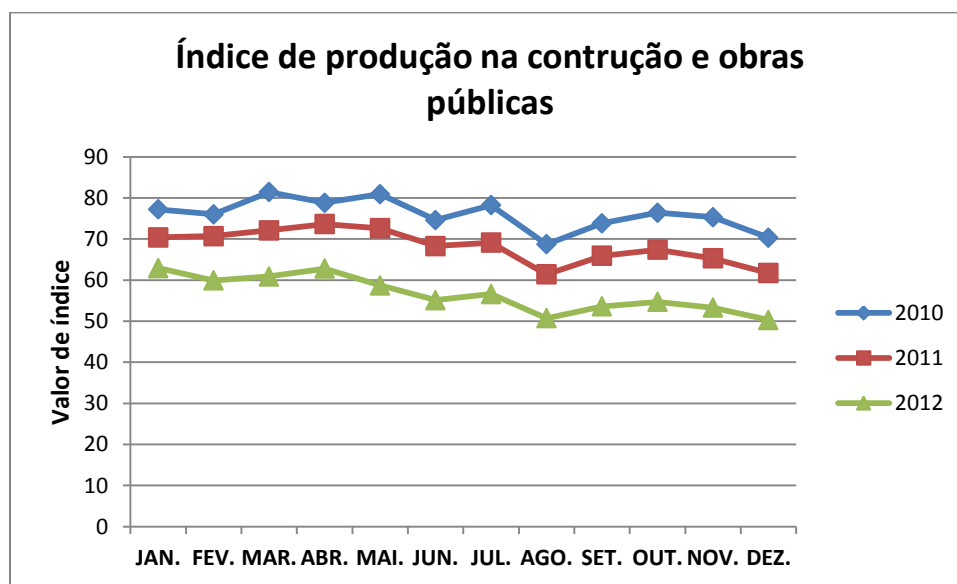


Gráfico 5.10 – Índice de produção na construção e obras públicas

A produção na construção e obras públicas verifica um crescimento negativo durante quase todo o período estudado com uma tendência decrescente efetiva. No mês de agosto, acentua-se a queda dos bens e serviços produzidos, com uma ligeira recuperação a partir do mês seguinte, voltando a entrar em decréscimo a partir de outubro até ao fim do inverno. Em termos homólogos, existe um comportamento semelhante durante todo o ano.

A descida da produção, em agosto, é motivada pela diminuição das horas trabalhadas, ou seja, por ser período de férias para os trabalhadores do setor. Após a recuperação de setembro e outubro, inicia-se nova queda fruto da mudança horária e entrada em estações com condições climatéricas adversas – diminuição do número de horas de exposição solar e restrições para a realização de trabalhos no exterior. De ano após ano, a diminuição, neste índice, pode ser resultado do decréscimo do valor dos trabalhos contratualizados, tanto por obras públicas e/ou privadas, decorrentes da crise sentido setor.

Uma outra explicação, para esta tendência já referida, pode estar relacionada com a redução substancial do número de equipas numa obra, para que não haja custos elevados no final da empreitada, porque há a tendência, na fase de orçamento, de esmagar preços para se ganhar uma obra ou empreitada. Para que depois, no processo de execução da obra, haja o mínimo de custo as empresas contratam subempreiteiros mais baratos, o que por vezes pode levar a uma redução do nível de produção, devido à fraca mão de obra especializada.

Este indicador tem particular interesse para as entidades governamentais e não-governamentais que queiram analisar o estado do setor e que procurem, especificamente, a informação dele retirada. A sua leitura é relativamente fácil, no entanto, é feita, essencialmente, por especialistas.

Os dados deste indicador devem estar patentes em várias entidades, como é o caso da AICCOPN, do InCI e do INE, uma vez que é um indicador bastante explicativo de como se encontra o estado do setor da construção, a nível empresarial e a nível humano.

5.2.2.9. Indicador de valores médios de avaliação bancária dos alojamentos

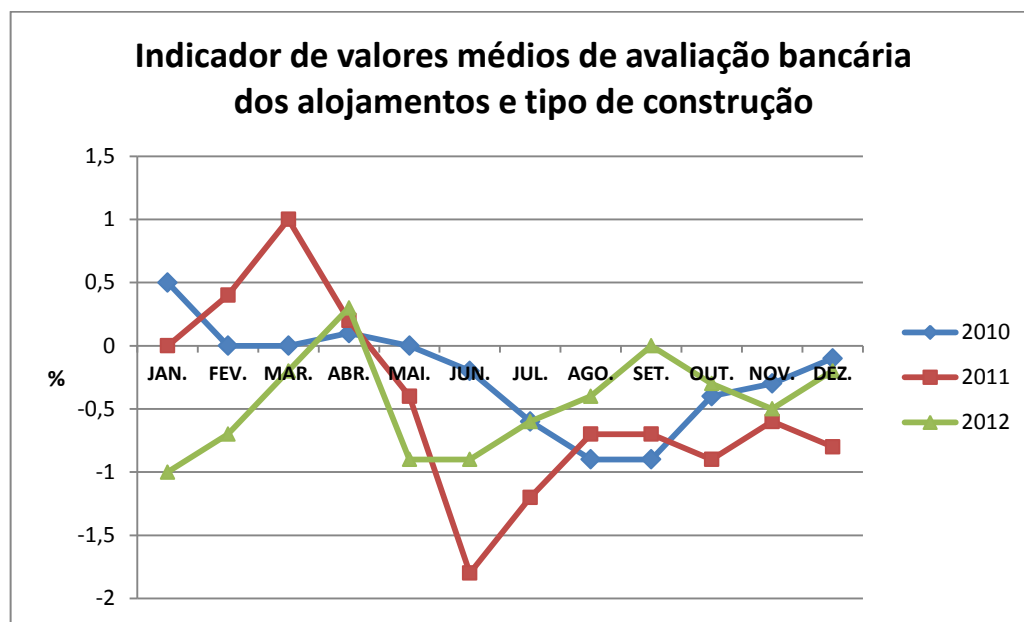


Gráfico 5.11 – Indicador de valores médios de avaliação bancária dos alojamentos

Os valores médios de avaliação bancária dos alojamentos e tipo de construção tiveram, durante o intervalo temporal em análise, uma variação mensal, essencialmente, negativa, apesar das flutuações verificadas. O período de exceção diz respeito ao início do ano 2011. Assim, estes valores médios, entre o início do ano de 2010 e o final de 2012, apresentaram uma desvalorização significativa.

O comportamento negativo do presente indicador pode ser justificado, em grande medida, pela dação em cumprimento apresentada pelas famílias, como último recurso, de forma a honrar com as suas obrigações, junto das entidades financiadoras do seu crédito à habitação. Esta solução pressupõe a reavaliação dos imóveis, que, em norma, desvalorizam face ao momento inicial da contratualização do financiamento. Todavia é necessário ter em atenção o fator bolha imobiliária, em que muitas habitações estavam sobrevalorizadas, e, ainda, a necessidade de os bancos se verem livres de património.

A variação mensal positiva identificada do valor médio de avaliação bancária no arranque do ano de 2011 foi, na maioria, determinada pelo segmento moradias, que, em parte, terá refletido um número mais elevado de avaliações de tipologias superiores.

Este indicador tem particular interesse para as entidades de crédito, financeiras e não financeiras, para os investidores imobiliários e, pontualmente, para as famílias que queiram aproveitar oportunidades pontuais. A sua leitura é relativamente fácil, elucidando a variação da valorização média bancária e respetiva tendência.

5.2.2.10. Obras públicas

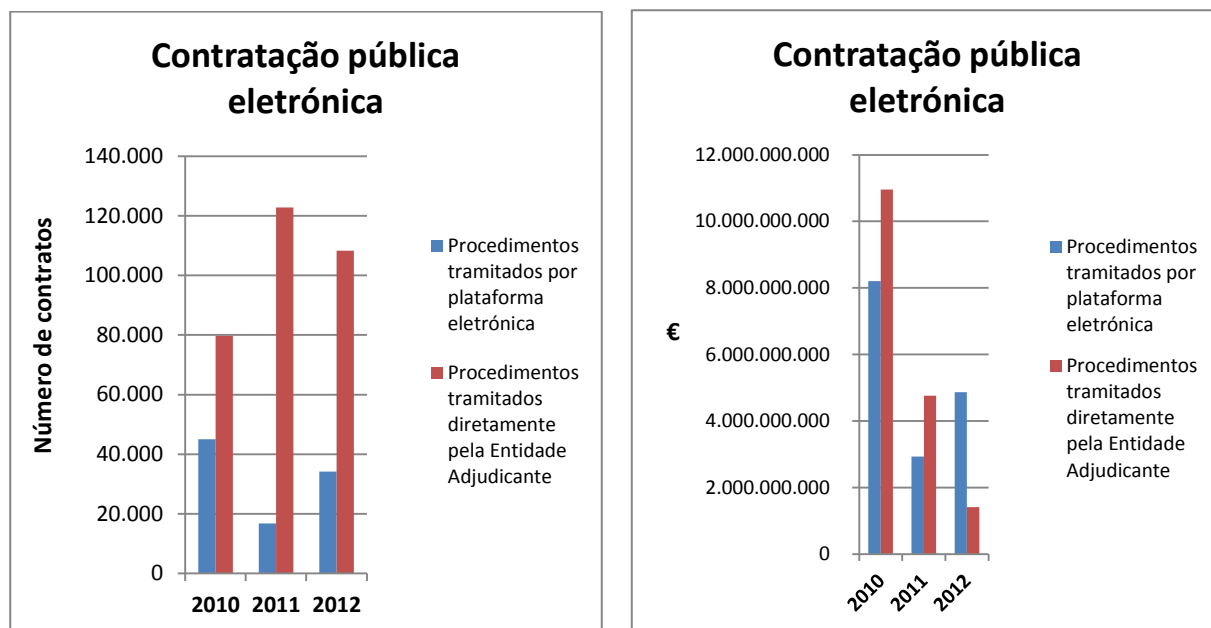


Gráfico 5.12 – Contratação pública eletrónica: número de contratos e valores

No gráfico da esquerda, o comportamento dos procedimentos tramitados por plataforma eletrónica e dos procedimentos tramitados diretamente pela entidade adjudicante é antagónico, verificando-se uma descida do primeiro e uma subida no primeiro, de 2010 para 2011, e o inverso, de 2011 para 2012. Relativamente ao gráfico da direita, o comportamento do primeiro é semelhante ao do gráfico anterior e o segundo apresenta, agora, uma descida continuada de ano após ano, ou seja, o valor dos procedimentos transmitidos pela entidade adjudicante diminuiu mais de 80% entre 2010 e 2012; por outro lado, os procedimentos transmitidos por plataforma verificaram um crescimento no segundo ano, depois de uma queda anterior. Pelo gráfico da direita, ainda é possível constatar a diminuição acentuada do valor total dos procedimentos entre 2010 e 2012 – mais de 19 mil milhões de euros para menos de 5,5 mil milhões de euros. Numa análise integrada dos dois gráficos, reconhece-se que o aumento do número de contratos totais no ano de 2011 trazem pouco valor acrescentado, não conseguindo evitar a *crash* dos valores subjacentes para esse mesmo ano.

O incremento positivo relativamente à componente a azul nos gráficos resulta da maior utilização das plataformas por parte das entidades adjudicantes, designadamente, no que respeita aos procedimentos por ajuste direto, isto é, ocorrendo uma substituição entre procedimentos.

Em termos de contratos, o número mantém-se em média ao longo dos anos, o decréscimo de contratos tramitados nas plataformas está diretamente relacionado com o tipo de contrato, normalmente ajustes diretos e de pequeno valor.

No que diz respeito à subida do número de contratos tramitados diretamente pela entidade adjudicante no ano de 2011, esta pode ser justificada por pequenas reparações ou obras que surgiram no momento, uma vez que, este ano foi ano de eleições legislativas.

Uma possível justificação para o sucedido em 2011 – aumento do número de contratos e diminuição dos valores subjacentes – pode estar relacionada com o facto dos contratos feitos serem mais de

pequenos empreendimentos, isto é, com vista à manutenção em detrimento do investimento em novos edifícios e infraestruturas.

Este indicador tem particular interesse para as entidades governamentais e não-governamentais que queiram analisar o estado do setor e que procurem, especificamente, a informação dele retirada. A sua leitura é relativamente fácil, no entanto, é feita, essencialmente, por especialistas.

Este indicador é diretamente relacionável com outros, que foram apresentados anteriormente, tais como, o Índice de novas encomendas e obras públicas e as Estatísticas do mercado de trabalho, na medida em que os três possuem uma relação de proporcionalidade direta.

Como indicador recente, este poderá ser do interesse em ser dado por tipo de obra, para uma melhor explicação dos valores apresentados. Estes valores deveriam estar representados e discriminados em várias entidades, como é o caso da AICCOPN e INE, e não só no InCI. Estas entidades deveriam trocar dados entre si, para facilitar o acesso, tanto aos associados de uma, como o público em geral na outra.

5.2.2.11. Licenciamento de obras e obras concluídas

De seguida serão apresentados os dois indicadores mais específicos integrados no Indicador de licenciamento de obras e obras concluídas, sendo esses dois indicadores: Edifícios concluídos e Edifícios licenciados. Fica por explorar, por exemplo, as obras de reabilitação, ampliação e manutenção licenciadas. Atendendo ao quadro económico atual, o estudo mais aprofundado de outros indicadores poderá ajudar na compreensão do fenómeno de substituição, que possa estar a passar-se, entre a aquisição de novos edifícios para habitação e/ou para fins comerciais e a realização de obras de manutenção, de reestruturação licenciadas e não licenciadas.

Edifícios concluídos



Gráfico 5.13 – Edifícios concluídos

O número de edifícios concluídos, para o período em análise, foi decaindo, seguindo um comportamento pró cíclico em relação à economia nacional. Entre 2010 e 2012, verifica-se uma redução de cerca de 10%.

A crise, onde está integrado este intervalo temporal, apresenta-se como denominador comum às justificações relacionadas com a falência de empreiteiros, à falta de financiamento direta ou indireta para a conclusão de obras, ou seja, a não conclusão de edifícios, ou, genericamente, de obras, torna-se uma realidade. A redução da procura para o setor, intrínseca a um período de crise, não motiva o investimento, tendo um efeito antagónico, conforme se constata pela tendência apresentada por este indicador.

Este indicador tem relação com o indicador de valor das casas, ou seja, se o valor for baixo pode não interessar investir porque a margem é inferior.

Ainda, neste indicador, há uma relação com o volume de negócio efetuado para a compra de terrenos e a execução de edifícios, isto é, se houver mais investimento na compra de terrenos e por si só, num futuro próximo, a execução de novos edifícios vai levar a que haja um aumento nos edifícios concluídos.

Todas as entidades do setor da construção deveriam divulgar nos seus relatórios ou conjunturas os valores associados a este indicador.

Edifícios licenciados

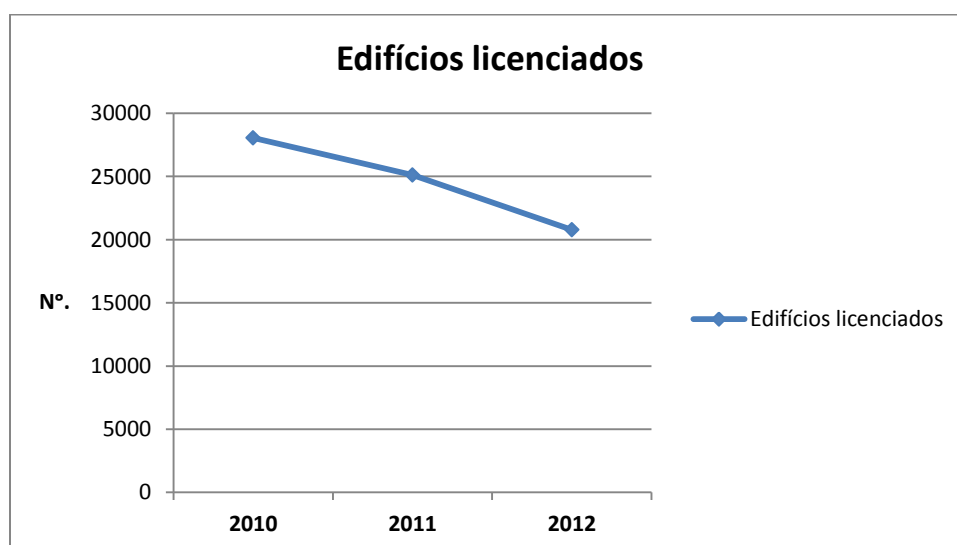


Gráfico 5.14 – Edifícios licenciados

O número de edifícios licenciados, para o período em análise, foi decaindo, seguindo um comportamento pró cíclico em relação à economia nacional. Entre 2010 e 2012, verifica-se uma redução de cerca de 30%.

Globalmente, este decréscimo é justificado pela recessão económica, que inibe o consumo e, por conseguinte, o investimento.

O quadro apresentado por este indicador permite aferir um agravamento do estado de retrocesso do setor para os próximos anos.

É de referir que os edifícios novos e aqueles que são reabilitados correspondem a este indicador. Isto significa que, as licenças para o caso da reabilitação compreendem quer obras realizadas em edificado, quer obras de diminuta relevância (por exemplo: as obras feitas em edificado cujo alvará possui uma validade até três meses).

Devido à conjuntura económica a que o país se encontra, não há possibilidade por parte de certas entidades privadas, a realização de novas obras. Por isso, é importante que o Governo adote medidas de incentivo às autarquias, para que estas mostrem dinâmica de reabilitação, ou seja, quanto maior número de novos fogos, maior o número de projetos e assim, maior é o lançamento de licenças.

Todas as entidades do setor da construção deveriam divulgar nos seus relatórios ou conjunturas os valores associados a este indicador.

5.2.2.12. Segurança no trabalho

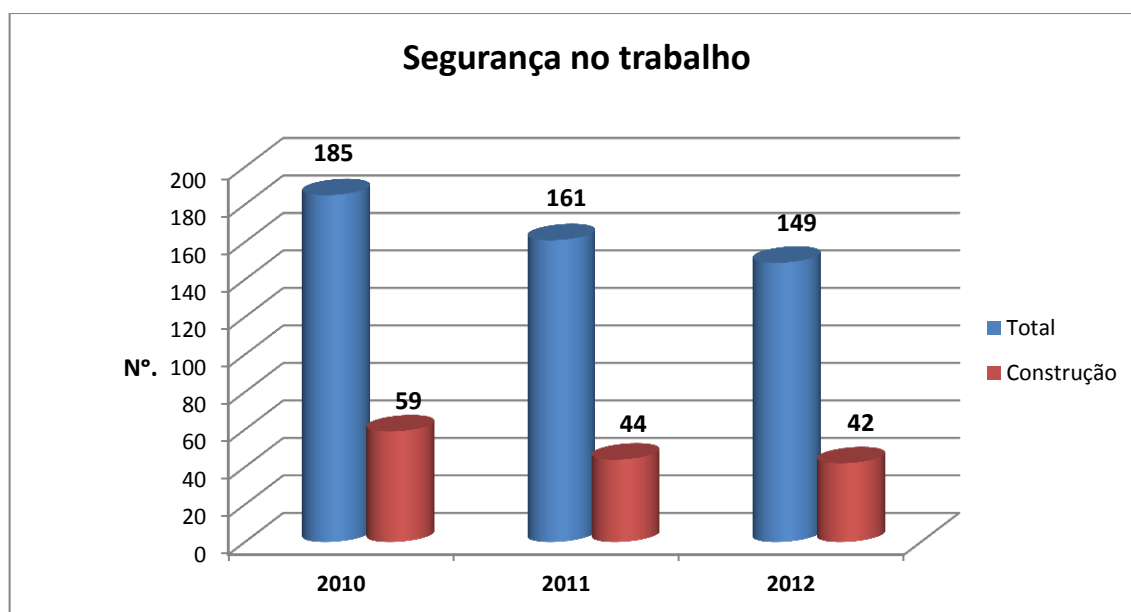


Gráfico 5.15 – Segurança no trabalho

O indicador da segurança, que se refere ao número de acidentes mortais para todos os setores de atividade económica e, em específico, do setor da construção, apresenta um decréscimo no decorrer dos anos, quer no âmbito geral, quer no particular. Verifica-se, ainda, que o setor da construção tem um peso significativo no total, variando entre cerca de 27% e de 32%, ou seja, um setor com um elevado número efetivo de sinistralidade mortal.

Uma justificação para esta realidade está diretamente relacionada com a negligência presente no cumprimento dos princípios de segurança, tendo em consideração o perigo subjacente à atividade.

Este fenómeno, apesar do decréscimo, não significa necessariamente uma melhoria em termos de eficiência e segurança, uma vez que, conforme já observado por outros indicadores, houve uma redução de atividade, como, por exemplo, em horas trabalhadas e trabalhadores ao serviço. Para avaliar se o setor é, efetivamente, um setor de maior risco, ter-se-ia de ter em consideração o total da população ativa a trabalhar no mesmo e de apurar as causas dos sinistros resultantes de situações cumpridoras de todas as normas relativas.

Este indicador tem particular interesse para as entidades fiscalizadoras pela segurança, como para os próprios donos de obra, no sentido de sensibilizá-los para o impacto nefasto, caso não haja

cumprimento integral das condutas subjacentes. A sua leitura é fácil e direta, sendo acessível ao público em geral.

Neste indicador há uma relação pertinente, que é o número de acidentes de trabalho com o número de obras executadas, ou seja, pode-se verificar que o número de acidentes está a baixar, mas se o número de obras executadas estiver a acompanhar essa tendência ou até diminuir, algo se encontra mal relativo à segurança.

Todos os orçamentos, quer públicos, quer privados deveriam conter uma percentagem específica só para o fator segurança, porque em Portugal o setor da construção continua, ainda, a ter um número de acidentes mortais elevado.

Para além do ACT e do INE, outras entidades, como o InCI e a AICCOPN deviam conter nos seus *sites* e/ou plataformas os valores, sempre atualizados, deste indicador.

5.2.2.13. Taxa de juro implícita no crédito à habitação

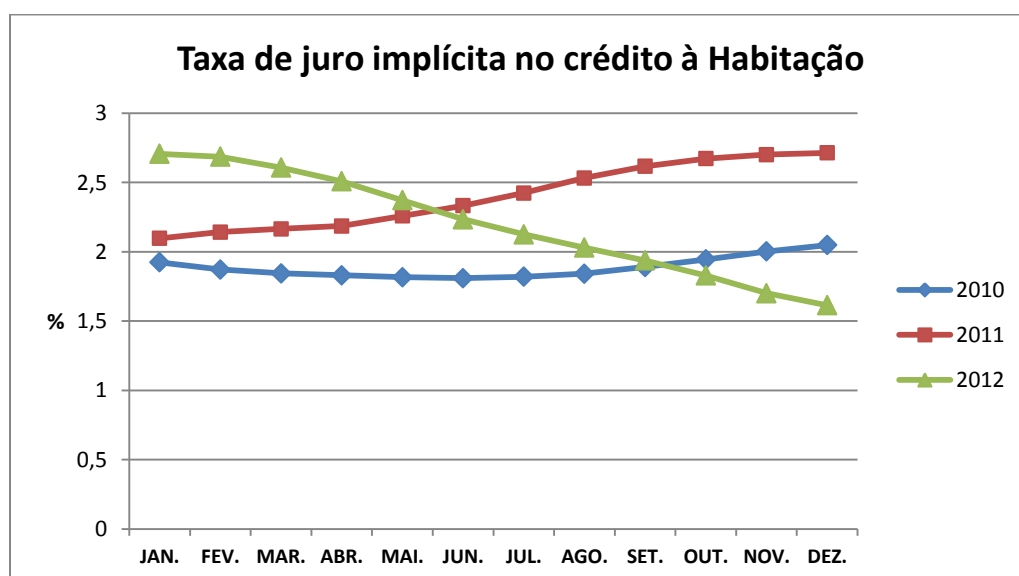


Gráfico 5.16 – Taxa de juro implícita no crédito à habitação

A taxa de juro implícita no crédito à habitação iniciou o ano de 2010 em queda até ao final do primeiro semestre. A partir do segundo semestre de 2010, até finais do ano de 2011, apresenta-se com uma tendência crescente. Ao começar o ano de 2012, esta entra em queda permanente.

As variações desta taxa estão diretamente relacionadas com a taxa de juro de referência, a Euribor, havendo um constante acompanhamento desta. Ao iniciar-se o ano de 2012, com o propósito de ajuste de política monetária, o Banco Central Europeu, responsável por esta taxa de juro de referência, iniciou a sua descida sucessiva para incentivar o consumo e alavancar, desta feita, a saída da crise instalada nos países de união monetária.

Outras justificações, para o período de descida, igualmente relacionadas com a crise instalada dizem respeito à mudança de paradigma relativa à aquisição de casa própria por parte das famílias – estas passam a preferir o arrendamento de habitação, em detrimento da compra. Esta consequência-cause da crise contribui para a diminuição da procura à aquisição de habitação própria e consequente diminuição da contração do crédito inerente.

Este indicador tem particular interesse para as entidades governamentais e não-governamentais – com e sem fins lucrativos – que queiram analisar o estado do setor, averiguando a existência do (des)incentivo ao consumo, e para as próprias famílias. A sua leitura é feita, essencialmente, por especialistas, havendo dificuldade de interpretação pelo público em geral.

5.2.2.14. Valor dos trabalhos realizados por empresas com 20 e mais pessoas ao serviço por tipo de obra

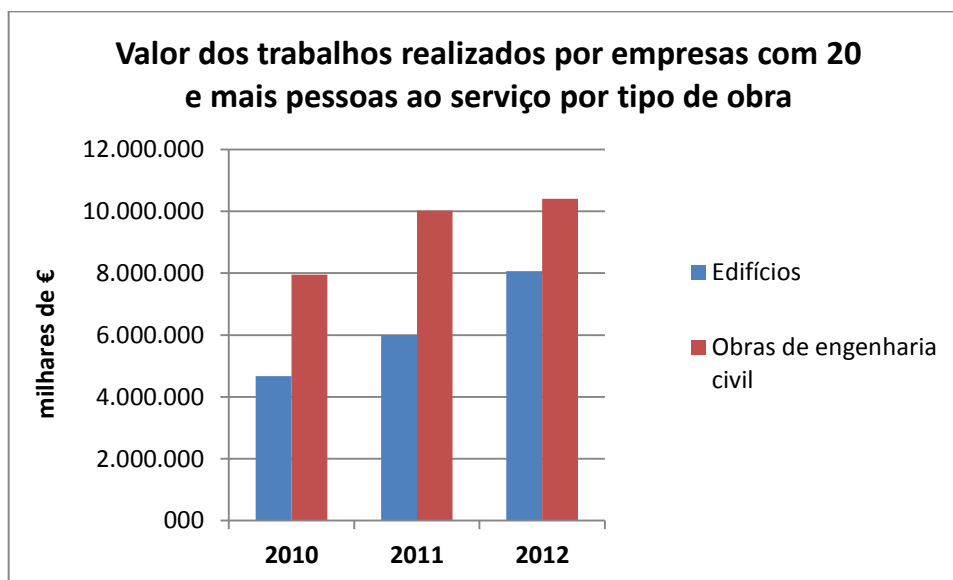


Gráfico 5.17 – Valor dos trabalhos realizados por empresas com 20 e mais pessoas ao serviço por tipo de obra

Durante o intervalo temporal em estudo, verificou-se um crescimento do valor dos trabalhos (volume de negócios) realizados por empresas com 20 e mais pessoas ao serviço, quer em edifícios, quer em obras de engenharia civil, no nosso país. Este comportamento é contra cíclico. É possível, ainda, observar o crescimento de mais de 25% em obras de engenharia civil e mais de 70% em edifícios, entre 2010 e 2012.

Uma explicação para este comportamento contra cíclico está relacionada com o facto de, em períodos de crise, as empresas melhor sucedidas serem aquelas que conseguem uma melhor adaptação às condições de maior restrição orçamental, ou seja, aquelas que revelam um nível de eficiência diferenciador. A característica de dimensão pode ter igual influência nessa permanência, uma vez que potencia maior poder negocial e maiores facilidades de acesso a financiamento.

Este indicador macroeconómico tem particular interesse para as entidades governamentais e não-governamentais – com e sem fins lucrativos – que queiram analisar o estado do setor, em particular, das empresas de maior dimensão. A sua leitura é feita, essencialmente, por especialistas, mas de fácil compreensão pelo público em geral.

A partir de 2001 os valores deste indicador encontram-se disponíveis por tipo de obra. Esta estrutura tem interesse pois permite perceber a evolução nos diferentes mercados do setor, tendo uma mais valia estratégica para diversos agentes. A divisão utilizada tem como base um referencial de classificação adotado pelo Eurostat e pelo INE que é a CPC – Classificação Portuguesa das Construções.

Esta classificação reflete de uma forma simples e muito bem estruturada os diferentes tipos de obras segundo o uso (por exemplo: infraestruturas rodoviárias – autoestradas, estradas nacionais, postos de abastecimento).

Este indicador pode de alguma forma relacionar-se com o das obras públicas, de forma a perceber qual a percentagem de investimento público e privado em empreitadas. Esta aferição pode ter interesse e pode concretizar-se para o volume total dos trabalhos, tendo no entanto em consideração as limitações no cálculo destes 2 indicadores.

No entanto permitem dar uma ideia aproximada dos montantes investidos.

Olhando para o detalhe verifica-se uma diferença nos princípios de classificação a níveis inferiores, uma vez que o indicador das obras públicas do BASE segue a classificação europeia obrigatória para os contratos públicos, o Vocabulário Comum da Contratação Pública. A correlação entre os dois sistemas permitiria a agilização do cruzamento dos dados, tendo sempre em consideração as limitações intrínsecas de cada um.

5.3. CONCLUSÃO

Todos os indicadores apresentam um denominador comum: a crise económico-financeira, iniciada em 2007 a nível internacional, que atinge o país durante todo o período de análise, incidindo estes na fase mais profunda da referida crise, até à atualidade. Os indicadores macroeconómicos revelam uma realidade preocupante expectável, quer para o país, de forma geral, quer para o setor da construção e obras públicas, em particular. A partir das diferentes óticas de estimação do PIB, consegue-se retirar diversas informações.

A ótica da oferta permite perceber que o setor tem um comportamento pró cíclico, como seria de esperar, e algum peso justificativo na queda ocorrida no VAB da economia.

A ótica da despesa não só permite a perceção do comportamento pró cíclico, como também contribui para a compreensão da relevância do setor enquanto setor-chave da economia, uma vez que o decréscimo verificado no investimento privado (FBCF_c) é determinante na expressão da queda do PIB para o período em análise.

A capacidade produtiva surge com uma tendência de crescimento negativa, pelo que se considera haver espaço para melhorar níveis de eficiência, através do combate ao desperdício e da otimização na utilização dos recursos (materiais e humanos).

Esta diminuição da capacidade produtiva poderá ter influenciado os baixos valores do índice de produção, todavia não é condição necessária para a situação deste. Por outro lado, a queda no índice de produção pode ser melhor explicada pelo decréscimo no consumo de cimento e pelo desempenho das horas trabalhadas, que começaram a descer em função quer do aumento do novo emprego registado (para o setor e para a economia em geral), quer da diminuição do licenciamento de obras e obras concluídas.

Na sequência deste último caso, a tendência de crescimento negativo por parte de novas encomendas não só motivou essa diminuição do licenciamento, igualmente relacionada com descida no consumo de cimento, como ajuda na compreensão para o decréscimo, em valor, da contratação das obras públicas, que representam uma parte significativa do volume de negócios do setor. Uma possível quebra em edifícios licenciados pode ser parcialmente justificada por trabalhos em curso, correspondendo a um aumento de edifícios concluídos posteriormente.

O valor dos trabalhos realizados pelas empresas de maior dimensão é único indicador contra cíclico: em períodos de crise, as empresas melhor sucedidas são aquelas que conseguem uma melhor adaptação às condições de maior restrição orçamental, ou seja, aquelas que revelam um nível de eficiência diferenciador. A característica de dimensão pode ter igual influência nessa permanência, uma vez que potencia maior poder negocial e maiores facilidades de acesso a financiamento. Esta eficiência e o poder de negociação podem ser determinantes no sucesso da aquisição dos contratos de obras públicas, integrando os seus valor no volume de negócios total desta franja setorial.

Relativamente à segurança, aparentemente, um dos poucos indicadores favoráveis ao e no setor, com sucessiva descida no número de acidentes mortais durante o período em estudo, através do confronto da variação percentual deste indicador com a variação percentual de outros indicadores, como o caso do número de horas trabalhadas, volume de negócios do setor, entre outros relacionados, verifica-se a não existência de uma melhoria efetiva, isto é, a grandeza da melhoria constatada é inferior à grandeza da diminuição genérica do trabalho/produção.

O indicador financeiro taxa de juro implícita no crédito à habitação é um indicador com maior dependência externa, em que a sua determinação resulta das orientações do banco central, ao qual Portugal está sujeito – BCE. A crise já referida não é exclusiva de Portugal, estando devidamente enquadrada num panorama mundial e, em especial, num contexto europeu preocupante. Desta feita, as políticas subjacentes à responsabilidade da autoridade monetária – BCE para o caso português e dos países de união monetária – foram sendo alternadas, de modo a perceber quais as que surtiem um melhor efeito, o que resultou nas oscilações presentes neste indicador, terminando em mínimos históricos à data (para incentivo ao consumo).

O indicador de valores médios de avaliação bancária é um produto do estado do setor. Em grande medida, o estágio negativo que enfrenta resulta da dação em cumprimento apresentada pelas famílias, como último recurso, de forma a honrar com as suas obrigações, junto das entidades financiadoras do seu crédito à habitação. Esta solução pressupõe a reavaliação dos imóveis, que, em norma, desvalorizam face ao momento inicial da contratualização do financiamento. A economia está mal, o setor está ainda pior e esta avaliação reflete a sua desvalorização. Este momento poderá ser particularmente interessante para potenciais investidores imobiliários, podendo ter oportunidades de negócios singulares.

O indicador da confiança surge como, provavelmente, o indicador principal desta dissertação, uma vez que agrega um conjunto de indicadores com carácter objetivo (indicadores contabilísticos, por exemplo) e com carácter subjetivo, sendo o único dos selecionados que tem esta componente diretamente em evidência, ou seja, pode dizer-se que é representativo do estado geral do setor da construção.

Em suma, pode verificar-se que, genericamente, existe uma relação cruzada entre indicadores, com dependência sucessiva e com comportamento semelhante. Os resultados encontrados estão dentro do expectável, não existindo informação de contrassenso.

6

CONCLUSÕES

6.1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido partiu da análise do setor da construção em Portugal, enquanto força evolutiva ao longo dos tempos. E foi tida sempre em conta a premissa, já adquirida, de que a construção é uma área de atividade que não tem justificação *per si*, mas que se justifica enquanto setor que permite o funcionamento da sociedade e das outras áreas de atividade construindo os edifícios, infraestruturas e equipamentos que lhes dão suporte. Esta dissertação permitiu concluir que a informação estatística é um dos instrumentos mais importantes para o desenvolvimento do setor face às conjecturas e à evolução dos tempos.

Se em tempos idos, este setor se uniu em busca de um maior peso e se organizou em institutos e associações, atualmente, enfrentando períodos cíclicos cada vez mais curtos de crise e crescimento, faz uso da força dessas estruturas para consolidar a sua posição e desenvolver novas metodologias e relações entre si e com entidades de outros setores.

Na verdade a relação dos agentes da indústria da construção com as entidades produtoras de informação estatística importante para o setor, é um dos principais focos deste trabalho. Os dados estatísticos, enquanto instrumento estratégico ao dispor dos agentes deste setor, quando devidamente analisados e enquadrados, possibilita-lhe adquirir a previsibilidade e capacidade necessárias para avaliar a sua situação atual e planear o seu futuro, quer ao nível da produtividade, da capacidade instalada, da mão de obra empregue, entre outras variáveis.

As entidades estatísticas recolhem os dados, processam a informação e, através de metodologias próprias (tais como inquéritos e plataformas eletrónicas), produzem diversos dados e indicadores estatísticos. Na sua relação com os agentes do setor da construção, a divulgação desta informação é realizada através de publicações (periódicas e em formatos diversos), de consulta direta e de relatórios.

Dos indicadores estatísticos divulgados, foram considerados como mais relevantes para o presente setor da construção, os que a seguir se enumeram:

- Capacidade produtiva da construção por atividade económica;
- Consumo de cimento;
- Estatísticas do mercado de trabalho;
- Indicador de confiança da construção;
- Índice de emprego na construção e obras públicas;
- Índice de horas trabalhadas na construção e obras públicas;
- Índice de novas encomendas na construção e obras públicas;
- Índice de produção na construção e obras públicas;
- Indicador de valores médios de avaliação bancária dos alojamentos;

- Obras públicas;
- Licenciamento de obras e obras concluídas:
 - Edifícios concluídos;
 - Edifícios licenciados.
- Segurança no trabalho;
- Taxa de juro implícita no crédito à habitação;
- Valor dos trabalhos realizados por empresas com 20 e mais pessoas ao serviço por tipo de obra.

Do estudo efetuado, observando os indicadores *supra*, importa relevar os indicadores caracterizadores do volume de negócios, tais como: Estatísticas do mercado de trabalho; Índice da produção; Obras públicas; Valor dos trabalhos de empresas com 20 e mais pessoas; e o Indicador de confiança. Estes indicadores são os que, mais agilmente, permitem realizar uma melhor análise sobre o estado deste setor, de uma forma geral, de fácil leitura e acessível a um público em que, pelo menos, metade possui um interesse generalizado (especialistas e público em geral).

Ainda, no que diz respeito ao Indicador de confiança, importa referir o peso da mão de obra qualificada que opta pela emigração, devido ao decréscimo de confiança no setor, pela ausência de oferta de trabalho e redução do número de obras encomendadas. Sendo que, se não fosse pela internacionalização de várias empresas para os países com crescimentos acentuados, como o caso dos BRIC, entre outros países asiáticos e africanos, o estado do setor poderia apresentar uma análise mais negativa. No caso particular de Portugal, existe o benefício de alguns dos países destacados anteriormente, pelo seu elevado crescimento, serem países com língua oficial portuguesa, não existindo dificuldade acrescida no que concerne a barreiras linguísticas.

Durante a elaboração desta dissertação, vários obstáculos foram detetados:

- A existência de diversa informação disponível, repetida e nem sempre apresentada da melhor forma, pelas diferentes entidades referidas;
- A existência de dados que são únicos e de difícil acesso, sendo apenas fornecidos através de contacto direto com as entidades de estatística nacionais, especialmente no que diz respeito ao acesso à plataforma BASE do InCI;
- A dificuldade demonstrada pelas instituições na recolha de informação e na obtenção de fontes fidedignas, complicando o empenho dessas entidades, o conhecimento real das situações e sensibilização das pessoas que colaboram com os inquéritos, para a importância e relevância da informação fornecida. Nesta situação poderá questionar-se se, sendo a informação estatística uma mais valia, o preenchimento dos inquéritos não deveria ser realizado por técnicos especializados;
- As dificuldades no acesso a alguma informação ou, mesmo adquirindo essa informação, as dificuldades em compreender a finalidade de cada indicador, assim como os seus pontos fortes e fracos;
- A dificuldade da análise e previsibilidade de alguma informação face à limitação e volatilidade das relações do setor da construção com outras atividades económicas;
- A dependência do setor face às políticas públicas e de obra pública, pelo seu comportamento face ao cenário político económico;
- E, especificamente no que diz respeito às obras públicas e ao seu volume, observou-se a ausência de cruzamento dos dados entre entidades como o INE e o InCI, devendo ser estipulado um protocolo de relação entre estas entidades.

6.2. DESENVOLVIMENTOS FUTUROS

De todo o trabalho realizado, resulta que, futuramente, seria relevante estudar indicadores capazes de mensurar o impacto e correlação entre o setor e as restantes atividades económicas a montante e a jusante.

Outra proposta para trabalhos de continuação prende-se em efetuar uma análise retrospectiva, com um período de referência maior, de modo a permitir retirar mais elações e tentar fazer uma análise prospetiva.

Será, igualmente, importante perspetivar novos indicadores, além das situações propostas, englobando, deste modo, áreas para as quais não foram elaborados indicadores.

Assim como perspetivar outras formas de recolha da informação ou reformulação dos elementos de suporte atuais, ou, no mínimo, dos considerados mais relevantes, atendendo à necessidade de facilitar a sua elaboração.

Dever-se-ia, de igual modo, proceder à elaboração de dois documentos únicos (inquéritos), um para as obras públicas e outro para os restantes tipos de obra, por forma a reduzir o número de inquéritos necessários para os diversos indicadores.

Outra proposta para estudos futuros, passaria por alargar o âmbito de análise dos indicadores comparando-os com indicadores de outros países desenvolvidos. Este aprofundamento da análise dos indicadores nacionais poderia ser mais produtivo quando se atenta os indicadores em busca de uma melhoria contínua, aprendendo com outras realidades que não a nacional.

Uma última ideia para o futuro, que seria interessante realizar-se a curto prazo, passaria por utilizar a plataforma *icBench* (que já analisa e integra dados fornecidos pelo InCI) como elo de ligação de todos os agentes com atuação fulcral para o setor, tais como o INE, o InCI, o IEF, ou a AICCOPN. Ao mesmo tempo poderia servir de ferramenta transversal a esses mesmos agentes, para a recolha de dados e divulgação de informação de modo esclarecedor e perceptível para todo o público.

BIBLIOGRAFIA

- [1] Martins, B. – *Uma Visão Revisitada do Futuro – Uma tragédia anunciada?* ITIC/AECOPS, 2011.
- [2] Ferreira, Maria João; Tavares, Isabel - *Notas sobre a História da Estatística*. ALEA
- [3] Baganha, M. – *The civil construction sector and public works in Portugal: 1990-2000*. *International Migration Review*. Vol. 34., p. 1302-1306. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2002.
- [4] Sousa, Fernando – *História da Estatística em Portugal*. INE – Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 1995.
- [5] Instituto Nacional de Estatística (INE) – *Setenta anos: O Instituto Nacional de Estatística ao Serviço da Sociedade Portuguesa*. INE, 2006.
- [6] Lei n.º 6/89, de 15 de Abril, *Sistema Estatístico Nacional*. Lisboa: 15 de Abril de 1989.
- [7] Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P (InCI) – *Plano de Atividades 2013*. InCI, 2013.
- [8] Decreto-Lei n.º 40623, Ministério das Obras Públicas. Lisboa: 30 de Maio de 1956.
- [9] Decreto-Lei n.º 582/70, Ministério das Obras Públicas. Lisboa: 24 de Novembro de 1970.
- [10] Decreto-Lei n.º 99/88, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Lisboa: 29 de Março de 1988.
- [11] Decreto-Lei n.º 100/88, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Lisboa: 29 de Março de 1988.
- [12] Decreto-Lei n.º 285/92, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Lisboa: 19 de Dezembro de 1992.
- [13] Lei 3/2004, de 15 de janeiro, Diário da República — I SÉRIE-A – N.º12. Lisboa: 15 de Janeiro de 2004.

[14] Decreto-Lei n.º 18/2008, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Lisboa: 29 de Janeiro de 2008.

[15] Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI) – *Relatório Anual de Contratos Públicos*. InCI, 2012.

[16] Decreto-Lei n.º 158/2012, de 23 de Julho, Diário da República, 1.ª série — N.º 141. Lisboa: 23 de Julho de 2012.

[17] Decreto-Lei n.º 11/2014, Ministério da Economia. Diário da República, 1.ª série — N.º 15. Lisboa: 22 de janeiro de 2014.

[18] Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços (AECOPS) – *História da Associação AECOPS*. AECOPS, 2008.

[19] Gabinete de Estratégia e Estudos – *Boletim Mensal de Economia Portuguesa*. Ministério da Economia. GEE, 2011.

[20] Gomes, Orlando – *Macroeconomia: Noções Básicas*. FEP, 2012.

[21] Lobo, Paulo – *A Experiência dos Principais Clusters Regionais*. AICCOPN, 2009.

[22] Nunes, C. – *Construção: O Desafio da especialização*. GEPE - Gabinete de Estudos e Prospetiva Económica do Ministério da Economia, Lisboa. GEPE, 2001.

[23] Thames Consultores (TC) – *O Sector Construção em Portugal*. Lisboa 2008.

[24] Euroconstruct – *The Outlook for the European Construction Sector: 2001-2003*. Euroconstruct, 2000.

[25] Instituto Nacional de Estatística (INE) – *Boletim Mensal de Estatística*. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa, 2011.

[26] Banco Português de Investimento (BPI) – *Estudos Económicos e Financeiros*. Lisboa, 2009.

[27] Euroconstruct – *76th Euroconstruct Conference in Prague*. Euroconstruct, 2013.


- [28] Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI) – *Empresas do Sector da Construção: Análise Económico Financeira*. Lisboa, 2010.
- [29] Instituto Nacional de Estatística (INE) – *Carta da Qualidade*. INE, 2014.
- [30] Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI) – *Plano de Atividade*. InCI, 2013.
- [31] Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI) – *Contratação Pública em Portugal – Relatório Anual*. InCI, 2011.
- [32] - <http://www.columbia.edu/cu/computinghistory/hh/index.html>. Março/2014.
- [33] <http://www.columbia.edu/cu/computinghistory/census-tabulator.html>. Março/2014.
- [34] <http://kostadealhabaite.blogspot.pt/2012/03/condado-portucalense-queremos.html>. Março/2014.
- [35] <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>. Março/2014.
- [36] <http://www.itic.pt/>. Março/2014.
- [37] <http://www.euroconstruct.org/index.php>. Março/2014.
- [38] http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main. Março/2014.
- [39] <http://www.inci.pt/Portugues/Paginas/INCIHome.aspx>. Março/2014.
- [40] <https://www.icbench.net/>. Março/2014.
- [41] <http://www.aiccopn.pt/>. Março/2014.
- [42] <http://www.aiccopn.pt/cpage.php?page=15&selected=4>. Março/2014.
- [43] <http://www.aecops.pt/>. Março/2014.
- [44] <http://www.serendipidade.com/2008/06/09/como-projetos-funcionam-na-realidade/>. Abril/2014

[45] <http://reabilitacao.aiccopn.pt/quem-somos/pag/108>. Junho/2014

ANEXOS

ANEXO 1 – Inquérito Mensal à Atividade (AICCOPN).....	A.2
ANEXO 2 – Inquérito Quantitativo de Conjuntura à Construção e Obras Públicas	A.3
ANEXO 3 – Inquérito Mensal ao Volume de Negócios e Emprego nos Serviços.....	A.6
ANEXO 4 – Inquérito à Utilização de Obras Concluídas.....	A.8
ANEXO 5 – Inquérito à Conclusão de Obras.....	A.14
ANEXO 6 – Inquérito Anual às Empresas de Construção.....	A.15
ANEXO 7 – Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e Demolição de Edifícios.....	A.18

ANEXO 1 – Inquérito Mensal à Atividade (AICCOPN)



FEPICOP - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
 Associações Filiadas:
 AECOPS – Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços
 AICCOPN – Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas

FEVEREIRO DE 2014
 Data limite da resposta: 25 de Fevereiro

INQUÉRITO MENSAL À ATIVIDADE

Face ao seu processo de tratamento (leitura ótica), o questionário deve ser preenchido utilizando caneta azul ou preta.

Exemplos

1	2	3	4	5
6	7	8	9	0

Certo	Errado
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Empresa Associado AICCOPN n.º

Responsável a Contactar Telefone

INQUÉRITO MENSAL À ATIVIDADE - A empresa deve responder apenas acerca da(s) actividade(s) que desenvolve.

1. ATIVIDADES - Da atividade da empresa afeta ao setor da Construção, no mercado nacional, indique em termos percentuais aproximados a qual dos tipos de obra abaixo descritos, se destina a produção da empresa:

Construção de Edifícios para Habitação <input style="width: 40px;" type="text"/> <input style="width: 40px;" type="text"/> <input style="width: 40px;" type="text"/> %	Construção de Edifícios não Residenciais <input style="width: 40px;" type="text"/> <input style="width: 40px;" type="text"/> <input style="width: 40px;" type="text"/> %	Engenharia Civil <input style="width: 40px;" type="text"/> <input style="width: 40px;" type="text"/> <input style="width: 40px;" type="text"/> % 100 %
--	--	---

2. NÍVEL DE ATIVIDADE - Durante os últimos 3 meses, a atividade da empresa:

	Cresceu	Estabilizou	Decresceu
Construção de Edifícios para Habitação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Construção de Edifícios não Residenciais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Engenharia Civil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3. CARTEIRA DE ENCOMENDAS - Considera a carteira de encomendas atual, como:

	Elevada	Normal	Reduzida
Construção de Edifícios para Habitação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Construção de Edifícios não Residenciais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Engenharia Civil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4. EMPREGO - Prevê que nos próximos 3/4 meses o emprego assegurado pela empresa irá:

	Crescer	Estabilizar	Decrescer
Construção de Edifícios para Habitação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Construção de Edifícios não Residenciais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Engenharia Civil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5. ATIVIDADE ASSEGURADA - Considerando o ritmo normal de produção, qual o tempo de laboração que a empresa tem assegurado

Construção de Edifícios para Habitação <input style="width: 40px;" type="text"/> <input style="width: 40px;" type="text"/> Meses	Construção de Edifícios não Residenciais <input style="width: 40px;" type="text"/> <input style="width: 40px;" type="text"/> Meses	Engenharia Civil <input style="width: 40px;" type="text"/> <input style="width: 40px;" type="text"/> Meses
--	--	--

6. CAPACIDADE DE PRODUÇÃO UTILIZADA Qual o nível estimado (em %) da capacidade produtiva da empresa utilizado durante o mês anterior? %

7. SITUAÇÃO FINANCEIRA Em relação ao mês anterior a situação financeira da empresa: ☐ Melhorou ☐ Estabilizou ☐ Piorou

8. ATUAL CONJUNTURA NO SETOR DA CONSTRUÇÃO - como a caracteriza: ☐ Favorável ☐ Estável ☐ Desfavorável

9. CONDICIONANTES DA ATIVIDADE Assinale as condicionantes que considera mais relevantes:

<input type="checkbox"/> Procura insuficiente	<input type="checkbox"/> Condições climáticas desfavoráveis	<input type="checkbox"/> Carência de mão-de-obra
<input type="checkbox"/> Falta de materiais e/ou equipamentos	<input type="checkbox"/> Aspetos financeiros	<input type="checkbox"/> Outros fatores (indicar em observações)

10. PREÇOS - a tendência dos preços a praticar pela empresa nos próximos 3/4 meses, será para: ☐ Crescer ☐ Estabilizar ☐ Decrescer

11. PERSPETIVAS como prevê a evolução da produção da empresa nos próximos 3/4 meses? ☐ Crescimento ☐ Estabilização ☐ Decréscimo

12. PARALELAMENTE E CASO EXERÇA ATIVIDADE NOS SEGUINTES MERCADOS INDIQUE:

	A. NÍVEL DE ATIVIDADE - Durante os últimos 3 meses, a atividade da empresa:			B. CARTEIRA DE ENCOMENDAS - Considera a carteira de encomendas atual, como:			C. EMPREGO - Prevê que nos próximos 3/4 meses o emprego assegurado pela empresa irá:		
	Cresceu	Estabilizou	Decresceu	Elevada	Normal	Reduzida	Crescer	Estabilizar	Decrescer
Reabilitação Urbana	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mercados Internacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>


D. ATIVIDADE ASSEGURADA - Considerando o ritmo normal de produção, qual o tempo assegurado de laboração (em meses) que a empresa tem no segmento da reabilitação urbana: Meses

OBSERVAÇÕES

Obrigado pela colaboração

24294

ANEXO 2 – Inquérito Quantitativo de Conjuntura à Construção e Obras Públicas


INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
 STATISTICS PORTUGAL

INSTRUMENTO DE NOTIFICAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
(LEI Nº 22/2008 DE 13 DE MAIO) DE RESPOSTA CONFIDENCIAL E OBRIGATÓRIA
REGISTADO NO INE SOB O Nº 10 175 VÁLIDO ATÉ 2014/12/31

ICCOP - INQUÉRITO QUALITATIVO DE CONJUNTURA À CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Referência dos dados:

Contactos para resposta e esclarecimento de dúvidas:
INE - DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
 Serviço de Inquéritos por Autopreenchimento
 Núcleo de Recolha 5
 Av. António José de Almeida 1000-043 LISBOA
 Tel. 808 201 600 (rede fixa) / 218 426 261 (outras redes) Fax: 218 454 098
 email: iccop@ine.pt

Resposta eletrónica: <http://webinq.ine.pt/aderentes>

I Identificação da unidade estatística

Número de identificação fiscal (NIF) Homepage

Designação social

Distrito/Ilha Município Freguesia

Endereço

Localidade Código postal -

Telefone Fax e-mail

II Situação da unidade estatística no período de referência dos dados

Situação na atividade ☒ BC005

Aguarda início de atividade ☐

Em atividade ☐

Atividade suspensa em / / ☐ BC010

Atividade cessada em / / ☐

Atividade económica principal (CAE Rev. 3) BC001

Ocorreu algum facto relevante no período de referência dos dados? Sim ☐ Não ☐

Indique qual: BC025 Data / / BC020

III Observações

Utilize este espaço para incluir sugestões, justificações referentes à sua resposta ou outras observações que julgue convenientes. BC030

IV Responsável pelo preenchimento

Nome contacto

Endereço

Localidade Código postal -

Telefone Fax e-mail

Função * NIF

Assinatura Data / /

*NIF da entidade responsável pelo preenchimento, se diferente da unidade estatística

Este inquérito beneficia do apoio financeiro da Comissão Europeia, no quadro de harmonização europeia de compilação deste tipo de dados.

A INQUÉRITO - QUESTÕES MENSAIS

1. Considera que, nos últimos três meses e tendo em conta a época do ano, a atividade da vossa empresa:

☐ A0100 ☐ Aumentou
☐ Estabilizou
☐ Diminuiu

2. Considera que, tendo em conta a época do ano, a vossa carteira de encomendas está atualmente:

☐ A0200 ☐ Acima do normal
☐ Normal
☐ Abaixo do normal

3. Prevê que, durante os próximos três meses, o número de pessoas ao serviço da vossa empresa irá:

☐ A0300 ☐ Aumentar
☐ Estabilizar
☐ Diminuir

4. Prevê que, os preços praticados pela vossa empresa nos próximos três meses irão:

☐ A0400 ☐ Aumentar
☐ Estabilizar
☐ Diminuir

5. Obstáculos à Atividade

5.1 Considera que, durante o período em referência a atividade da vossa empresa foi limitada por algum obstáculo?

☐ A0510 ☐ Sim (passe para a questão 5.2)
☐ Não (passe para a questão 6)

5.2 Se respondeu afirmativamente à questão anterior indique os principais obstáculos:

☐ A0521 ☐ Insuficiência da procura
☐ A0522 ☐ Condições climáticas desfavoráveis
☐ A0523 ☐ Dificuldade em contratar pessoal qualificado
☐ A0524 ☐ Falta de materiais
☐ A0525 ☐ Deterioração das perspectivas de venda
☐ A0526 ☐ Nível da taxa de juro
☐ A0527 ☐ Dificuldade em obter crédito bancário
☐ A0528 ☐ Dificuldade na obtenção de licenças
☐ A0529 ☐ Outros

B INQUÉRITO - QUESTÕES TRIMESTRAIS

6. Ao ritmo de produção atual e em condições normais, a vossa carteira de encomendas total ou plano de produção assegura-vos uma produção para quantos meses aproximadamente?

meses

7. Qual o nível estimado (em %) da capacidade produtiva da empresa utilizada durante o trimestre em referência?

%

8. Face ao último trimestre, prevê que a atividade global da empresa nos próximos três meses irá:

☐ Aumentar
☐ Estabilizar
☐ Diminuir

9. Considera que o volume de negócios relativamente ao trimestre anterior irá nos próximos meses:

☐ Aumentar
☐ Estabilizar
☐ Diminuir

ANEXO 3 – Inquérito Mensal ao Volume de Negócios e Emprego nos Serviços

DRI/SIAP 577 B

Instrumento de notação do Sistema Estatístico Nacional (Lei nº 22/2008 de 13 de Maio) de resposta obrigatória, registado no INE sob o n.º 9180, válido até 2010/12/31.

As informações individuais são estritamente confidenciais, ao abrigo da lei.

DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
Serviço de Inquéritos por Auto-Preenchimento (SIAP)

Av. António José de Almeida 1000 - 043 Lisboa

Telefone – 218 440 483

Telefax – 218 426 354 / 218 454 081

E-mail: jvnes@ine.pt



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

INQUÉRITO MENSAL AO VOLUME DE NEGÓCIOS E EMPREGO NOS SERVIÇOS

JÁ É POSSÍVEL RESPONDER AO INQUÉRITO
POR MAIL. CONSULTE O ENDEREÇO;

<http://webinq.ine.pt>

MÊS A QUE SE REFERE A INFORMAÇÃO _____ **DE 2010**

Se a empresa não laborou durante todo o mês/parte do mês, marque uma cruz ☐

Devolver ao INE até 10 dias após o fim do mês a que se refere a informação

VOLUME DE NEGÓCIOS, EMPREGO, REMUNERAÇÕES BRUTAS E HORAS TRABALHADAS

Volume de Negócios Euros	Número de Pessoas ao Serviço	Remunerações no Mês Euros	Número de Horas Trabalhadas no Mês
1	2	3	4

Observações:

Rectificações às informações presentes na etiqueta: _____

Se, durante o mês em referência, não registou movimento nos quadros anteriores, indique o motivo (ex: suspensão, cessação de actividade, fusão, alteração de actividade, etc.): _____

Se, durante o mês, qualquer das variáveis inquiridas apresentou uma oscilação significativa, indique o motivo: _____

Descrição da actividade principal da empresa: _____

Reservado ao INE

CAE

Indique o nome (em letra maiúscula) do funcionário qualificado para prestar qualquer esclarecimento acerca de dúvidas que possam surgir na verificação do questionário:

Nome _____

Telefone _____

Telefax _____

Localidade _____

E-mail _____

@ _____

Assinatura da pessoa responsável pelo preenchimento do inquérito: _____

Data ____/____/____

Para esclarecimento de quaisquer dúvidas queira, por favor, manter arquivada uma fotocópia do questionário, devidamente preenchido e, se necessário, contactar os nossos serviços na morada, telefone ou telefax acima indicados.

UNIDADE MONETÁRIA

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

1º - Os valores monetários devem ser expressos em euros sem decimais.

2º - Os arredondamentos devem ser feitos por excesso quando as décimas forem iguais ou superiores a 5 e por defeito quando forem inferiores.

Ex: 6370,6572 euros inscrever | | | | | 6 | 3 | 7 | 1 |

CONCEITOS E DEFINIÇÕES

VOLUME DE NEGÓCIOS

Quantia líquida das vendas e prestações de serviços (abrangendo as indemnizações compensatórias) respeitantes às actividades normais das entidades, consequentemente após as reduções em vendas e não incluindo nem o imposto sobre o valor acrescentado nem outros impostos directamente relacionados com as vendas e prestações de serviços. Na prática, corresponde ao total da facturação (com exclusão do IVA), relativa à venda de mercadorias, produtos acabados e intermédios, subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos (Contas SNC 711,712,713) e à prestação de serviços a terceiros (Contas SNC 721 a 725). A este valor devem deduzir-se as devoluções, os descontos e abatimentos (Contas SNC 717, 718, 727 e 728) e, devem adicionar-se todas as taxas, encargos ou despesas que recaiam sobre os produtos e que sejam imputados ao cliente, ainda que facturados separadamente. **Não devem ser considerados os subsídios de exploração ou quaisquer receitas provenientes da venda do Imobilizado.**

PESSOAL AO SERVIÇO – Total (remunerado e não remunerado)

Inclui:

- Pessoal que trabalha para a empresa e que, em contrapartida, recebe uma remuneração em dinheiro ou em espécie;
- Pessoal que trabalha para a empresa sem usufruir de qualquer tipo de remuneração (ex: sócios trabalhadores, trabalhadores familiares);
- Pessoal ausente por um período não superior a um mês (ex: doença, férias, formação profissional);

Não inclui:

- Pessoal a trabalhar na empresa cuja remuneração é suportada por outra entidade;
- Prestadores de serviços (profissionais liberais);
- Pessoal da empresa ausente por um período superior a um mês (ex: doença, serviço militar obrigatório, licença sem vencimento).


REMUNERAÇÕES BRUTAS

- Referem-se ao montante líquido em dinheiro ou em géneros, pagos aos trabalhadores que se incluem no conceito de "pessoal ao serviço", pelas horas de trabalho efectuadas ou pelo trabalho realizado no período normal e no extraordinário. Inclui ainda o pagamento de horas remuneradas mas não efectuadas (férias, feriados e outras ausências pagas) e os subsídios que se revistam de carácter regular como sejam os subsídios de alimentação, de função, alojamento ou transporte, diuturnidades ou prémios de antiguidade, produtividade, de assiduidade, isenções de horário, subsídio por trabalhos penosos, perigosos ou sujos e subsídios por trabalhos de turnos e nocturnos. **Não inclui o pagamento de indemnizações por despedimento.**

HORAS TRABALHADAS

- Refere-se ao número de horas efectivamente trabalhadas durante o mês a que respeita a informação, pelo "pessoal ao serviço" na empresa, tal como é definido no respectivo conceito.

ANEXO 4 – Inquérito à Utilização de Obras Concluídas

<p>INSTRUMENTO DE NOTIFICAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL (I.E.N. Nº 22/2008 DE 13 DE MAIO) DE RESPOSTA CONFIDENCIAL E OBRIGATÓRIA, REGISTADO NO I.N.E SOB O Nº 10118 VALÍDIO ATÉ 2015/03/31</p> <p>Comissão para resposta e acompanhamento de dúvidas: INE - DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO Serviço de Inquéritos por Autopreenchimento - Núcleo de Recolha de Coimbra Rua Aires de Campos, Casa das Andorinhas, 3000-014 COIMBRA Tel. 239 790 470 ou 239 790 421 / 23 / 57 Fax 239 790 495 e-mail: sicu@ine.pt</p> <p>Resposta eletrónica: http://webine.ine.pt/derentee</p>	 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA STATISTICS PORTUGAL
INQUÉRITO À UTILIZAÇÃO DE OBRAS CONCLUÍDAS (Q4)	
<p>Este inquérito deve ser devolvido ao INE, devidamente preenchido, até ao dia 15 do mês seguinte ao da emissão do alvará de autorização de utilização</p>	
A - IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO <small>Nota: Os campos A.1 a A.6 são referentes ao Q3 associado a este Q4. Os campos A.7 a A.9 correspondem à informação do Q4.</small>	
A.1 Câmara Municipal de <input type="text"/> A2100 A.2 Distrito/Ilha <input type="text"/> A2000 A.3 Município <input type="text"/> A3000 A.4 Processo interno A.4.1 Número <input type="text"/> A4100 A.4.2 Tipo de Processo <input type="text"/> A4200 A.4.3 Data de entrada <input type="text"/> A4300 <input type="text"/> A4310 Ano Mês A.5 Alvará de licença/outro tipo de procedimento A.5.1 Número <input type="text"/> A5100 A.5.2 Data de emissão <input type="text"/> A5200 <input type="text"/> A5210 Ano Mês A.5.3 Data de termo <input type="text"/> A5300 <input type="text"/> A5310 Ano Mês	A.6 Tipo de procedimento <input type="text"/> A6000 1 - Licença 4 - Autorização (até 2008) 2 - Comunicação prévia 5 - Obra Municipal 3 - Informação prévia 6 - Cancelamento A.7 Alvará de autorização de utilização A.7.1 Número <input type="text"/> A7100 A.7.2 Data de emissão <input type="text"/> A7200 <input type="text"/> A7210 Ano Mês A.8 Número de ordem da fase <input type="text"/> A8000 A.9 Número de ordem do edifício <input type="text"/> A9000
B - IDENTIFICAÇÃO DO PROMOTOR	
B.1 Nome <input type="text"/> B0100 B.1.1 NIF <input type="text"/> B0110 B.2 Tipo de morada <input type="text"/> 1 (Nacional) 2 (Estrangeira) B0200 B.3 Tipo de artéria <input type="text"/> 1 (Avenida) 2 (Rua) 3 (Estrada) 4 (Travessa) 5 (Praça) 6 (Praceta) 7 (Largo) 8 (Outra: especifique) <input type="text"/> B0300 B.4 Designação da artéria <input type="text"/> B0400 B.5 Prefixo de edifício <input type="text"/> 1 (Bloco) 2 (Torre) 3 (Lote) 4 (Vivenda) 5 (Edifício) 6 (Outro: especifique) <input type="text"/> B0500 B.6 Designação do edifício <input type="text"/> B0600 B.7 Número de porta <input type="text"/> B0700 B.8 Andar <input type="text"/> B0800 B.9 Lado <input type="text"/> B0900 B.10 Nome da sala <input type="text"/> B1000 B.11 Lugar <input type="text"/> B1100 B.12 Localidade <input type="text"/> B1200 B.13 Código postal <input type="text"/> B1300 B.14 Localidade postal <input type="text"/> B1400 B.15 Indicativo internacional/Telefone <input type="text"/> B1500 B.1510 / B1520 B1530 B.16 E-mail <input type="text"/> B1600	
C - TIPO DE OBRA	
C.1 - Construção Nova (preencher anexo 1) <input type="checkbox"/> C0100 C.2 - Ampliação (preencher anexo 1) <input type="checkbox"/> C0200 C.3 - Alteração (preencher anexo 2) <input type="checkbox"/> C0300 C.3.1 - Em todo o edifício (preencher anexo 2) <input type="checkbox"/> C0310 C.3.2 - Em fogos (preencher anexo 2) <input type="checkbox"/> C0320 C.4 - Reconstrução com Preservação de Fachada (preencher anexo 1) <input type="checkbox"/> C0400 C.5 - Reconstrução sem Preservação de Fachada (preencher anexo 1) <input type="checkbox"/> C0500 C.6 - Demolição (preencher anexo 3) <input type="checkbox"/> C0600	
D - OBSERVAÇÕES <input type="text"/> D0100 <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	
E - RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO Nome contacto <input type="text"/> Endereço <input type="text"/> Localidade <input type="text"/> Código Postal <input type="text"/> Telefone <input type="text"/> Fax <input type="text"/> e-mail <input type="text"/> Função <input type="text"/> Assinatura <input type="text"/> Data <input type="text"/> / <input type="text"/> / <input type="text"/>	

Processo interno	A.4.1 Número	A.4.2 Tipo de Processo	A.4.3 Data de entrada				
ANEXO 1 (Obras de Construção Nova, Ampliação, Reconstrução com Preservação de Fachada e Reconstrução sem Preservação de Fachada)							
F - IDENTIFICAÇÃO DA FASE							
F.1 Número de ordem da fase		F.2 - Período de execução da fase					
		F.2.1 - Início Ano: Mês: Dia:					
		F.2.2 - Conclusão Ano: Mês: Dia:					
G - IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO							
G.1 Número de ordem do edifício		G.1.1 Anexo	G.1.2 Tipo de Obra				
			1 - Construção Nova 3 - Reconstrução com Preservação de Fachada 2 - Ampliação 4 - Reconstrução sem Preservação de Fachada				
G.2 Tipo de artéria		G.3 Designação da artéria					
1 (Avenida) 2 (Rua) 3 (Estrada) 4 (Travessa) 5 (Praça) 6 (Praceta) 7 (Largo) 8 (Outra: especifique)							
G.4 Prefixo de edifício		G.5 Designação do edifício					
1 (Bloco) 2 (Torre) 3 (Lote) 4 (Vivenda) 5 (Edifício) 6 (Outro: especifique)							
G.6 Andar		G.8 Lado	G.9 Nome da sala	G.6 Número de porta			
G.10 Lugar		G.11 Localidade					
G.12 Código Postal		G.13 Localidade Postal					
G.14 Freguesia							
G.15 Localização do edifício (em Graus, Minutos, Segundos ou em Metros - por favor assinalar apenas uma opção)							
PREENCHER APENAS NO CASO DE CONSTRUÇÕES NOVAS							
Graus, Minutos, Segundos (WGS84):							
G.15.1 Latitude		G.15.2 Longitude					
OU Metros							
G.15.3 Coordenada retangular X		G.15.4 Coordenada retangular Y					
G.15.5 Sistema de Referência (Assinalar a opção escolhida de 1 a 7)							
1. PT-TM06/ETRS89 2. Hayford-Gauss Datum Lisboa - Coordenadas Militares 3. Hayford-Gauss Datum 73 4. ITRF93 / PTRA08 - UTM fuso 26 - Grupo Central e Oriental do Arquipélago dos Açores 5. ITRF93 / PTRA08 - UTM fuso 25 - Grupo Ocidental do Arquipélago dos Açores 6. ITRF93 / PTRA08 - UTM fuso 28 - Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens 7. Outro							
Especifique:							
H - CARACTERÍSTICAS DA OBRA DE EDIFICAÇÃO CONCLUÍDA							
H.1 Classificação energética do edifício (construções novas)							
1. A+ 2. A 3. B 4. B-							
A PREENCHER PELA CÂMARA MUNICIPAL APENAS SE HOUVER ALTERAÇÕES NAS CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO, FACE AO PROCESSO INICIAL. PRETENDEM-SE AS CARACTERÍSTICAS DA TOTALIDADE DO EDIFÍCIO. Para as obras de edificação anteriores a 01.01.2013 é obrigatório o preenchimento do campo H.17 Identificação dos fogos concluídos.							
H.2 Destino da Obra							
(Se a obra tiver mais do que um destino, considere o que corresponder a mais de 50% da superfície total das peças; em caso de dois destinos, ambos com 50%, caso um deles seja habitação deverá ser considerado como principal)							
<table border="1" style="width:100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width:33%;"> Habituação 11. Habitação Familiar 12. Convivências Agricultura e Pesca 21. Agricultura 22. Pesca Indústria 31. Indústria extrativa 32. Indústria transformadora Turismo 41. Estabelecimento hoteleiro e de turismo no espaço rural 42. Estabelecimento de restauração e de bebidas </td> <td style="width:33%;"> Serviços Comerciais 51. Unidades comerciais de dimensão relevante 52. Centros comerciais 53. Comércio tradicional 54. Escritórios Serviços de Transportes e Comunicações 61. Transportes 62. Comunicações 63. Parques de estacionamento e interfaces </td> <td style="width:33%;"> Serviços Não Mercantis 71. Administração pública 72. Serviços médicos 73. Equipamentos de apoio à infância 74. Equipamentos de apoio à terceira idade 75. Ensino e pesquisa científica 76. Atividades recreativas e culturais 77. Atividades desportivas de grande dimensão 78. Atividades desportivas de pequena dimensão 79. Culto e inumação Uso geral 80. Uso geral </td> </tr> </table>					Habituação 11. Habitação Familiar 12. Convivências Agricultura e Pesca 21. Agricultura 22. Pesca Indústria 31. Indústria extrativa 32. Indústria transformadora Turismo 41. Estabelecimento hoteleiro e de turismo no espaço rural 42. Estabelecimento de restauração e de bebidas	Serviços Comerciais 51. Unidades comerciais de dimensão relevante 52. Centros comerciais 53. Comércio tradicional 54. Escritórios Serviços de Transportes e Comunicações 61. Transportes 62. Comunicações 63. Parques de estacionamento e interfaces	Serviços Não Mercantis 71. Administração pública 72. Serviços médicos 73. Equipamentos de apoio à infância 74. Equipamentos de apoio à terceira idade 75. Ensino e pesquisa científica 76. Atividades recreativas e culturais 77. Atividades desportivas de grande dimensão 78. Atividades desportivas de pequena dimensão 79. Culto e inumação Uso geral 80. Uso geral
Habituação 11. Habitação Familiar 12. Convivências Agricultura e Pesca 21. Agricultura 22. Pesca Indústria 31. Indústria extrativa 32. Indústria transformadora Turismo 41. Estabelecimento hoteleiro e de turismo no espaço rural 42. Estabelecimento de restauração e de bebidas	Serviços Comerciais 51. Unidades comerciais de dimensão relevante 52. Centros comerciais 53. Comércio tradicional 54. Escritórios Serviços de Transportes e Comunicações 61. Transportes 62. Comunicações 63. Parques de estacionamento e interfaces	Serviços Não Mercantis 71. Administração pública 72. Serviços médicos 73. Equipamentos de apoio à infância 74. Equipamentos de apoio à terceira idade 75. Ensino e pesquisa científica 76. Atividades recreativas e culturais 77. Atividades desportivas de grande dimensão 78. Atividades desportivas de pequena dimensão 79. Culto e inumação Uso geral 80. Uso geral					
H.3.1 Área de Implantação do Edifício (m²)		H.8 Tipo de Edifício					
		1. Edifício principalmente habitacional com um alojamento 2. Edifício principalmente habitacional com dois alojamentos 3. Edifício principalmente habitacional com três ou mais alojamentos 4. Edifício de habitação em convivência 5. Edifício principalmente não residencial					
H.3.2 Área de Impermeabilização (m²)		H.9 Número de Pisos					
		H.9.1 - Acima da cota de soleira H.9.2 - Abaixo da cota de soleira H.9.3 - TOTAL					
H.4 Área (bruta) de Construção do Edifício (m²)		H.10 Altura da edificação (m)					
H.4.1 Habitação H.4.2 Agricultura e pesca H.4.3 Indústria H.4.4 Turismo H.4.5 Serviços comerciais H.4.6 Serviços de transportes e comunicações H.4.7 Serviços não mercantis H.4.8 Uso Geral H.4.9 TOTAL (soma das 8 anteriores)		H.11 Número de Divisões H.12 Alojamentos de Convivência H.12.1 - Número H.12.2 - Capacidade de alojamento (indivíduos)					
H.5 Área Útil Total (m²)							
H.6 Área Total Habitável (m²)							
H.7 Volumetria do Edifício (m³)							

Processo Interno	A.4.1 Número	A.4.2 Tipo de Processo	A.4.3 Data de entrada	Ano	Mês
------------------	--------------	------------------------	-----------------------	-----	-----

ANEXO 1

(Obras de Construção Nova, Ampliação, Reconstrução com Preservação de Fachada e Reconstrução sem Preservação de Fachada)

H.13 Estacionamento

	Lugares	Área (m ²)	
H.13.1 Privado coberto	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
H.13.2 Privado descoberto	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
H.13.3 Público coberto	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
H.13.4 Público descoberto	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
H.13.5 TOTAL	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

H.14 Número de Fogos

H.14.1 T0	<input type="text"/>	H.14.4 T3	<input type="text"/>
H.14.2 T1	<input type="text"/>	H.14.5 T4	<input type="text"/>
H.14.3 T2	<input type="text"/>	H.14.6 T5	<input type="text"/>
H.14.7 - TOTAL (soma de H.14.1 a H.14.6)		<input type="text"/>	

H.15 Nº de Fogos a Custos Controlados

H.16 Tipo de Serviço de Infraestruturas

H.16.1 Água	<input type="text"/>	H.16.2 Saneamento	<input type="text"/>
1. Rede	<input type="text"/>	1. Rece	<input type="text"/>
2. Autônoma	<input type="text"/>	2. Autônoma	<input type="text"/>

H.17 Identificação dos fogos concluídos

	Piso	Lado	Telhado	Área Útil Fogo	
	1	2	3	4	
H.17.1	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
H.17.2	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
H.17.3	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
H.17.4	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
H.17.5	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
H.17.6	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
H.17.7	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
H.17.8	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
H.17.9	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Tipologia: T0, T1, T2, T3, T4, T5 (ou mais)
Se forem concluídos mais de 9 fogos a quadro deverá ser replicado/fotocopiado e preenchido

Processo interno		A.4.1. Número		A.4.2. Tipo de Processo		A.4.3. Data de entrada	
						Ano Mês	

ANEXO 2
(Obras de Alteração)

F - IDENTIFICAÇÃO DA FASE

F.1 Número de ordem da fase		F.2 - Período de execução da fase	
		<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> F.2.1 - Início Ano Mês </div> <div> F.2.2 - Conclusão Ano Mês </div> </div>	

G - IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO

G.1 Número de ordem do edifício		G.1.1 Anexo		G.1.2 Tipo de Obra		1 - Alteração - Em todo o edifício 2 - Alteração - Em fogos	
G.2 Tipo de artéria		1 (Avenida) 2 (Rua) 3 (Estrada) 4 (Travessa) 5 (Praça) 6 (Praceta) 7 (Largo) 8 (Outra: especifique)					
G.3 Designação da artéria							
G.4 Prefixo de edifício		1 (Bloco) 2 (Torre) 3 (Lote) 4 (Vivenda) 5 (Edifício) 6 (Outro: especifique)					
G.5 Designação do edifício		G.6 Número de porta					
G.7 Andar		G.8 Lado		G.9 Nome da sala			
G.10 Lugar		G.11 Localidade					
G.12 Código Postal		G.13 Localidade Postal					
G.14 Freguesia							

A PREENCHER PELA CÂMARA MUNICIPAL APENAS SE HOUVER ALTERAÇÕES NAS CARACTERÍSTICAS DO FOGO/EDIFÍCIO, FACE AO PROCESSO INICIAL. PRETENDEM-SE AS CARACTERÍSTICAS DA TOTALIDADE DOS FOGOS/EDIFÍCIO.
Para as obras de alteração anteriores a 01.01.2013 é obrigatório o preenchimento do campo I.9 Identificação dos fogos

I - CARACTERÍSTICAS DA OBRA DE ALTERAÇÃO

CASO TENHA ASSINALADO O CAMPO C.3.1, PREENCHA COM AS CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO
CASO TENHA ASSINALADO O CAMPO C.3.2, PREENCHA COM AS CARACTERÍSTICAS DOS FOGOS

I.1 Destino da Obra	
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 48%;"> I.1.1 Antes da alteração <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 5px;"> <i>(Se a obra tiver mais do que um destino, considere o que corresponder a mais do que 50% da superfície total dos pisos; em caso de dois destinos, ambos com 50%, caso um deles seja habitação deverá ser considerado como principal)</i> <div style="display: flex; justify-content: space-between; margin-top: 10px;"> <div style="width: 30%;"> Habitação 11. Habitação Familiar 12. Convivências Agricultura e Pesca 21. Agricultura 22. Pesca Indústria 31. Indústria extrativa 32. Indústria transformadora Turismo 41. Estabelecimento hoteleiro e de turismo no espaço rural 42. Estabelecimento de restauração e de bebidas </div> <div style="width: 30%;"> Serviços Comerciais 51. Unidades comerciais de dimensão relevante 52. Centros comerciais 53. Comércio tradicional 54. Escritórios Serviços de Transportes e Comunicações 61. Transportes 62. Comunicações 63. Parques de estacionamento e interfaces </div> <div style="width: 30%;"> Serviços Não Mercantis 71. Administração pública 72. Serviços médicos 73. Equipamentos de apoio à infância 74. Equipamentos de apoio à terceira idade 75. Ensino e pesquisa científica 76. Atividades recreativas e culturais 77. Atividades desportivas de grande dimensão 78. Atividades desportivas de pequena dimensão 79. Culto e inumação Uso geral 80. Uso geral </div> </div> </div> </div> </div>	
I.1.2 Após a alteração	

I.2 Área (bruta) de Construção (m ²)																																																																																																																																																																																					
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 48%;"> I.2.1 Antes da alteração <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>I.2.1.1 Habitação</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>I.2.1.2 Agricultura e pesca</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>I.2.1.3 Indústria</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>I.2.1.4 Turismo</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>I.2.1.5 Serviços comerciais</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>I.2.1.6 Serviços de transportes e comunicações</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>I.2.1.7 Serviços não mercantis</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>I.2.1.8 Uso geral</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>I.2.1.9 TOTAL (soma das 8 anteriores)</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> </table> </div> <div style="width: 48%;"> I.2.2 Após a alteração <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>I.2.2.1 Habitação</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>I.2.2.2 Agricultura e pesca</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>I.2.2.3 Indústria</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>I.2.2.4 Turismo</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>I.2.2.5 Serviços comerciais</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>I.2.2.6 Serviços de transportes e comunicações</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>I.2.2.7 Serviços não mercantis</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>I.2.2.8 Uso geral</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>I.2.2.9 TOTAL (soma das 8 anteriores)</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> </table> </div> </div>		I.2.1.1 Habitação										I.2.1.2 Agricultura e pesca										I.2.1.3 Indústria										I.2.1.4 Turismo										I.2.1.5 Serviços comerciais										I.2.1.6 Serviços de transportes e comunicações										I.2.1.7 Serviços não mercantis										I.2.1.8 Uso geral										I.2.1.9 TOTAL (soma das 8 anteriores)										I.2.2.1 Habitação										I.2.2.2 Agricultura e pesca										I.2.2.3 Indústria										I.2.2.4 Turismo										I.2.2.5 Serviços comerciais										I.2.2.6 Serviços de transportes e comunicações										I.2.2.7 Serviços não mercantis										I.2.2.8 Uso geral										I.2.2.9 TOTAL (soma das 8 anteriores)									
I.2.1.1 Habitação																																																																																																																																																																																					
I.2.1.2 Agricultura e pesca																																																																																																																																																																																					
I.2.1.3 Indústria																																																																																																																																																																																					
I.2.1.4 Turismo																																																																																																																																																																																					
I.2.1.5 Serviços comerciais																																																																																																																																																																																					
I.2.1.6 Serviços de transportes e comunicações																																																																																																																																																																																					
I.2.1.7 Serviços não mercantis																																																																																																																																																																																					
I.2.1.8 Uso geral																																																																																																																																																																																					
I.2.1.9 TOTAL (soma das 8 anteriores)																																																																																																																																																																																					
I.2.2.1 Habitação																																																																																																																																																																																					
I.2.2.2 Agricultura e pesca																																																																																																																																																																																					
I.2.2.3 Indústria																																																																																																																																																																																					
I.2.2.4 Turismo																																																																																																																																																																																					
I.2.2.5 Serviços comerciais																																																																																																																																																																																					
I.2.2.6 Serviços de transportes e comunicações																																																																																																																																																																																					
I.2.2.7 Serviços não mercantis																																																																																																																																																																																					
I.2.2.8 Uso geral																																																																																																																																																																																					
I.2.2.9 TOTAL (soma das 8 anteriores)																																																																																																																																																																																					
I.3 Área Útil Total (m ²)																																																																																																																																																																																					
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 48%;"> I.3.1 - Antes da alteração </div> <div style="width: 48%;"> I.3.2 - Após a alteração </div> </div>																																																																																																																																																																																					
I.4 Área Total Habitável (m ²)																																																																																																																																																																																					
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 48%;"> I.4.1 - Antes da alteração </div> <div style="width: 48%;"> I.4.2 - Após a alteração </div> </div>																																																																																																																																																																																					
I.5 Tipo de Edifício																																																																																																																																																																																					
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 48%;"> I.5.1 - Antes da alteração <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 5px;"> 1. Edifício principalmente habitacional com um alojamento 2. Edifício principalmente habitacional com dois alojamentos 3. Edifício principalmente habitacional com três ou mais alojamentos 4. Edifício de habitação em convivência 5. Edifício principalmente não residencial </div> </div> <div style="width: 48%;"> I.5.2 - Após a alteração </div> </div>																																																																																																																																																																																					

Processo interno		A.4.1 Número		A.4.2 Tipo de Processo		A.4.3 Data de entrada	
						Ano Mês	

ANEXO 3
(Obras de Demolição)

F - IDENTIFICAÇÃO DA FASE

F.1 Número de ordem da fase F.2 - Período de execução da fase

F.2.1 - Início F.2.2 - Conclusão

Ano Mês Ano Mês

G - IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO

G.1 Número de ordem do edifício G.1.1 Anexo G.1.2 Tipo de Obra 1 - Demolição

G.2 Tipo de artéria 1 (Avenida) 2 (Rua) 3 (Estrada) 4 (Travessa) 5 (Praça) 6 (Praceta) 7 (Largo) 8 (Outra: especifique)

G.3 Designação da artéria

G.4 Prefixo de edifício 1 (Bloco) 2 (Torre) 3 (Lote) 4 (Vivenda) 5 (Edifício) 6 (Outro: especifique)

G.5 Designação do edifício G.6 Número de porta

G.7 Andar G.8 Lado G.9 Nome da sala

G.10 Lugar G.11 Localidade

G.12 Código Postal G.13 Localidade Postal

G.14 Freguesia

G.15 Localização do edifício (em Graus, Minutos, Segundos ou em Metros - por favor assinalar apenas uma opção)

PREENCHER COM A LOCALIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DEMOLIDOS

Graus, Minutos, Segundos (WGS84):

G.15.1 Latitude N G.15.2 Longitude W

OU

Metros

G.15.3 Coordenada retangular X m G.15.4 Coordenada retangular Y m

G.15.5 Sistema de Referência (Assinalar a opção escolhida de 1 a 7)

1. PT-TM06/ETRS89

2. Hayford-Gauss Datum Lisboa - Coordenadas Militares

3. Hayford-Gauss Datum 73

4. ITRF93 / PTM08 - UTM fuso 26 - Grupo Central e Oriental do Arquipélago dos Açores

5. ITRF93 / PTM08 - UTM fuso 25 - Grupo Ocidental do Arquipélago dos Açores

6. ITRF93 / PTM08 - UTM fuso 28 - Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens

7. Outro

Especifique:

A PREENCHER PELA CÂMARA MUNICIPAL APENAS SE HOUVER ALTERAÇÕES NAS CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO, FACE AO PROCESSO INICIAL. PRETENDEM-SE AS CARACTERÍSTICAS DA TOTALIDADE DO EDIFÍCIO:

J - CARACTERÍSTICAS DA OBRA DE DEMOLIÇÃO

J.1 Tipo de Demolição 1. Total 2. Parcial

J.2 Área (bruta) de Construção a demolir (m²)

J.2.1 Total

J.2.2 Habitação

J.3 Tipo de Edifício

1. Edifício principalmente habitacional com um alojamento

2. Edifício principalmente habitacional com dois alojamentos

3. Edifício principalmente habitacional com três ou mais alojamentos

4. Edifício de habitação em convivência

5. Edifício principalmente não residencial

J.4 Número de Pisos

J.4.1 - Acima da cota de soleira

J.4.2 - Abaixo da cota de soleira

J.4.3 - TOTAL

J.5 Altura da edificação (m)

J.6 Número de Divisões

J.7 Alojamentos de Convivência

J.7.1 - Número

J.7.2 - Capacidade de alojamento (indivíduos)

J.8 Estacionamento

Lugares Área (m²)

J.8.1 J.8.2

J.9 Número de Fogos

J.9.1 - T0 J.9.4 - T3

J.9.2 - T1 J.9.5 - T4

J.9.3 - T2 J.9.6 - T5+

J.9.7 - TOTAL (soma de J.9.1 a J.9.6)

ANEXO 5 – Inquérito à Conclusão de Obras

Instrumento de notação do Sistema Estatístico Nacional (Lei nº 22/2008, de 13 de maio) de RESPOSTA OBRIGATORIA, registado no I.N.E. sob o nº 9366. Válido até 31/12/2013.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

PORTUGAL

INQUÉRITO À CONCLUSÃO DE OBRAS (Q5)

A CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS INDIVIDUAIS É GARANTIDA POR LEI

Este inquérito deve ser devolvido ao I.N.E., devidamente preenchido, até ao 10º dia útil após a sua recepção

1 IDENTIFICAÇÃO DO PROMOTOR

2 IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

1. Câmara Municipal		2. Distrito/Ilha		3. Município....	
4. Processo interno		5. Tipo de procedimento.....		6. Alvará de licença/autorização de obras	
1. Número		1. Licença		1. Número	
2. Tipo de processo		2. Autorização		2. Data de emissão	Ano Mês
3. Data de emissão	Ano Mês	3. Parecer prévio		3. Data de termo	Ano Mês
		4. Comunicação prévia			
		5. Obra municipal			
7. Número de ordem da fase					

3 LOCAL DA OBRA

1. Morada			
2. Código Postal		-	
3. Freguesia			

4 TIPO DE OBRA

- 1 - Construção ☐
- 2 - Ampliação ☐
- 3 - Alteração ☐
- 4 - Reconstrução ☐
- 5 - Demolição ☐
- 6 - Urbanização ☐
- 7 - Remodelação de terrenos ☐

5 SITUAÇÃO DA OBRA

- 1. A obra está concluída ?
 - 1 - Sim ☐ → passe à questão 2
 - 2 - Não ☐ → passe à questão 4
- 2. Data de início Ano Mês
- 3. Data de conclusão Ano Mês (terminou o preenchimento)
- 4. Desistiu da obra ?
 - 1 - Sim ☐ → (terminou o preenchimento)
 - 2 - Não ☐ → passe à questão 5
- 5. Data provável de conclusão Ano Mês

Observações: _____

Nome do responsável pelo preenchimento


Data
Ano Mês Dia

Telefone:

Fax:

E-mail:

ANEXO 6 – Inquérito Anual às Empresas de Construção


INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
 STATISTICS PORTUGAL

INSTRUMENTO DE NOTIFICAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
LEI Nº 22/2008 DE 13 DE MAIO) DE RESPOSTA CONFIDENCIAL E OBRIGATORIA,
REGISTADO NO INE SOB O Nº 9970 VÁLIDO ATÉ 2013/12/31

IAEC - INQUÉRITO ANUAL ÀS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO
Modelo A

Referência dos dados:

2012

Contatos para resposta e esclarecimento de dúvidas:
INE - DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
Serviço de Inquéritos por Autopreenchimento
Núcleo de Recolha de Coimbra
Rua Aires de Campos, Casa das Andorinhas, 3000-014 COIMBRA
Tel. 239 790 470 / 239 790 459 / 239 790 422 - Fax. 239 790 495
e-mail: iaec@ine.pt

Resposta eletrónica: <http://webinq.ine.pt/aderentes>

I Identificação da unidade estatística

Número de identificação fiscal (NIF) Homepage

Designação social

Distrito/ilha Município Freguesia

Endereço

Localidade Código postal

Telefone Fax e-mail

II Situação da unidade estatística no período de referência dos dados

Situação na atividade BC005

Aguarda início de atividade

Em atividade

Atividade suspensa em BC010

Atividade cessada em BC007

(Indique 0 meses se não realizou operações ativas ou passivas no período de referência)

Atividade económica principal (CAE Rev. 3) BC001

BC015

Ocorreu algum facto relevante no período de referência dos dados? Sim BC025 Não BC020

Indique qual: BC025 Data BC020

III Observações

Utilize este espaço para incluir sugestões, justificações referentes à sua resposta ou outras observações que julgue convenientes. BC030

IV Responsável pelo preenchimento

Nome contacto

Endereço

Localidade Código postal

Telefone Fax e-mail

Função * NIF

Assinatura Data

*NIF da entidade responsável pelo preenchimento, se diferente da unidade estatística

Se a empresa exerceu atividade no período de referência dos dados, deve preencher os quadros seguintes. Caso contrário termine o preenchimento.

Unidade Monetária: EURO. Os valores monetários devem ser expressos em euros, sem decimais. Os arredondamentos devem ser feitos por excesso quando as décimas forem iguais ou superiores a 5, e por defeito quando forem inferiores. Os Quadros A e B devem ser preenchidos de acordo com os valores da IES (Informação Empresarial Simplificada).

MODELO A

VALOR DOS TRABALHOS REALIZADOS POR TIPOS DE OBRA

CC-PT	Tipos de obra	Total	Construção nova	Reparação e manutenção	Obras executadas em regime de subempreitada
1	2	3	4	5	6
1	EDIFÍCIOS				
11	Edifícios residenciais	F-18500			
111	Com um só fogo	F-18510			
112	Com dois e mais fogos	F-18520			
113	Alojamento coletivo	F-18530			
12	Edifícios não residenciais	F-18540			
121	Edifícios de hotelaria e similares e edifícios de restauração e bebidas	F-18550			
122	Edifícios de administração, de instituições financeiras, dos correios e de serviços similares	F-18560			
123	Edifícios de comércio por grosso e a retalho	F-18570			
124	Edifícios e instalações para os transportes e comunicações	F-18580			
125	Edifícios industriais e de armazenagem	F-18590			
126	Edifícios para fins culturais, recreativos, educativos, de saúde e de Ação social	F-18600			
127	Outros edifícios não residenciais	F-18610			
2	OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL	F-18620			
21	Infraestruturas de transportes (rodoviário, ferroviário, aéreo e marítimo), barragens e sistemas de irrigação	F-18630			
211	Autoestradas, estradas, ruas e caminhos	F-18640			
212	Caminhos de ferro, vias férreas e infraestruturas para o seu funcionamento	F-18650			
213	Pistas de aviação e infraestruturas para o seu funcionamento	F-18660			
214	Pontes, viadutos e túneis (obras de arte)	F-18670			
215	Obras portuárias, canais navegáveis, barragens e sistemas de irrigação	F-18680			
22	Condutas, linhas de comunicação e de transporte de energia	F-18690			
221	Condutas de longa distância, linhas de comunicação e de transporte de energia	F-18700			
222	Condutas e cabos urbanos locais	F-18710			
23	Instalações e construções em zonas industriais	F-18720			
24	Outras obras de engenharia civil	F-18730			
241	Construções para fins desportivos ou recreativos	F-18740			
242	Outras obras de engenharia civil n. e.	F-18750			
	Total	F-18760	F-18770		

Valor dos trabalhos realizados por tipos de obra - Corresponde ao valor dos trabalhos executados pela empresa, em obra sua ou a seu cargo, incluindo o valor dos trabalhos realizados em regime de subcontratação. Deve incluir, para cada uma das produções: vendas de produtos, prestações de serviços, trabalhos para a própria entidade e a variação nos inventários da produção, relativos à atividade principal. O movimento com os mercados externos deve ser incluído neste quadro. Todos os valores devem estar isentos de IVA.

Edifícios residenciais - Compreende os edifícios em que pelo menos metade da sua área total se destina à habitação e a usos complementares (com um ou mais fogos/alojamentos familiares clássicos).

Fogo - Entende-se por fogo o edifício ou parte de um edifício destinado a habitação de uma só família ou convivência. De um modo geral considera-se como fogo a divisão ou um conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso direto ou através de um jardim ou de um terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros). As divisões isoladas, manifestamente construídas, ampliadas ou transformadas, para fazer parte do fogo, são consideradas como parte integrante do mesmo.

Alojamento coletivo - Compreende o local que, pela forma como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina a alojar mais do que uma família.

Edifícios não residenciais - Compreende os edifícios em que mais de metade da área total se destina a fins não habitacionais.

Obras de engenharia civil - As obras de engenharia civil compreendem pontes, viadutos, túneis, barragens, autoestradas, vias férreas, aeroportos, portos, aquedutos, condutas de água, linhas de telecomunicações, linhas elétricas, infraestruturas para desporto equestre, centrais elétricas, redes urbanas para águas de abastecimento público e residuais, jardins zoológicos e outros equipamentos e equipamentos do âmbito das obras de engenharia civil.


Construção Nova - Edificação inteiramente nova ainda que no terreno sobre que foi erguida já tenha sido efetuada outra construção.

Reparação e manutenção - Trabalhos que permitem um prolongamento de duração das construções ou contribuem para prevenir a sua degradação.

Obras executadas em regime de subempreitada - Corresponde aos trabalhos executados para um empreiteiro geral e/ou dono da obra (se construtor), no todo ou em parte quer em edifícios quer em obras de engenharia civil.

B		COMPRAS DE MATERIAIS, DE EQUIPAMENTOS E DE TERRENOS		EUROS	
1		2		2	
Inertes (britas e areias)	F20600				
Ladrilhos e cantarias de calcário e granito	F20610				
Produtos cerâmicos e produtos cerâmicos vermelhos	F20620				
Azulejos e mosaicos	F20630				
Chapa de aço macio e galvanizada	F20640				
Betumes	F20650				
Cimento	F20660				
Betão Pronto	F20670				
Explosivos, cápsulas, rastilhos e detonadores	F20680				
Gasóleo (adquirido como matéria-prima ou para revenda sem transformação)	F20690				
Vidros e espelhos	F20700				
Madeiras e derivados de madeira	F20710				
Obras de carpintaria (portas, roupeiros, soalhos)	F20720				
Móveis de cozinha	F20730				
Aglomerados e ladrilhos de cortiça	F20740				
Tintas, primários, subcapas e vernizes	F20750				
Membrana betuminosa	F20760				
Tubos de PVC	F20770				
Produtos pré-fabricados de betão	F20780				
Produtos de fibrocimento	F20790				
Caxilharia em alumínio anodizado e termo lacado	F20800				
Tubagens de aço, de ferro fundido e aparelhos para canalizações	F20810				
Aço para betão e perfilados pesados e ligeiros	F20820				
Rede electo soldada	F20830				
Fio de cobre nu e revestido	F20840				
Produtos para instalações eléctricas	F20850				
Produtos para ajardinamentos	F20860				
Geotêxtilis	F20870				
Mármore e produtos de mármore	F20880				
Aparelhos de climatização	F20890				
Elevadores, escadas e tapetes rolantes	F20900				
Equipamentos de cozinha	F20910				
Artigos sanitários	F20920				
Estores e toldos	F20930				
Outros materiais e equipamentos não discriminados	F20940				
Terrenos (excluindo ativos fixos tangíveis)	F20950				
TOTAL	F20960				
Compras de materiais, de equipamentos e de terrenos: inclui todas as compras de materiais, de equipamentos e de terrenos efetuadas durante o ano (exercício). Devem ser considerados: 1) os materiais e equipamentos utilizados diretamente pela mão-de-obra da empresa; 2) os materiais entregues a outras empresas para execução de subempreitadas. Devem ser excluídos os materiais entregues por terceiros para a realização de obras a cargo da empresa em regime de subempreitada. Os materiais, equipamentos e serviços adquiridos devem ser valorizados ao preço de compra não incluindo o IVA.					
C		CONSUMOS DE PRODUTOS ENERGÉTICOS		EUROS	
1		2		2	
TOTAL		F20960			
Consumos de produtos energéticos: incluir as compras de produtos energéticos (eletricidade, gás, gás natural, gásóleo, gasolina, gás e outros líquidos) efetuadas no período da referência, que foram adquiridos para serem utilizados como combustível (contas SNC 624). Os produtos energéticos adquiridos como matéria-prima ou para revenda sem transformação devem ser registados no Quadro B.					
D		INDIQUE O TEMPO DESPENDIDO NO PREENCHIMENTO DESTES QUESTIONÁRIOS (horas):			

ANEXO 7 – Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e Demolição de Edifícios

INSTRUMENTO DE NOTIFICAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL (LEI Nº 22/2008 DE 13 DE MAIO) DE RESPOSTA CONFIDENCIAL E OBRIGATORIA, REGISTADO NO INE SOB O Nº 10117 VÁLIDO ATÉ 2015/03/31		 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA STATISTICS PORTUGAL	
INQUÉRITO AOS PROJETOS DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO E DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIOS (Q3)			
INE - DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO Serviço de Inquéritos por Autopreenchimento - Núcleo da Recolha de Coimbra Rua Aires da Campos, Casa das Arcabóias, 3000-014 COIMBRA Tel. 239 730 470 ou 239 730 421 / 231 57 Fax 239 730 495 e-mail: sda@ine.pt			
Resposta eletrónica: http://inec3.ine.pt/intermedios			
Este inquérito deve ser devolvido ao INE, devidamente preenchido, até ao dia 15 do mês seguinte ao da emissão do alvará/outra tipo de procedimento.			
A - IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO			
A.1 Câmara Municipal de _____ A.3 Município _____ A.2 Distrito/ilha _____ A.3000 _____		A.6 Tipo de procedimento _____ 1 - Licença 4 - Autorização (até 2008) 2 - Comunicação prévia 5 - Obra Municipal 3 - Informação prévia 6 - Cancelamento	
A.4 Processo interno A.4.1 Número _____ A.4010 _____ A.4.2 Tipo de Processo _____ A.4020 _____ A.4.3 Data de entrada _____ A.4030 _____ Ano _____ Mes _____		A.7 Alvará de licença/outra tipo de procedimento de loteamento A.7.1 Número _____ A.7010 _____ A.7.2 Data de emissão _____ A.7020 _____ Ano _____ Mes _____	
A.5 Alvará de licença/outra tipo de procedimento A.5.1 Número _____ A.5010 _____ A.5.2 Data de emissão _____ A.5020 _____ Ano _____ Mes _____ A.5.3 Data de termo _____ A.5030 _____		A.8 Número de fases _____ A.8000 _____	
B - IDENTIFICAÇÃO DO PROMOTOR			
B.1 Nome _____ B.1010 _____ B.2 Tipo de moradia _____ B.2000 _____ 1 (Nacional) 2 (Estrangeira) B.3 Tipo de artéria _____ B.3000 _____ 1 (Avenida) 2 (Rua) 3 (Estrada) 4 (Travessa) 5 (Praça) 6 (Praçola) 7 (Largo) 8 (Outra: especifique) _____ B.4 Designação da artéria _____ B.4000 _____ 1 (Bloco) 2 (Torre) 3 (Lote) 4 (Vivenda) 5 (Edifício) 6 (Outro: especifique) _____ B.5 Prefixo de edifício _____ B.5000 _____ B.6 Designação do edifício _____ B.6000 _____ B.7 Número de Porta _____ B.7000 _____ B.8 Andar _____ B.8000 _____ B.9 Lado _____ B.9000 _____ B.10 Nome da sala _____ B.1000 _____ B.11 Lugar _____ B.1100 _____ B.12 Localidade _____ B.1200 _____ B.13 Código Postal _____ B.1300 _____ B.14 Localidade Postal _____ B.1400 _____ B.15 Indicativo Internacional/Telefone _____ B.1500 _____ B.16 E-mail _____ B.1600 _____			
C - ENTIDADE PROMOTORA			
C.1 Entidade Promotora _____ C.1000 _____ 1 - Pessoa Singular 2 - Administração Central 3 - Administração Regional 4 - Administração Local 5 - Empresa Privada 6 - Empresa de Serviços Públicos 7 - Cooperativa de Habitação 8 - Instituição sem fins lucrativos			
D - GESTÃO TERRITORIAL			
Enquadramento em:			
D.1 - PEGT (Plano Especial de Ordenamento do Território) _____ D.1000 _____ D.2 - PMOT (Plano Municipal de Ordenamento do Território) _____ D.2000 _____ D.2.1 - PDM (Plano Diretor Municipal) _____ D.2010 _____ D.2.2 - PU (Plano de Urbanização) _____ D.2020 _____ D.2.3 - PP (Plano de Pormenor) _____ D.2030 _____ D.2.4 - Outros Planos _____ D.2040 _____ Qual? _____ D.2050 _____ D.3 - ARU (Área de Reabilitação Urbana) _____ D.3000 _____ D.4 - Unidade de Execução _____ D.4000 _____ D.5 - UOPG (Unidade Operativa de Planeamento e Gestão) _____ D.5000 _____ D.6 - Operação de Loteamento Urbano _____ D.6000 _____		D.7 - Zona Urbana Consolidada _____ D.7000 _____ D.8 - Abrangido por: _____ D.8000 _____ D.8.1 Serviço administrativo / Restrição de utilidade pública _____ D.8010 _____ D.8.2 Se respondeu <u>Sim</u> em D.8.1, assinala se se enquadra em: D.8.2.1 RAN (Reserva Agrícola Nacional) _____ D.8021 _____ D.8.2.2 REN (Reserva Ecológica Nacional) _____ D.8022 _____ D.8.2.3 Rede Natura 2000 _____ D.8023 _____ D.8.2.4 Zona de proteção do património classificado _____ D.8024 _____ D.8.2.5 Outras _____ D.8025 _____ Qual? _____ D.8026 _____	
E - CLASSIFICAÇÃO DO SOLO			
E.1 Classificação do Solo Abrangido _____ E.1000 _____ 1 - Urbano (Urbanizado ou Urbanizável) 2 - Rural			
F - TIPO DE OBRA			
F.1 - Construção Nova _____ F.1000 _____ F.2 - Ampliação _____ F.2000 _____ F.3 - Alteração _____ F.3000 _____ F.3.1 - Em todo o edifício _____ F.3010 _____ F.3.2 - Em fogos _____ F.3020 _____		F.4 - Reconstrução com Preservação de Fachada _____ F.4000 _____ F.5 - Reconstrução sem Preservação de Fachada _____ F.5000 _____ F.6 - Demolição _____ F.6000 _____	
G - OBSERVAÇÕES			
_____ _____ _____			
H - RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO			
Nome contacto _____ Endereço _____ Localidade _____ Telefone _____ Fax _____ Código Postal _____ e-mail _____ Função _____ Assinatura _____ Data _____ / _____ / _____			

Processo Interno	A.4.1 Número	A.4.2 Tipo de Processo	A.4.3 Data de entrada
			Ano Mes

ANEXO 1
(Obras de Construção Nova, Ampliação, Reconstrução com Preservação de Fachada e Reconstrução sem Preservação de Fachada)

I - IDENTIFICAÇÃO DA FASE

I.1 Número de ordem da fase		I.3 Calendário previsional de execução da fase			I.3.2 - Conclusão
I.2 Número total de edifícios da fase		I.3.1 - Início			
		Ano	Mes		Ano Mes

J - IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO

J.1 Número de ordem do edifício	J.1.1 Anexo	J.1.2 Tipo de Obra	<div style="display: flex; justify-content: space-between; font-size: 0.8em;"> 1 - Construção Nova 3 - Reconstrução com Preservação de Fachada </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between; font-size: 0.8em;"> 2 - Ampliação 4 - Reconstrução sem Preservação de Fachada </div>
J.2 Tipo de artéria	<div style="display: flex; justify-content: space-between; font-size: 0.8em;"> 1 (Avenida) 2 (Rua) 3 (Estrada) 4 (Travessa) 5 (Praça) 6 (Praceta) 7 (Largo) 8 (Outra: especifique) </div>		
J.3 Designação da artéria			
J.4 Prefixo de edifício	<div style="display: flex; justify-content: space-between; font-size: 0.8em;"> 1 (Bloco) 2 (Torre) 3 (Lote) 4 (Vivenda) 5 (Edifício) 6 (Outro: especifique) </div>		
J.5 Designação do edifício	J.6 Número de Porta		
J.7 Andar	J.8 Lado	J.9 Nome da sala	
J.10 Lugar	J.11 Localidade		
J.12 Código Postal	J.13 Localidade Postal		
J.14 Freguesia			
J.15 Localização do edifício (em Graus, Minutos, Segundos ou em Metros - por favor assinalar apenas uma opção)			

PREENCHER APENAS NO CASO DE CONSTRUÇÕES NOVAS

Graus, Minutos, Segundos (WGS84):

J.15.1 Latitude	J.15.2 Longitude

OU

Metros

J.15.3 Coordenada retangular X	J.15.4 Coordenada retangular Y

J.15.5 Sistema de Referência (Assinalar a opção escolhida de 1 a 7)

1. PT-TM06/ETRS89
2. Hayford-Gauss Datum Lisboa - Coordenadas Militares
3. Hayford-Gauss Datum 73
4. ITRF93 / PTSA08 - UTM fuso 26 - Grupo Central e Oriental do Arquipélago dos Açores

5. ITRF93 / PTSA08 - UTM fuso 25 - Grupo Ocidental do Arquipélago dos Açores
6. ITRF93 / PTSA08 - UTM fuso 28 - Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens
7. Outro
Especifique:

Processo interno	A.4.1 Número	A.4.2 Tipo de Processo	A.4.3 Data de entrada	Ano Mes
------------------	--------------	------------------------	-----------------------	--------------

ANEXO 1
(Obras de Construção Nova, Ampliação, Reconstrução com Preservação de Fachada e Reconstrução sem Preservação de Fachada)

(CONTINUAÇÃO ANEXO 1)

K.12 Estacionamento	Lugares	Área (m²)		K.16 Identificação dos fogos licenciados																																																					
	1	2																																																							
K.12.1 - Privado coberto	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th>Piso</th> <th>Lado</th> <th>Tipologia</th> <th>Área Útil Fogo</th> </tr> <tr> <th>1</th> <th>2</th> <th>3</th> <th>4</th> </tr> <tr> <td>K.16.1</td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> </tr> <tr> <td>K.16.2</td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> </tr> <tr> <td>K.16.3</td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> </tr> <tr> <td>K.16.4</td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> </tr> <tr> <td>K.16.5</td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> </tr> <tr> <td>K.16.6</td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> </tr> <tr> <td>K.16.7</td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> </tr> <tr> <td>K.16.8</td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> </tr> <tr> <td>K.16.9</td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> </tr> </table> <p style="font-size: x-small; margin-top: 5px;">Tipologia: T0, T1, T2, T3, T4, T5 (ou mais)</p> <p style="font-size: x-small; margin-top: 5px;">(Se forem licenciados mais de 9 fogos o quadro deverá ser replicado/fotocopiado e preenchido)</p>	Piso	Lado	Tipologia	Área Útil Fogo	1	2	3	4	K.16.1	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	K.16.2	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	K.16.3	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	K.16.4	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	K.16.5	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	K.16.6	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	K.16.7	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	K.16.8	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	K.16.9	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Piso	Lado	Tipologia	Área Útil Fogo																																																						
1	2	3	4																																																						
K.16.1	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>		<input type="text"/>																																																				
K.16.2	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>		<input type="text"/>																																																				
K.16.3	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>		<input type="text"/>																																																				
K.16.4	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>		<input type="text"/>																																																				
K.16.5	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>		<input type="text"/>																																																				
K.16.6	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>		<input type="text"/>																																																				
K.16.7	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>		<input type="text"/>																																																				
K.16.8	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																					
K.16.9	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																					
K.12.2 - Privado descoberto	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																						
K.12.3 - Público coberto	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																						
K.12.4 - Público descoberto	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																						
K.12.5 TOTAL	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																						

K.13 Número de Fogos			
K.13.1 - T0	<input type="text"/>	K.13.4 - T3	<input type="text"/>
K.13.2 - T1	<input type="text"/>	K.13.5 - T4	<input type="text"/>
K.13.3 - T2	<input type="text"/>	K.13.6 - T5+	<input type="text"/>
K.13.7 - TOTAL (soma de K.13.1 a K.13.6)		<input type="text"/>	

K.14 Nº de Fogos a Custos Controlados	
<input type="text"/>	<input type="text"/>

K.15 Tipo de Serviço de Infraestruturas	
K.15.1 Água	K.15.2 Saneamento
1. Rede 2. Autônoma	1. Rede 2. Autônoma

Processo Interno	A.4.1. Número	A.4.2. Tipo de Processo	A.4.3. Data de entrada	Ano Mês
ANEXO 2 (Obras de Alteração)				
I - IDENTIFICAÇÃO DA FASE				
I.1 Número de ordem da fase		I.3 Calendário previsional de execução da fase		
I.2 Número total de edifícios da fase		I.3.1 - Início		
		I.3.2 - Conclusão		
J - IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO				
J.1 Número de ordem do edifício		J.1.1 Anexo	J.1.2 Tipo de Obra	1 - Alteração - Em todo o edifício 2 - Alteração - Em fogos
J.2 Tipo de artéria		J.3 Designação da artéria		
J.4 Prefixo de edifício		J.5 Designação do edifício		
J.6 Número de Porta		J.7 Andar		
J.8 Lado		J.9 Nome da sala		
J.10 Lugar		J.11 Localidade		
J.12 Código Postal		J.13 Localidade Postal		
J.14 Freguesia				
L - CARACTERÍSTICAS DA OBRA DE ALTERAÇÃO				
CASO TENHA ASSINALADO O CAMPO F.3.1, PREENCHA COM AS CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO				
CASO TENHA ASSINALADO O CAMPO F.3.2, PREENCHA COM AS CARACTERÍSTICAS DOS FOGOS				
L.1 Destino da Obra				
(Se a obra tiver mais do que um destino, considere o que corresponder a mais de 50% da superfície total dos pisos; em caso de dois destinos, ambos com 50%, caso um deles seja habitação deverá ser considerada como principal)				
L.1.1 Antes da alteração		L.1.2 Após a alteração		
Habitação 11. Habitação Familiar 12. Convivências Agricultura e Pesca 21. Agricultura 22. Pesca Indústria 31. Indústria extrativa 32. Indústria transformadora Turismo 41. Estabelecimento hoteleiro e de turismo no espaço rural 42. Estabelecimento de restauração e de bebidas		Serviços Comerciais 51. Unidades comerciais de dimensão relevante 52. Centros comerciais 53. Comércio tradicional 54. Escritórios Serviços de Transportes e Comunicações 61. Transportes 62. Comunicações 63. Parques de estacionamento e interfaces Serviços Não Mercantis 71. Administração pública 72. Serviços médicos 73. Equipamentos de apoio à infância 74. Equipamentos de apoio à terceira idade 75. Ensino e pesquisa científica 76. Atividades recreativas e culturais 77. Atividades desportivas de grande dimensão 78. Atividades desportivas de pequena dimensão 79. Culto e inumação Uso geral 80. Uso geral		
L.2 Área (bruta) de Construção (m²)				
L.2.1 Antes da alteração		L.2.2 Após a alteração		
L.2.1.1 Habitação		L.2.2.1 Habitação		
L.2.1.2 Agricultura e pesca		L.2.2.2 Agricultura e pesca		
L.2.1.3 Indústria		L.2.2.3 Indústria		
L.2.1.4 Turismo		L.2.2.4 Turismo		
L.2.1.5 Serviços comerciais		L.2.2.5 Serviços comerciais		
L.2.1.6 Serviços de transportes e comunicações		L.2.2.6 Serviços de transportes e comunicações		
L.2.1.7 Serviços não mercantis		L.2.2.7 Serviços não mercantis		
L.2.1.8 Uso geral		L.2.2.8 Uso geral		
L.2.1.9 TOTAL (soma das 8 anteriores)		L.2.2.9 TOTAL (soma das 8 anteriores)		
L.3 Área Útil Total (m²)				
L.3.1 - Antes da alteração		L.3.2 - Após a alteração		
L.4 Área Total Habitável (m²)				
L.4.1 - Antes da alteração		L.4.2 - Após a alteração		
L.5 Tipo de Edifício				
L.5.1 - Antes da alteração		L.5.2 - Após a alteração		
1. Edifício principalmente habitacional com um alojamento 2. Edifício principalmente habitacional com dois alojamentos 3. Edifício principalmente habitacional com três ou mais alojamentos 4. Edifício de habitação em convivência 5. Edifício principalmente não residencial				

Processo interno	A.4.1 Número	A.4.2 Tipo de Processo	A.4.3 Data de entrada	Ano	Mês																																																																																														
ANEXO 2 (Obras de Alteração)																																																																																																			
(CONTINUAÇÃO ANEXO 2)																																																																																																			
L.6 Alojamentos de Convivência																																																																																																			
L.6.1 - Antes da alteração			L.6.2 - Após a alteração																																																																																																
L.6.1.1 - Número	<input type="text"/>	<input type="text"/>	L.6.2.1 - Número	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																																																														
L.6.1.2 - Capacidade de alojamento (indivíduos)	<input type="text"/>	<input type="text"/>	L.6.2.2 - Capacidade de alojamento (indivíduos)	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																																																														
L.7 Estacionamento																																																																																																			
L.7.1 - Antes da alteração	Lugares	Área (m²)	L.7.2 - Após a alteração	Lugares	Área (m²)																																																																																														
	1	2		1	2																																																																																														
L.7.1.1 Privado coberto	<input type="text"/>	<input type="text"/>	L.7.2.1 Privado coberto	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																																																														
L.7.1.2 Privado descoberto	<input type="text"/>	<input type="text"/>	L.7.2.2 Privado descoberto	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																																																														
L.7.1.3 Público coberto	<input type="text"/>	<input type="text"/>	L.7.2.3 Público coberto	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																																																														
L.7.1.4 Público descoberto	<input type="text"/>	<input type="text"/>	L.7.2.4 Público descoberto	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																																																														
L.7.1.5 TOTAL	<input type="text"/>	<input type="text"/>	L.7.2.5 TOTAL	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																																																														
L.8 Número de Fogos																																																																																																			
L.8.1 - Antes da alteração			L.8.2 - Após a alteração																																																																																																
L.8.1.1 T0	<input type="text"/>	<input type="text"/>	L.8.2.1 T0	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																																																														
L.8.1.2 T1	<input type="text"/>	<input type="text"/>	L.8.2.2 T1	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																																																														
L.8.1.3 T2	<input type="text"/>	<input type="text"/>	L.8.2.3 T2	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																																																														
L.8.1.4 T3	<input type="text"/>	<input type="text"/>	L.8.2.4 T3	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																																																														
L.8.1.5 T4	<input type="text"/>	<input type="text"/>	L.8.2.5 T4	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																																																														
L.8.1.6 T5+	<input type="text"/>	<input type="text"/>	L.8.2.6 T5+	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																																																														
L.8.1.7 - TOTAL (soma de L.8.1.1 a L.8.1.6)			L.8.2.7 - TOTAL (soma de L.8.2.1 a L.8.2.6)																																																																																																
<input type="text"/>			<input type="text"/>																																																																																																
L.9 Identificação dos Fogos																																																																																																			
L.9.1 - Antes da alteração			L.9.2 - Após a alteração																																																																																																
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; font-size: x-small;"> <tr> <th>Piso</th> <th>Lado</th> <th>Tipologia</th> <th>Área Útil Fogo</th> </tr> <tr> <th>1</th> <th>2</th> <th>3</th> <th>4</th> </tr> <tr><td>L.9.1.1</td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td></tr> <tr><td>L.9.1.2</td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td></tr> <tr><td>L.9.1.3</td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td></tr> <tr><td>L.9.1.4</td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td></tr> <tr><td>L.9.1.5</td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td></tr> <tr><td>L.9.1.6</td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td></tr> <tr><td>L.9.1.7</td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td></tr> <tr><td>L.9.1.8</td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td></tr> <tr><td>L.9.1.9</td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td></tr> <tr> <td colspan="4" style="text-align: center;">Tipologia: T0, T1, T2, T3, T4, T5 (ou mais)</td> </tr> </table>	Piso	Lado	Tipologia	Área Útil Fogo	1	2	3	4	L.9.1.1	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	L.9.1.2	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	L.9.1.3	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	L.9.1.4	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	L.9.1.5	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	L.9.1.6	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	L.9.1.7	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	L.9.1.8	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	L.9.1.9	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Tipologia: T0, T1, T2, T3, T4, T5 (ou mais)				<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; font-size: x-small;"> <tr> <th>Piso</th> <th>Lado</th> <th>Tipologia</th> <th>Área Útil Fogo</th> </tr> <tr> <th>1</th> <th>2</th> <th>3</th> <th>4</th> </tr> <tr><td>L.9.2.1</td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td></tr> <tr><td>L.9.2.2</td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td></tr> <tr><td>L.9.2.3</td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td></tr> <tr><td>L.9.2.4</td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td></tr> <tr><td>L.9.2.5</td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td></tr> <tr><td>L.9.2.6</td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td></tr> <tr><td>L.9.2.7</td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td></tr> <tr><td>L.9.2.8</td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td></tr> <tr><td>L.9.2.9</td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td><td><input type="text"/></td></tr> <tr> <td colspan="4" style="text-align: center;">Tipologia: T0, T1, T2, T3, T4, T5 (ou mais)</td> </tr> </table>			Piso	Lado	Tipologia	Área Útil Fogo	1	2	3	4	L.9.2.1	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	L.9.2.2	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	L.9.2.3	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	L.9.2.4	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	L.9.2.5	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	L.9.2.6	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	L.9.2.7	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	L.9.2.8	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	L.9.2.9	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Tipologia: T0, T1, T2, T3, T4, T5 (ou mais)			
Piso	Lado	Tipologia	Área Útil Fogo																																																																																																
1	2	3	4																																																																																																
L.9.1.1	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																																																																
L.9.1.2	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																																																																
L.9.1.3	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																																																																
L.9.1.4	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																																																																
L.9.1.5	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																																																																
L.9.1.6	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																																																																
L.9.1.7	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																																																																
L.9.1.8	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																																																																
L.9.1.9	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																																																																
Tipologia: T0, T1, T2, T3, T4, T5 (ou mais)																																																																																																			
Piso	Lado	Tipologia	Área Útil Fogo																																																																																																
1	2	3	4																																																																																																
L.9.2.1	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																																																																
L.9.2.2	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																																																																
L.9.2.3	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																																																																
L.9.2.4	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																																																																
L.9.2.5	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																																																																
L.9.2.6	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																																																																
L.9.2.7	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																																																																
L.9.2.8	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																																																																
L.9.2.9	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																																																																
Tipologia: T0, T1, T2, T3, T4, T5 (ou mais)																																																																																																			
(Se forem alteradas mais de 9 fogos o quadro deverá ser replicado/fotocopiado e preenchido)			(Se forem alteradas mais de 9 fogos o quadro deverá ser replicado/fotocopiado e preenchido)																																																																																																
L.10 Número de Divisões																																																																																																			
L.10.1 - Antes da alteração			L.10.2 - Após a alteração																																																																																																
<input type="text"/>			<input type="text"/>																																																																																																

Processo interno	A.4.1 Número	A.4.2 Tipo de Processo	A.4.3 Data de entrada	Ano Mês
------------------	--------------	------------------------	-----------------------	--------------

ANEXO 3
(Obras de Demolição)

I - IDENTIFICAÇÃO DA FASE

I.1 Número de ordem da fase	I.3 Calendário prévisional de execução da fase	I.3.2 - Conclusão
I.2 Número total de edifícios da fase	I.3.1 - Início	I.3.2 - Conclusão
	Ano Mês	Ano Mês

J - IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO

J.1 Número de ordem do edifício	J.1.1 Anexo	J.1.2 Tipo de Obra	1 - Demolição
J.2 Tipo de artéria	1 (Avenida) 2 (Rua) 3 (Estrada) 4 (Travessa) 5 (Praça) 6 (Praceta) 7 (Largo) 8 (Outra: especifique)		
J.3 Designação da artéria			
J.4 Prefixo de edifício			
J.5 Designação do edifício			
J.7 Andar	J.8 Lado	J.9 Nome da sala	J.6 Número de Porta
J.10 Lugar	J.11 Localidade	J.12 Código Postal	J.13 Localidade Postal
J.14 Freguesia			

J.15 Localização do edifício (em Graus, Minutos, Segundos ou em Metros - por favor assinalar apenas uma opção)

PREENCHER COM A LOCALIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DEMOLIDOS

Graus, Minutos, Segundos (WGS84): J.15.1 Latitude N W J.15.2 Longitude W N	J.15.3 Coordenada retangular X m J.15.4 Coordenada retangular Y m
--	--

J.15.5 Sistema de Referência (Assinale a opção escolhida de 1 a 7)

1. PT-TM06/ETRS89
 2. Hayford-Gauss Datum Lisboa - Coordenadas Militares
 3. Hayford-Gauss Datum 73
 4. ITRF93 / PTRAD8 - UTM fuso 26 - Grupo Central e Oriental do Arquipélago dos Açores

5. ITRF93 / PTRAD8 - UTM fuso 25 - Grupo Ocidental do Arquipélago dos Açores
 6. ITRF93 / PTRAD8 - UTM fuso 28 - Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens
 7. Outro
 Especifique:

M - CARACTERÍSTICAS DA OBRA DE DEMOLIÇÃO

M.1 Tipo de Demolição 1. Total 2. Parcial M.2 Área (bruta) de Construção a demolir (m ²) M.2.1 Total M.2.2 Habitação M.3 Tipo de Edifício 1. Edifício principalmente habitacional com um alojamento 2. Edifício principalmente habitacional com dois alojamentos 3. Edifício principalmente habitacional com três ou mais alojamentos 4. Edifício de habitação em convivência 5. Edifício principalmente não residencial M.4 Número de Pisos M.4.1 - Acima da cota de soleira M.4.2 - Abaixo da cota de soleira M.4.3 - TOTAL	M.5 Altura da edificação (m) M.6 Número de Divisões M.7 Alojamentos de Convivência M.7.1 - Número M.7.2 - Capacidade de alojamento (indivíduos) M.8 Estacionamento Lugares Área (m ²) M.8.1 M.8.2 M.9 Número de Fogos M.9.1 - T0 M.9.4 - T3 M.9.2 - T1 M.9.5 - T4 M.9.3 - T2 M.9.6 - T5+ M.9.7 - TOTAL (soma de M.9.1 a M.9.6)
--	---